

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	11
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	22
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	23
Demonstração de Valor Adicionado	24

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	25
Notas Explicativas	49
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	171

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	172
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	174
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	175
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	176

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	599.009
Preferenciais	1.198.078
Total	1.797.087
Em Tesouraria	
Ordinárias	84.251
Preferenciais	72.808
Total	157.059

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembleia Geral Ordinária	30/04/2012	Dividendo	08/05/2012	Ordinária		1,22000
Assembleia Geral Ordinária	30/04/2012	Dividendo	08/05/2012	Preferencial		1,22000
Assembleia Geral Extraordinária	10/08/2012	Dividendo	27/08/2012	Ordinária		0,31000
Assembleia Geral Extraordinária	10/08/2012	Dividendo	27/08/2012	Preferencial		0,31000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	47.840.178	30.254.560
1.01	Ativo Circulante	7.369.215	9.120.923
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.043.984	4.354.317
1.01.02	Aplicações Financeiras	853.277	89.331
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	853.277	89.331
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	853.277	89.331
1.01.03	Contas a Receber	1.756.800	1.705.213
1.01.03.01	Clientes	1.756.800	1.705.213
1.01.04	Estoques	13.741	4.246
1.01.06	Tributos a Recuperar	119.361	99.025
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	119.361	99.025
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.582.052	2.868.791
1.01.08.03	Outros	3.582.052	2.868.791
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	381.866	7.186
1.01.08.03.03	Outros Tributos	561.669	563.901
1.01.08.03.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.728.996	1.609.577
1.01.08.03.05	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	663.884	430.377
1.01.08.03.06	Ativos Relacionados aos Fundos de Pensão	8.653	50.149
1.01.08.03.07	Demais Ativos	236.984	207.601
1.02	Ativo Não Circulante	40.470.963	21.133.637
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.999.514	9.214.164
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	14.277	13.327
1.02.01.01.03	Caixa Restrito	14.277	13.327
1.02.01.06	Tributos Diferidos	4.333.272	4.033.922
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.333.272	4.033.922
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.501	6.703
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	1.501	6.703
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	6.650.464	5.160.212
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	5.998.197	4.847.762
1.02.01.09.04	Outros Tributos	243.987	148.754
1.02.01.09.05	Ativos Relacionados aos Fundos de Pensão	99.242	140.276
1.02.01.09.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	246.164	0
1.02.01.09.07	Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	24.508	0
1.02.01.09.08	Demais Ativos	38.366	23.420
1.02.02	Investimentos	24.462.916	7.451.757
1.02.02.01	Participações Societárias	24.462.916	7.451.757
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	24.437.226	7.433.360
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	25.690	18.397
1.02.03	Imobilizado	4.723.563	4.203.318
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.096.129	3.475.428
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	627.434	727.890
1.02.04	Intangível	284.970	264.398
1.02.04.01	Intangíveis	284.970	264.398
1.02.04.01.02	Software	207.957	206.031
1.02.04.01.03	Intangível em Formação	6.714	27.954

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
1.02.04.01.06	Outros	70.299	30.413

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	47.840.178	30.254.560
2.01	Passivo Circulante	7.299.356	7.262.079
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	235.174	62.063
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	235.174	62.063
2.01.02	Fornecedores	1.567.710	1.543.703
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.567.710	1.543.703
2.01.03	Obrigações Fiscais	66.539	4.100
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	66.539	4.100
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	66.539	4.100
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.877.195	1.025.753
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.877.195	1.025.753
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.822.024	1.025.151
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	55.171	602
2.01.05	Outras Obrigações	2.368.617	3.316.431
2.01.05.02	Outros	2.368.617	3.316.431
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	642.633	307.720
2.01.05.02.04	Outros Tributos	1.097.494	1.165.680
2.01.05.02.05	Programa de Refinanciamento Fiscal	49.828	36.993
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	194.405	25.698
2.01.05.02.07	Autorizações e Concessões a Pagar	49.426	0
2.01.05.02.08	Demais Obrigações	334.831	1.780.340
2.01.06	Provisões	1.184.121	1.310.029
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.184.121	1.310.029
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	5.807	26.889
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	10.728	65.947
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	103.666	75.599
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	1.063.920	1.141.594
2.02	Passivo Não Circulante	29.224.268	12.403.679
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	24.554.280	7.795.040
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	24.554.280	7.795.040
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	15.792.620	7.794.723
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	8.761.660	317
2.02.02	Outras Obrigações	1.210.597	1.003.072
2.02.02.02	Outros	1.210.597	1.003.072
2.02.02.02.03	Programa de Refinanciamento Fiscal	492.830	382.138
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	125.321	0
2.02.02.02.05	Outros Tributos	497.670	413.723
2.02.02.02.06	Demais Obrigações	94.776	207.211
2.02.04	Provisões	3.459.391	3.605.567
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.459.391	3.605.567
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	255.754	226.730
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	856.273	947.852
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	477.773	545.958
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.869.591	1.885.027
2.03	Patrimônio Líquido	11.316.554	10.588.802

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
2.03.01	Capital Social Realizado	7.308.753	3.731.059
2.03.02	Reservas de Capital	2.198.011	4.217.934
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	0	372.670
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.092.638	2.967.829
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-2.104.524	-149.642
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimento	123.558	123.558
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	0	126.372
2.03.02.09	Reserva Especial de Incorporação - Acervo Líquido	2.309.296	0
2.03.02.10	Juros sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.11	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.02.12	Reserva de Opções de Ações	0	104
2.03.04	Reservas de Lucros	1.722.299	2.639.809
2.03.04.01	Reserva Legal	383.527	383.527
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	391.322	1.748.567
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	947.450	507.715
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-52.693	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	140.184	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.016.979	7.478.656
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.448.662	-3.848.801
3.03	Resultado Bruto	3.568.317	3.629.855
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	346.490	-1.733.786
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.267.439	-986.189
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.021.427	-1.155.040
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	878.008	555.919
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-724.367	-824.546
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.481.715	676.070
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.914.807	1.896.069
3.06	Resultado Financeiro	-2.335.609	-635.600
3.06.01	Receitas Financeiras	1.150.927	768.508
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.486.536	-1.404.108
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.579.198	1.260.469
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	205.692	-254.738
3.08.01	Corrente	-74.367	-20.847
3.08.02	Diferido	280.059	-233.891
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.784.890	1.005.731
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.784.890	1.005.731
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,09	0,61
3.99.01.02	PN	1,09	0,61
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,09	0,61
3.99.02.02	PN	1,09	0,61

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	1.784.890	1.005.731
4.02	Outros Resultados Abrangentes	140.184	0
4.02.01	Aumento por Reorganização Societária	87.550	0
4.02.02	Ganho de Contabilidade de "Hedge"	35.842	0
4.02.03	Ganho de Contabilidade de "Hedge" Reflexa	16.792	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.925.074	1.005.731

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	290.044	1.864.731
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.116.730	2.752.994
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.579.198	1.260.469
6.01.01.02	Encargos, Rendimentos Financeiros e Atualizações Monetárias	3.326.760	171.422
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	700.037	711.122
6.01.01.04	Perdas Sobre Contas a Receber	97.781	263.398
6.01.01.05	Provisões	231.492	529.684
6.01.01.06	Provisão para Fundos de Pensão	7.701	6.865
6.01.01.07	Receita na Alienação de Bens	-231.974	0
6.01.01.08	Equivalência Patrimonial	-2.481.715	-676.070
6.01.01.09	Perda na Baixa de Ativo Permanente	11.716	5.663
6.01.01.10	Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	49.426	49.019
6.01.01.11	Participação de Empregados e Administradores	143.682	7.893
6.01.01.12	Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	-472.786	49.251
6.01.01.13	Atualização Monetária de Créditos com Partes Relacionadas e Debêntures Privadas	-2.125	-1.297
6.01.01.14	Atualização Monetária de Provisões	92.185	156.719
6.01.01.15	Atualização Monetária de Programa de Refinanciamento Fiscal	43.650	44.414
6.01.01.16	Reversão de Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	0	198.853
6.01.01.17	Dividendos Prescritos	-49.122	-50.330
6.01.01.18	Outros	70.824	25.919
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.857.776	-481.201
6.01.02.01	Contas a Receber	-150.170	-249.949
6.01.02.02	Estoques	-9.495	-3
6.01.02.03	Tributos	118.830	169.861
6.01.02.04	Aplicações Financeiras Mantidas para Negociação	-1.360.659	-2.419.014
6.01.02.05	Resgate de Aplicações Financeiras Mantidas para Negociação	609.427	2.915.190
6.01.02.06	Despesas Antecipadas	-101.781	0
6.01.02.07	Fornecedores	-430.803	-234.431
6.01.02.08	Salários, Encargos Sociais e Benefícios	29.107	-44.921
6.01.02.09	Provisões	-310.165	-338.232
6.01.02.10	Provisão para Fundos de Pensão	-100.525	-96.148
6.01.02.11	Outras Contas Ativas e Passivas	-151.542	-183.554
6.01.03	Outros	-968.910	-407.062
6.01.03.01	Encargos Financeiros Pagos	-1.844.636	-302.255
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Empresa	-1.030	-23.427
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Terceiros	-71.429	-81.380
6.01.03.04	Dividendos Recebidos	948.185	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.571.864	-1.724.887
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-853.431	-557.652
6.02.02	Créditos entre Empresas Ligadas e Debêntures - Liberações	-3.041	-78.556
6.02.03	Créditos entre Empresas Ligadas e Debêntures - Recebimentos	149.147	75.133
6.02.04	Recursos Obtidos na Venda de Bens	362.839	17.067

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.02.05	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-1.610.764	-1.420.379
6.02.06	Resgates Judiciais de Depósitos e Bloqueios Judiciais	369.428	242.427
6.02.07	Aumento/Redução de Investimentos Permanentes	13.958	-2.927
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.029.318	2.308.029
6.03.01	Captações Líquidas de Custos	8.062.318	5.427.489
6.03.02	Pagamento de Principal de Empréstimos e Financiamentos, Derivativos e Leasing	-4.932.933	-1.094.072
6.03.03	Autorizações e Concessões	0	-70.949
6.03.04	Programa de Refinanciamento Fiscal	-52.034	-23.991
6.03.05	Aumento de Capital em Controladas	0	-1.468.225
6.03.06	Pagamento de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	-2.404.370	-462.223
6.03.07	Reembolso de Ações	-2.008.325	0
6.03.08	Bonificação de Ações	-1.155.811	0
6.03.09	Caixa e Equivalentes de Caixa Adquiridos por Incorporação	461.837	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	805	118.443
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.310.333	2.566.316
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.354.317	1.788.001
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.043.984	4.354.317

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.731.059	4.217.934	2.639.809	0	0	10.588.802
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.731.059	4.217.934	2.639.809	0	0	10.588.802
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.577.694	-2.019.819	-1.702.504	-1.000.000	87.550	-1.057.079
5.04.01	Aumentos de Capital	492.285	-492.285	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-2.256.282	-446.222	0	-2.702.504
5.04.08	Direito de Retirada referente a Reorganização Societária	0	-2.008.325	0	0	0	-2.008.325
5.04.09	Resgate de Ações Bonificadas (R\$ 0,3002 por ação)	0	-492.285	0	0	0	-492.285
5.04.10	Aumento por Reorganização Societária	3.085.409	973.076	0	0	87.550	4.146.035
5.04.11	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	553.778	-553.778	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.784.890	-59	1.784.831
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.784.890	0	1.784.890
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-59	-59
5.05.02.06	Custo na Emissão de Ações	0	0	0	0	-56.609	-56.609
5.05.02.07	Ganho de Contabilidade de "Hedge"	0	0	0	0	35.842	35.842
5.05.02.08	Ganho de Contabilidade de "Hedge" reflexa	0	0	0	0	16.792	16.792
5.05.02.09	Variação de Porcentagem de Participação	0	0	0	0	3.916	3.916
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-104	784.994	-784.890	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	784.994	-784.994	0	0
5.06.04	Encerramento do Plano de Opções de Ações	0	-104	0	104	0	0
5.07	Saldos Finais	7.308.753	2.198.011	1.722.299	0	87.491	11.316.554

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.731.059	5.719.918	1.885.511	0	0	11.336.488
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.731.059	5.719.918	1.885.511	0	0	11.336.488
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	1.748.567	-1.005.731	0	742.836
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-251.433	0	-251.433
5.04.08	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	1.748.567	-754.298	0	994.269
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.005.731	0	1.005.731
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.005.731	0	1.005.731
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.501.984	-994.269	0	0	-2.496.253
5.06.04	Ações Bonificadas a Resgatar	0	-1.501.984	0	0	0	-1.501.984
5.06.05	Realização da Reserva de Investimentos	0	0	-994.269	0	0	-994.269
5.07	Saldos Finais	3.731.059	4.217.934	2.639.809	0	0	10.588.802

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	10.278.714	10.567.240
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.494.514	10.292.505
7.01.02	Outras Receitas	881.981	538.133
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-97.781	-263.398
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.186.758	-4.550.741
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.649.919	-1.833.753
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.463.280	-2.640.837
7.02.04	Outros	-73.559	-76.151
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.091.956	6.016.499
7.04	Retenções	-1.218.964	-1.487.003
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-700.037	-711.122
7.04.02	Outras	-518.927	-775.881
7.04.02.01	Provisões (Inclui Atualização Monetária)	-323.677	-686.403
7.04.02.02	Outras despesas	-195.250	-89.478
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.872.992	4.529.496
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.632.642	1.444.578
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.481.715	676.070
7.06.02	Receitas Financeiras	1.150.927	768.508
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.505.634	5.974.074
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.505.634	5.974.074
7.08.01	Pessoal	630.414	402.540
7.08.01.01	Remuneração Direta	499.034	302.691
7.08.01.02	Benefícios	82.164	71.425
7.08.01.03	F.G.T.S.	36.979	27.926
7.08.01.04	Outros	12.237	498
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.218.252	3.010.950
7.08.02.01	Federais	123.337	620.041
7.08.02.02	Estaduais	2.081.849	2.384.141
7.08.02.03	Municipais	13.066	6.768
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.872.078	1.554.853
7.08.03.01	Juros	3.397.640	1.241.898
7.08.03.02	Aluguéis	474.438	312.955
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.784.890	1.005.731
7.08.04.02	Dividendos	416.686	251.433
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.368.204	754.298

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	69.076.894	31.664.031
1.01	Ativo Circulante	21.144.786	12.245.573
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.413.042	6.004.506
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.425.907	1.084.027
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.425.907	1.084.027
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	2.425.907	1.084.027
1.01.03	Contas a Receber	7.018.497	2.010.487
1.01.03.01	Clientes	7.018.497	2.010.487
1.01.04	Estoques	385.165	12.671
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.726.369	353.225
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.726.369	353.225
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.175.806	2.780.657
1.01.08.03	Outros	5.175.806	2.780.657
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	640.229	7.186
1.01.08.03.02	Depósitos e Bloqueios Judiciais	2.068.315	1.651.114
1.01.08.03.03	Outros Tributos	1.557.177	783.382
1.01.08.03.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	9.311	50.149
1.01.08.03.06	Demais Ativos	900.774	288.826
1.02	Ativo Não Circulante	47.932.108	19.418.458
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.504.183	12.531.454
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	63.692	13.327
1.02.01.01.03	Caixa Restrito	63.692	13.327
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.210.906	4.982.322
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.210.906	4.982.322
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	2.217.682
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	0	2.217.682
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	12.229.585	5.318.123
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	9.722.731	4.955.025
1.02.01.09.04	Outros Tributos	738.019	178.636
1.02.01.09.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	101.114	142.614
1.02.01.09.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	348.870	0
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro Disponível para Venda	905.829	0
1.02.01.09.08	Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	94.522	0
1.02.01.09.09	Demais Ativos	318.500	41.848
1.02.02	Investimentos	80.712	8.436
1.02.02.01	Participações Societárias	80.712	8.436
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	80.712	8.436
1.02.03	Imobilizado	23.110.061	5.793.711
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	18.982.938	4.789.109
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	4.127.123	1.004.602
1.02.04	Intangível	4.237.152	1.084.857
1.02.04.01	Intangíveis	4.237.152	1.084.857
1.02.04.01.02	Software	1.314.135	365.725
1.02.04.01.04	Intangível em Formação	292.081	66.668
1.02.04.01.05	Licenças Regulatórias	2.134.339	570.536

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
1.02.04.01.06	Ágio	154.395	80.494
1.02.04.01.07	Outros	342.202	1.434

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	69.076.894	31.664.031
2.01	Passivo Circulante	17.096.423	8.619.177
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	774.166	130.031
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	774.166	130.031
2.01.02	Fornecedores	4.658.849	1.840.552
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.658.849	1.840.552
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.065.754	179.194
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.065.754	179.194
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.065.754	179.194
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.113.621	1.143.537
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.113.621	1.143.537
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.437.652	1.142.935
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	675.969	602
2.01.05	Outras Obrigações	5.811.011	3.964.764
2.01.05.02	Outros	5.811.011	3.964.764
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	655.306	307.720
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	309.555	25.698
2.01.05.02.05	Outros Tributos	2.248.075	1.445.362
2.01.05.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	99.732	39.238
2.01.05.02.07	Autorizações e Concessões a Pagar	1.058.881	131.984
2.01.05.02.08	Demais Obrigações	1.439.462	2.014.762
2.01.06	Provisões	1.673.022	1.361.099
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.673.022	1.361.099
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	72.859	50.239
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	317.107	77.861
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	103.666	77.745
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	1.179.390	1.155.254
2.02	Passivo Não Circulante	40.663.917	12.455.682
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	30.232.468	6.961.674
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	30.232.468	6.961.674
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	18.059.674	6.961.357
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	12.172.794	317
2.02.02	Outras Obrigações	5.099.705	1.816.513
2.02.02.02	Outros	5.099.705	1.816.513
2.02.02.02.03	Outros Tributos	2.238.571	502.766
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	204.742	0
2.02.02.02.05	Autorizações e Concessões a Pagar	1.099.116	544.497
2.02.02.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	985.367	407.190
2.02.02.02.07	Demais Obrigações	571.909	362.060
2.02.04	Provisões	5.331.744	3.677.495
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.331.744	3.677.495
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	692.435	249.910
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.262.103	959.859
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	480.471	545.958
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.896.735	1.921.768

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	11.316.554	10.589.172
2.03.01	Capital Social Realizado	7.308.753	3.731.059
2.03.02	Reservas de Capital	2.198.011	4.217.934
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	0	372.670
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.092.638	2.967.829
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-2.104.524	-149.642
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimento	123.558	123.558
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	0	126.372
2.03.02.09	Reserva Especial de Incorporação - Acervo Líquido	2.309.296	0
2.03.02.10	Juros Sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.11	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.02.12	Reserva de Opções de Ações	0	104
2.03.04	Reservas de Lucros	1.722.299	2.639.809
2.03.04.01	Reserva Legal	383.527	383.527
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	391.322	1.748.567
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	947.450	507.715
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-52.693	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	140.184	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	0	370

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	25.169.230	9.245.255
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.673.253	-4.586.565
3.03	Resultado Bruto	12.495.977	4.658.690
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.735.838	-3.091.403
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.847.297	-1.160.793
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.998.437	-1.444.627
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.996.122	560.360
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.886.226	-1.046.343
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.760.139	1.567.287
3.06	Resultado Financeiro	-2.215.527	-71.912
3.06.01	Receitas Financeiras	2.275.372	1.405.870
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.490.899	-1.477.782
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.544.612	1.495.375
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-759.685	-489.625
3.08.01	Corrente	-934.079	-205.730
3.08.02	Diferido	174.394	-283.895
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.784.927	1.005.750
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.784.927	1.005.750
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.784.890	1.005.731
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	37	19
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,09	0,61
3.99.01.02	PN	1,09	0,61
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,09	0,61
3.99.02.02	PN	1,09	0,61

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.784.927	1.005.750
4.02	Outros Resultados Abrangentes	140.184	0
4.02.01	Aumento por Reorganização Societária	87.550	0
4.02.02	Ganho de Contabilidade de "Hedge"	52.634	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.925.111	1.005.750
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.925.074	1.005.731
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	37	19

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.858.934	1.839.301
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	11.742.721	3.975.931
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.544.612	1.495.375
6.01.01.02	Encargos, Rendimentos Financeiros e Atualizações Monetárias	4.045.769	127.521
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	3.228.100	1.044.226
6.01.01.04	Perdas Sobre Contas a Receber	502.509	332.808
6.01.01.05	Provisões	400.595	570.672
6.01.01.06	Provisão para Fundos de Pensão	8.118	7.237
6.01.01.07	Receita na Alienação de Bens	-389.128	0
6.01.01.08	Perda na Baixa de Ativo Permanente	267.273	12.693
6.01.01.09	Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	121.430	49.019
6.01.01.10	Participação de Empregados e Administradores	387.380	27.449
6.01.01.11	Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	-942.021	49.251
6.01.01.12	Atualização Monetária de Créditos com Partes Relacionadas e Debêntures Privadas	-48.233	-306.548
6.01.01.13	Atualização Monetária de Provisões	233.017	167.087
6.01.01.14	Atualização Monetária de Programa de Refinanciamento Fiscal	81.371	46.299
6.01.01.15	Reversão de Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	0	198.853
6.01.01.16	Dividendos Prescritos	-74.732	-50.330
6.01.01.17	Outros	1.376.661	204.319
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.184.632	-1.323.771
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.723.305	-274.193
6.01.02.02	Estoques	-234.494	8.102
6.01.02.03	Tributos	581.295	152.874
6.01.02.04	Aplicações Financeiras Mantidas para Negociação	-8.885.812	-3.811.531
6.01.02.05	Resgate de Aplicações Financeiras Mantidas para Negociação	8.963.131	3.641.371
6.01.02.06	Despesas Antecipadas	-1.452.539	0
6.01.02.07	Fornecedores	-760.098	-185.429
6.01.02.08	Salários, Encargos Sociais e Benefícios	65.322	-69.200
6.01.02.09	Provisões	-771.125	-365.042
6.01.02.10	Provisão para Fundos de Pensão	-100.526	-96.148
6.01.02.11	Outras Contas Ativas e Passivas	133.519	-324.575
6.01.03	Outros	-3.699.155	-812.859
6.01.03.01	Encargos Financeiros Pagos	-2.502.884	-496.843
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Empresa	-992.820	-205.326
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Terceiros	-286.538	-110.690
6.01.03.04	Dividendos Recebidos	83.087	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-6.439.193	-2.088.886
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-5.329.827	-883.611
6.02.02	Aquisição de Ações de Minoritários	-35.032	0
6.02.03	Recursos Obtidos na Venda de Bens	716.475	21.438
6.02.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-2.409.166	-1.467.182
6.02.05	Resgates Judiciais de Depósitos e Bloqueios Judiciais	747.489	243.535

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.02.06	Aumento/Redução de Investimentos Permanentes	-11.969	-3.066
6.02.07	Ativo Financeiro Disponível para Venda	-250.186	0
6.02.08	Créditos entre Empresas Ligadas - Recebimento	133.023	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	974.449	2.918.711
6.03.01	Captações Líquidas de Custos	7.067.093	4.586.555
6.03.02	Pagamento de Principal de Empréstimos e Financiamentos, Derivativos e Leasing	-4.980.381	-1.095.808
6.03.03	Autorizações e Concessões	-319.667	-79.926
6.03.04	Programa de Refinanciamento Fiscal	-153.227	-29.887
6.03.05	Pagamento de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	-2.405.419	-462.223
6.03.06	Reembolso de Ações	-2.008.325	0
6.03.07	Bonificação de Ações	-1.155.811	0
6.03.08	Caixa e Equivalentes de Caixa Adquiridos por Incorporação	4.930.186	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	14.346	118.443
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.591.464	2.787.569
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.004.506	3.216.937
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.413.042	6.004.506

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.731.059	4.217.934	2.639.809	0	0	10.588.802	370	10.589.172
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.731.059	4.217.934	2.639.809	0	0	10.588.802	370	10.589.172
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.577.694	-2.019.819	-1.702.504	-1.000.000	87.550	-1.057.079	38.558	-1.018.521
5.04.01	Aumentos de Capital	492.285	-492.285	0	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-2.256.282	-446.222	0	-2.702.504	-1.536	-2.704.040
5.04.08	Direito de Retirada referente a Reorganização Societária	0	-2.008.325	0	0	0	-2.008.325	0	-2.008.325
5.04.09	Resgate de Ações Bonificadas (R\$ 0,3002 por ação)	0	-492.285	0	0	0	-492.285	0	-492.285
5.04.10	Aumento por Reorganização Societária	3.085.409	973.076	0	0	87.550	4.146.035	40.094	4.186.129
5.04.11	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	553.778	-553.778	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.784.890	-59	1.784.831	-3.879	1.780.952
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.784.890	0	1.784.890	37	1.784.927
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-59	-59	-3.916	-3.975
5.05.02.06	Custo na Emissão de Ações	0	0	0	0	-56.609	-56.609	0	-56.609
5.05.02.07	Ganho de Contabilidade de "Hedge"	0	0	0	0	35.842	35.842	0	35.842
5.05.02.08	Ganho de Contabilidade de "Hedge" Reflexa	0	0	0	0	16.792	16.792	0	16.792
5.05.02.09	Variação de Porcentagem de Participação	0	0	0	0	3.916	3.916	-3.916	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-104	784.994	-784.890	0	0	-35.049	-35.049
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	784.994	-784.994	0	0	0	0
5.06.04	Encerramento do Plano de Opções de Ações	0	-104	0	104	0	0	0	0
5.06.05	Aquisição de Ações de Minoritários	0	0	0	0	0	0	-35.032	-35.032
5.06.06	Outros	0	0	0	0	0	0	-17	-17
5.07	Saldos Finais	7.308.753	2.198.011	1.722.299	0	87.491	11.316.554	0	11.316.554

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.731.059	5.719.918	1.885.511	0	0	11.336.488	351	11.336.839
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.731.059	5.719.918	1.885.511	0	0	11.336.488	351	11.336.839
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	1.748.567	-1.005.731	0	742.836	0	742.836
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-251.433	0	-251.433	0	-251.433
5.04.08	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	1.748.567	-754.298	0	994.269	0	994.269
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.005.731	0	1.005.731	19	1.005.750
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.005.731	0	1.005.731	19	1.005.750
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.501.984	-994.269	0	0	-2.496.253	0	-2.496.253
5.06.04	Ações Bonificadas a Resgatar	0	-1.501.984	0	0	0	-1.501.984	0	-1.501.984
5.06.05	Realização da Reserva de Investimentos	0	0	-994.269	0	0	-994.269	0	-994.269
5.07	Saldos Finais	3.731.059	4.217.934	2.639.809	0	0	10.588.802	370	10.589.172

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	35.467.950	12.776.140
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	34.001.811	12.576.627
7.01.02	Outras Receitas	1.968.648	532.321
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-502.509	-332.808
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-14.447.741	-4.825.569
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-4.491.207	-1.738.300
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.976.211	-2.894.438
7.02.04	Outros	-980.323	-192.831
7.03	Valor Adicionado Bruto	21.020.209	7.950.571
7.04	Retenções	-4.030.566	-1.886.350
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.228.100	-1.044.226
7.04.02	Outras	-802.466	-842.124
7.04.02.01	Provisões	-633.612	-737.759
7.04.02.02	Outras Despesas	-168.854	-104.365
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	16.989.643	6.064.221
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.275.372	1.405.870
7.06.02	Receitas Financeiras	2.275.372	1.405.870
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	19.265.015	7.470.091
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	19.265.015	7.470.091
7.08.01	Pessoal	2.000.818	786.079
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.520.077	568.720
7.08.01.02	Benefícios	310.347	165.741
7.08.01.03	F.G.T.S.	113.859	49.801
7.08.01.04	Outros	56.535	1.817
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.559.052	3.922.359
7.08.02.01	Federais	2.099.277	1.087.405
7.08.02.02	Estaduais	7.385.316	2.811.414
7.08.02.03	Municipais	74.459	23.540
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.920.218	1.755.903
7.08.03.01	Juros	4.317.744	1.304.988
7.08.03.02	Aluguéis	1.602.474	450.915
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.784.927	1.005.750
7.08.04.02	Dividendos	416.686	251.433
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.368.204	754.298
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	37	19

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração Oi S.A. 2012

1 – Mensagem aos Acionistas

O ano de 2012 foi marcado pela conclusão do processo de reorganização societária iniciado em 2011. A reorganização foi um marco importante, pois a Oi passou a ter apenas uma empresa listada na bolsa de valores com duas classes de ações, demonstrando uma estrutura de capital mais simplificada.

Em 27 de fevereiro de 2012, foram realizadas as Assembleias Gerais da Coari Participações S.A. ("Coari"), Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR"), Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL") e da Companhia nas quais foram aprovadas as operações compreendidas na reorganização societária. Em função das deliberações tomadas nas referidas assembleias, a TNL e a Coari foram incorporadas pela Companhia em 27 de fevereiro de 2012, extinguindo-se e sendo sucedidas pela Companhia, a título universal, naquela data. Dessa forma, a Companhia passou a ser controlada diretamente pela Telemar Participações S.A. ("TmarPart"), enquanto a TMAR tornou-se subsidiária integral da Companhia.

A partir de 9 de abril de 2012, as ações ordinárias e preferenciais da Oi passaram a ser negociadas na BM&FBOVESPA e na bolsa de Nova York ("NYSE") através de seus novos *tickers* – respectivamente OIBR3 e OIBR4 na Bovespa e OIBR.C e OIBR na NYSE.

Este ano também foi marcado pela retomada de crescimento da Oi confirmando a execução bem sucedida de sua estratégia. Os resultados da Companhia no ano de 2012 demonstraram o sucesso da estratégia e da capacidade de execução da mesma em todos os segmentos de produtos (Residencial, Mobilidade Pessoal e Empresarial/Corporativo).

As Unidades Geradoras de Receita ("UGRs"), que são um indicador-chave da força das operações da Companhia, encerraram o ano em 74.339 mil. A receita líquida consolidada de 2012 totalizou R\$ 25.169 milhões e o EBITDA consolidado alcançou R\$ 7.988 milhões com uma margem de 31,7%. Já os investimentos no ano, em linha com o a estratégia da Oi, somaram R\$ 6.104 milhões. É importante mencionar que, devido à conclusão da reorganização societária em 27 de fevereiro de 2012, os valores consolidados de 2012 e 2011 apresentados neste relatório não são comparáveis entre si.

No Residencial, o sucesso da estratégia se deveu aos pacotes de ofertas *triple-play* e *quadruple-play*, que associam a telefonia fixa aos produtos de mobilidade, banda larga e TV paga. Já o sólido desempenho da Mobilidade Pessoal foi impulsionado pelo crescimento nos planos pós-pagos o que comprova a estratégia da Companhia no crescimento sustentável com foco no cliente de alto valor. É importante ressaltar que a Oi se destacou ainda por ter sido a única operadora móvel a ganhar *market share* significativo na categoria pós-pago. Adicionalmente, graças ao sucesso das ofertas de serviços fixos, móveis e de banda larga tanto a pequenas e médias

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

empresas ("PME") quanto a grandes corporações, a linha Empresarial/Corporativo obteve um desempenho robusto.

Firmando o compromisso com outra importante prática da Companhia, a busca pelo resultado sustentável, a Oi vem evoluindo na inserção da Sustentabilidade em sua estratégia, desenvolvendo inúmeras iniciativas vinculadas ao tema, além de completar 11 anos da atuação de seu instituto de responsabilidade social, o Oi Futuro. Como consequência dessas ações, a Oi permanece pelo quinto ano consecutivo no Índice de Sustentabilidade Empresarial ("ISE") e pelo terceiro ano no Índice de Carbono Eficiente ("ICO2"), ambas iniciativas da BM&FBOVESPA.

Em síntese, a Oi vem executando com sucesso sua estratégia, sempre alinhada com os interesses de seus clientes, acionistas, colaboradores e demais *stakeholders*. Tudo isso posto, a Oi tem novos e importantes desafios em 2013 e estamos confiantes que a Companhia terá sucesso na continuidade de seu plano e na busca pelo crescimento sustentável.

2 – Conjuntura Econômica

O cenário de 2012 foi marcado por maior volatilidade do que o ano anterior, fruto da expectativa em relação a uma eventual ruptura da zona do Euro, à retomada da atividade econômica norte-americana e o crescimento econômico chinês, importante motor da economia mundial. Recessão e desemprego na Europa, lenta recuperação econômica, eleições presidenciais e a expectativa de um abismo fiscal nos Estados Unidos, além de problemas climáticos impactando preços de *commodities* mundiais, marcaram o ano de 2012.

No Brasil, a redução da taxa Selic pelo Banco Central em 375 bps (*basis points*) em 2012, de 11% para 7,25% ao ano, bem como intervenções pontuais realizadas na economia, tendo o governo renovado sucessivamente uma série de benefícios a alguns setores da economia, não foram suficientes para dar suporte à retomada da atividade econômica do país. Os indicadores de atividade econômica e de Produto Interno Bruto mostraram-se continuamente abaixo das expectativas do mercado. O cenário externo de fraco crescimento econômico, de fato, representou um fator restritivo para a demanda agregada do país.

Ainda que o cenário seja de baixo crescimento econômico, com o mercado de trabalho aquecido, o desemprego a níveis historicamente baixos e a renda real da população em elevação, a inflação foi mantida em um patamar desconfortável para o governo. Apesar do IPCA ter apresentado redução em 2012 (5,84%) em relação a 2011 (6,5%), há que se lembrar que este número (i) incorpora uma nova metodologia de cálculo (favorável), (ii) permanece acima da meta de inflação do Banco Central e (iii) está acima da previsão inicial do mercado que apontava para 5,27%, de acordo com a pesquisa FOCUS do Banco Central divulgada em 16 de março de 2012.

Quanto ao cenário prospectivo, o boletim FOCUS aponta para um cenário de retomada da atividade econômica brasileira, projetando crescimento do PIB de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3,2% em 2013 e de 3,6% em 2014. Contribui para isso a manutenção em 2013 da taxa Selic nos níveis atuais de 7,25%. Segundo o boletim, o IPCA não irá convergir para o centro da meta, encerrando 2013 a 5,53% e 2014 a 5,5%, o que deverá contribuir para a necessidade de elevação da taxa Selic em 2014 para 8,25%. No cenário cambial, o consenso de mercado prevê dólar a R\$ 2,07 em 2013 e R\$ 2,05 em 2014, frente a um fechamento de R\$ 2,0435 em 2012.

3 - O Setor de Telecomunicações em 2012

No ano 2012, o total de acesso dos serviços de telecomunicação no Brasil somou cerca de 339,1 milhões, representado por 43,7 milhões de linhas fixas em serviço, 262 milhões de usuários móveis, 19,2 milhões de acessos de internet em banda larga fixa e 16 milhões de usuários de TV por assinatura. A evolução de 10,2% que corresponde a 31,6 milhões de acessos em relação a 2011 foi motivada principalmente pelas expressivas adições líquidas do segmento de produtos móvel.

Telefonia Fixa

O mercado brasileiro de telefonia fixa atingiu em 2012(*) 43,7 milhões de linhas em serviço, evolução de 2,7% sobre o ano anterior. Este encontra-se maduro com crescimentos apenas marginais, uma vez que existe uma tendência mundial de migração de tráfego da telefonia fixa para a telefonia móvel.

As concessionárias de telefonia fixa representavam 70% do total dos acessos fixos em serviço em 2012(*).

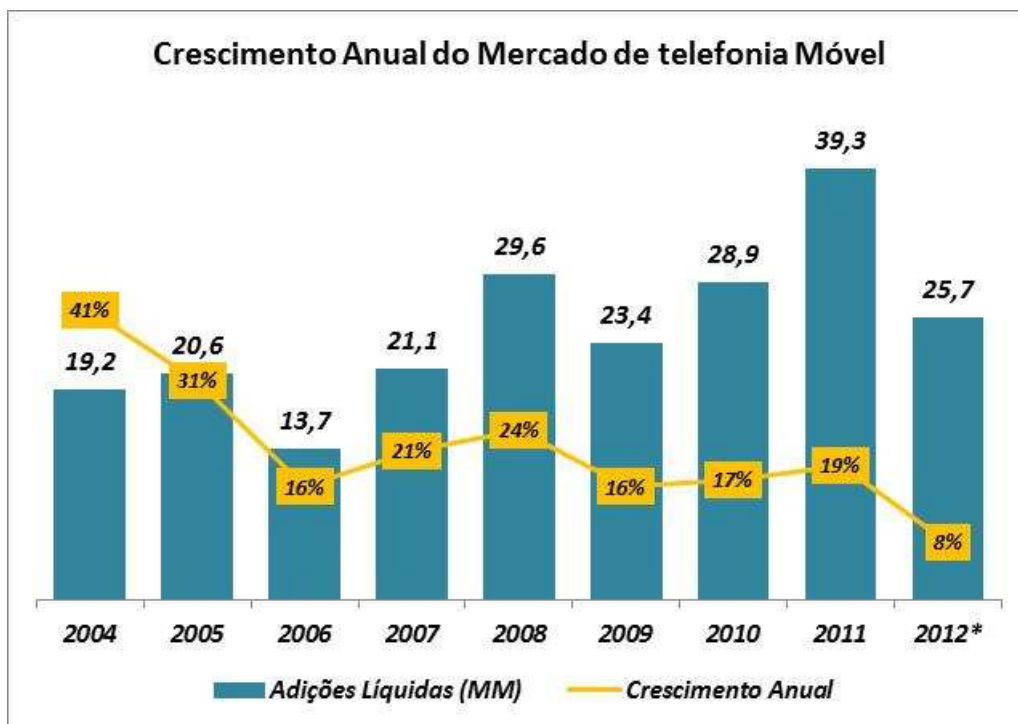
*última informação divulgada pela ANATEL relativa a setembro de 2012

Telefonia Móvel

Com 262 milhões de usuários em dezembro de 2012 e taxa de penetração de 132,7% sobre a população, o mercado de telefonia móvel brasileiro apresentou crescimento expressivo por mais um ano. As adições líquidas em 2012 somaram 25,690 milhões de usuários, refletindo crescimento de 8,1% em relação ao ano anterior. O pré-pago representou 80,5% do total de usuários móveis em dezembro de 2012 (81,7% em 2011), enquanto no pós-pago os usuários representaram 19,5% do total da base móvel.

Cabe destacar a expressiva evolução dos acessos de banda larga móvel em 2012. Com mais de 1,2 milhões de novas adições de dezembro de 2011 a dezembro de 2012, os acessos de terceira geração (3G) somaram 6,7 milhões ao final do ano. O significativo crescimento de 21,5% na base de acessos 3G evidencia o potencial deste mercado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Banda Larga Fixa

O mercado de acesso à internet através da banda larga fixa manteve-se como uma das alavancas de crescimento do setor em 2012. Ao final de 2012(*), a base de usuários atingiu cerca de 19,2 milhões de acessos, revelando crescimento de 16,7% frente a 2011, o que representou 2,75 milhões de novos usuários. A penetração dos serviços de banda larga no país, considerando-se as tecnologias de acesso por cabo, ADSL e rádio, situava-se em 31,3% dos domicílios brasileiros, demonstrando que ainda existe grande potencial de expansão neste mercado.

*última informação divulgada pela ANATEL relativa a novembro de 2012

TV por Assinatura

Em dezembro de 2012, a base de usuários dos serviços de TV por assinatura mostrou uma evolução de 3,4 milhões, um crescimento de 27,03% no ano de 2012 (30,5% em 2011). Ao fim de 2012, os acessos de TV por assinatura totalizaram 16,2 milhões de assinantes.

Tal evolução, por mais um ano, foi impulsionada pelo crescimento dos pacotes voltados para as camadas de menor poder aquisitivo da população brasileira, onde ainda existe forte demanda reprimida no país. A taxa de penetração relativamente ao total de habitantes atingiu 27% (21,2 % em 2011), o que comprova o potencial de crescimento deste mercado no país.

Os acessos através da tecnologia DTH (*Direct to Home*) foram responsáveis por 61,7% dos novos usuários, seguido pela tecnologia a cabo, com 38,3%. Cabe ressaltar que as novas entrantes do mercado, dentre as quais a Oi, utilizam a tecnologia DTH.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Cenário Regulatório

- Contratos de Concessão, PGMU e instrumentos relacionados

A assinatura dos novos Contratos de Concessão ocorreu somente na data de 30 de junho de 2011, em virtude das discussões relativas à proposta de novo Plano Geral de Metas de Universalização ("PGMU"), marcadas por divergências quanto aos impactos econômico-financeiros decorrentes do atendimento das metas propostas e, especialmente, quanto à necessidade de equacionamento das fontes de financiamento requeridas para a viabilização do plano, condição prevista pela Lei Geral de Telecomunicações.

- Plano Geral de Atualização da Regulamentação

Em outubro de 2010, completaram-se dois anos da edição do PGR – Plano Geral de Atualização da Regulamentação –, momento para o qual se previa a conclusão das ações de curto prazo previstas nesse Plano, incluindo-se novos regulamentos sobre temas de grande importância para o setor. Nem todas essas ações foram finalizadas. O status dos principais temas da agenda é apresentado a seguir.

- o Regulamento de LTOG (Lista Telefônica Obrigatória e Gratuita): dispõe sobre regras para a distribuição da Lista Telefônica e oferta do Serviço de Auxílio à Lista. Consulta Pública (11/2010) já concluída, mas Regulamento ainda não foi publicado.
- o Regulamento de Numeração: dispõe sobre solução para assegurar recursos de numeração para serviços de telefonia móvel na capital do Estado de São Paulo (área de código nacional 11). Consulta Pública 13/2010 concluída e Regulamento editado em dezembro de 2010. A numeração no CN 11 já passou para nove dígitos. Até dezembro de 2013 passarão a conter o nono dígito os demais CNs do Estado de São Paulo (CNs 12 a 19). Em Janeiro de 2014, entram os CNs iniciados pelo número 2 que abrangem os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Até dezembro de 2014, o nono dígito será incluído na região Norte, exceto Acre. Minas Gerais e Nordeste terão o nono dígito até 31 de dezembro de 2015. Por último, até 31 de dezembro de 2016, serão as regiões Sul, Centro-Oeste e o Acre.
- o Regulamentos de Fiscalização e Sanções Administrativas (CP 21 e 22/2010): Consultas Públicas finalizadas e regulamentos publicados (Sanções – Resolução 589/2012 e Fiscalização – Resolução 596/2012). Os regulamentos permitiram a redução de multas, a possibilidade de acordos substitutivos (Termo de Ajuste de Conduta – TAC), e previram nova elaboração de nova metodologia de multas.
- o Novo Regulamento de Áreas Locais (CP 23/2010): novo Regulamento, publicado em janeiro de 2011 por meio da Resolução 560/2011, amplia abrangência geográfica das áreas locais, provocando alteração do volume de chamadas de Longa Distância e na remuneração de redes associada a essas chamadas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- o Novo Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada ("EILD"): submetido à CP 50/2010 no final de 2010 e regulamento aprovado, conforme Resolução 590/2012. O novo regulamento manteve a possibilidade de cobrança de EILD Especial, mas reduziu os valores da tabela de referência da ANATEL em média 17%, e incluiu possibilidade de desconto por prazo e volume. Vale destacar ainda que há novas obrigações para a oferta de EILD decorrente da aprovação do Plano Geral de Metas de Competição ("PGMC") – Resolução 600/12.
- o Revisão do Regulamento do Acesso Individual Classe Especial – AICE: CP 11/2011 lançada em 01 de março de 2011 e regulamento publicado, conforme Resolução 586/2012. O novo regulamento define as regras básicas, os requisitos de demanda e as características para oferta, tarifação, qualidade e forma de pagamento do Acesso Individual Classe Especial – AICE, do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral – STFC, prestado em regime público. Os beneficiados pelo AICE são os assinantes de baixa renda constantes no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (que incluem as famílias com renda de até três salários mínimos).
- o Regulamento Geral de Qualidade das Prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado - RGQ-STFC, em substituição ao Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 341, de 20 de junho de 2003, e ao Regulamento de Indicadores de Qualidade do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 417, de 17 de outubro de 2005: CP 16/2011 lançada em 31 de março de 2011, mas o Regulamento ainda não foi publicado. Propõe alterações relevantes nas condições de medições sobre a qualidade da prestação do STFC.
- o Regulamento sobre os Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do STFC, envolvendo Acessos do SMP: CP 37/2011 lançada em 11 de outubro de 2011, cujo Regulamento foi editado em 04 de novembro de 2011. O Regulamento estabelece os critérios de reajuste das tarifas das chamadas dos Planos Básicos das Concessionárias do STFC, envolvendo acessos do SMP, nas modalidades local e de longa distância nacional, em cumprimento ao art. 108 da LGT e na Cláusula 12.3 dos Contratos de Concessão.
- o Norma da Metodologia para Cálculo do Fator de Transferência X Aplicado nos Reajustes de Tarifas do STFC: CP 39/2011 lançada 18 de julho de 2011, mas o Regulamento ainda não foi publicado. Esta Norma tem por objetivo estabelecer os critérios e a metodologia de cálculo do fator de Transferência X, previsto nas regras contratuais de reajuste de tarifas nas modalidades do STFC, conforme §2º da Cláusula 12.1 dos Contratos de Concessão do STFC, vigentes a partir de 02 de maio de 2011, em cumprimento ao art. 7º, inciso II, do Decreto nº 4733, de 10 de junho de 2003.
- o Regulamento de Bens Reversíveis: CP 52/2010 lançada no final de 2010, mas o Regulamento ainda não foi publicado. Disciplina a concessão de anuência prévia para substituição, oneração e alienação de bens reversíveis.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Também prevê condições mais rígidas para o controle dos bens da Concessionária.

- Outros temas
 - o MVNO (*mobile virtual network operator*): foi aprovada, em novembro de 2010, a Resolução 550 que permite a prestação do SMP por operadoras virtuais (MVNO). Ainda não existem prestadoras de MVNO em parceria com a Oi. A Porto Seguro é a única operadora virtual, em parceria com a TIM.
 - o Regulamento do SCM: CP 45/2011 lançada em 08 de agosto de 2011, mas o regulamento ainda não foi publicado. Dispõe sobre dotar a regulamentação do SCM de dispositivos que atendam ao princípio fundamental do Plano Geral de Atualização da Regulamentação das telecomunicações no Brasil (PGR) de massificação do acesso em banda larga, assim como atender ao disposto no item V.20 das Metas de Curto Prazo do PGR.
 - o Regulamento de Gestão da Qualidade do SCM – RGQ-SCM: CP 46/2011 lançada em 09 de agosto de 2011, cujo Regulamento foi editado em 31 de outubro de 2011. O Regulamento estabelece as metas de qualidade e os critérios de avaliação, obtenção de dados e acompanhamento da qualidade das prestadoras do SCM.
 - o Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (“SeAC”): CP 65/2011 lançada em 19 de dezembro de 2011, cujo regulamento foi publicado conforme Resolução 581/2012. O Regulamento operacionaliza o disposto na Lei nº 12485, de 12 de setembro de 2011, quanto a comunicação audiovisual de acesso condicionado. Apresenta o regramento para esse novo serviço (SeAC), incluindo disposições acerca da outorga do serviço, instalação e licenciamento de estações, canais de programação de distribuição obrigatória e outros, no sentido de reduzir possíveis barreiras à entrada de novos prestadores.
 - o Regulamento de Gestão da Qualidade das Prestadoras dos Serviços de Televisão por Assinatura: CP 26/2011 lançada em 23 de maio de 2011, mas o Regulamento ainda não foi publicado. Dispõe sobre a consolidação dos atuais indicadores e estabelece o Índice de Desempenho de Atendimento–IDA.
- Novos Regulamentos:
 - o Concatenação de chamadas do SMP: CP 34/2012 lançada em novembro de 2012 e regulamento publicado no mesmo mês, Resolução 604/2012, disciplinando a concatenação para todas as chamadas móveis com mesma origem e destino com menos de 120 segundos de intervalo entre elas.
 - o Norma para uso de Femtocélulas: CP 53/2012, lançada em 11 de dezembro de 2012, com prazo para contribuições até 25 de janeiro de 2013. A proposta em Consulta Pública visa melhorar e ampliar cobertura móvel indoor e desafogar tráfego das ERB principais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- o Modelagem de Custos de Telecomunicações: CP 26/2012, lançada em 4 de julho de 2012 e regulamento ainda não aprovado. O modelo propõe compreender os custos dos serviços de atacado regulados no Brasil, incluindo interconexão fixa, interconexão móvel e linhas dedicadas (EILD).
- o Regulamento sobre prestação do STFC fora da ATB (STFC FATB): CP 08/2012, lançada em 15 de fevereiro de 2012 e regulamento ainda não aprovado. O Regulamento tem por objetivo disciplinar as condições de atendimento do STFC em áreas rurais, tanto para acesso individual quanto coletivo, criando ofertas de planos de serviços em toda a área rural/FATB.
- o Plano Geral de Metas de Competição ("PGMC"): previsto no PGR como ação de curto prazo, Regulamento do PGMC foi aprovado pela Resolução 600/2012. O PGMC definiu os mercados relevantes para o Setor de Telecomunicações, as regras para identificação dos Grupos Empresariais que contêm empresas com Poder de Mercado Significativo ("PMS"), e obrigações destinadas à incentivar a competição.

4 - Perfil da Empresa

A Oi e suas controladas, dentre as quais, TMAR, TNL PCS S.A. e 14 Brasil Telecom Celular S.A. ("Brt Celular"), oferecem um amplo leque de produtos convergentes que incluem serviços tradicionais de telefonia fixa e móvel, transmissão de dados, acesso à internet em banda larga, provedor de internet e TV paga. Estes serviços são ofertados para residências, usuários corporativos de pequeno, médio e grande porte, entidades governamentais e outras empresas de telecomunicações. A Oi é a principal provedora de serviços de telecomunicações do Brasil. A TMAR detém a concessão para operar telefonia fixa em 16 estados das regiões Norte, Nordeste e Sudeste, e a Oi possui a concessão de telefonia fixa no Distrito Federal e em mais nove Estados das regiões Sul, Centro-Oeste e Norte do país.

Com a aquisição do controle acionário da Brasil Telecom S.A., a Oi passou a operar em âmbito nacional os serviços de telefonia móvel e de transmissão de dados, com um portfólio unificado em todas as regiões de outorga. A oferta de serviços em âmbito nacional confere à companhia a escala necessária para competir em igualdade de condições com os importantes competidores internacionais presentes no Brasil.

Pioneira e, de fato, a única operadora integrada do país, a Oi acredita que a capacidade de desenvolvimento de ofertas convergentes é importante vantagem competitiva, com vistas à fidelização do cliente.

A partir de 2009, a Oi passou a operar a rede de cabos submarinos de transmissão de fibra óptica da Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. ("Brt CS"), controlada integral da Oi, que conecta Brasil, Colômbia, Venezuela, Bermudas e Estados Unidos. As redes das empresas BrtCS e Brasil Telecom Multimídia Telecomunicações Ltda. somam-se ao *backbone* de dados da Oi, transformando-se na maior e mais capilar cobertura de dados do país. São mais de 176 mil km, distribuídos em 23,3 mil km de *backbone* internacional Brt CS, 32,6 mil km de *backbone* nacional e 120,3 mil km de redes estaduais e metropolitanas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Além dos serviços de telecomunicações tradicionais, a Oi presta serviços de TV por assinatura e internet banda larga para clientes residenciais, comerciais e corporativos nas cidades de Belo Horizonte, Poços de Caldas, Uberlândia e Barbacena, no estado de Minas Gerais. Com a Oi TV integrando o portfólio completo de serviços, a Oi tornou-se a primeira empresa *quadruple play* do Brasil, com oferta combinada de telefonia fixa, móvel, banda larga e TV por assinatura. Atualmente os serviços de TV por assinatura, utilizando tecnologia por satélite DTH são oferecidos para o Distrito Federal e outros 23 estados da federação (Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins).

A imagem da Oi reflete um estilo de vida ligado à inovação, ousadia, confiabilidade e inteligência. O slogan "simples assim" resume a identidade da empresa. O objetivo da companhia é oferecer o que há de mais moderno em telecomunicações e superar os níveis de exigência dos clientes e do mercado.

5 – Estratégia da Companhia e Novos Negócios

As iniciativas da Oi e suas empresas controladas visam a alcançar e manter a liderança do mercado e gerar valor para os seus acionistas. Todas essas iniciativas refletem o posicionamento de sua administração, pautado pela agilidade, simplicidade e objetividade.

A estratégia da Oi para manter a liderança do mercado, aumentar a competitividade e melhorar o desempenho financeiro, criando valor para os acionistas e demais *stakeholders*, inclui:

- ✦ Foco na convergência: através dela, a Oi consolida a diferenciação que possui no mercado por meio da oferta de pacotes integrados de telefonia fixa, móvel, banda larga e TV por assinatura. A convergência é o principal instrumento para a fidelização de clientes e alavancar vendas, além de garantir sinergias importantes que reduzem custos operacionais da companhia.
- ✦ Ampliação da base de clientes e evolução dos serviços de banda larga: por ser importante alavanca de crescimento e elemento essencial no futuro dos serviços integrados de comunicação, o acesso à internet em banda larga é um dos principais instrumentos da nossa estratégia. Para potencializar esse crescimento, a Oi investe continuamente na expansão das suas redes de banda larga (fixa e móvel), na ampliação da oferta de acesso à internet em altas velocidades e na evolução para novas tecnologias. Hoje a Oi possui a maior rede de acesso à banda larga fixa do país, com uma cobertura em mais de 4.600 municípios.
- ✦ Atuação em novos negócios e mercados: a busca pela inovação e o crescimento contínuo de novos negócios é parte essencial da estratégia da Oi. Expandir a atuação para novos negócios a partir das plataformas

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

existentes e atuar em segmentos que complementam a oferta de serviços para os clientes são pontos-chave para garantir o crescimento futuro da organização.

A empresa analisa continuamente oportunidades de novos negócios no setor de telecomunicações e em segmentos de serviços adjacentes relevantes, como internet, TI e outros, que apresentem sinergia com os negócios da Companhia de modo a alavancar novas fontes de receita e fortalecer seu posicionamento no cenário nacional e internacional de telecomunicações.

- ★ Explorar as oportunidades de crescimento com rentabilidade, como operadora móvel nacional: a diferenciação por meio da convergência e de ofertas inovadoras continua sendo a principal estratégia para consolidar a liderança nesse segmento de produtos. A vantagem da convergência e da inovação em ofertas com foco nos serviços e na venda de aparelho, continuarão a ser diferenciais importantes para ampliar a participação nos mercados em que opera e na rentabilidade das suas operações. A empresa continuará explorando a oferta de serviços de valor adicionado e novos produtos através da sua base de clientes, potencializando ainda mais a expansão de sua receita e rentabilidade.
- ★ Ampliar a eficiência e o controle de custos, mantendo a qualidade dos serviços: as iniciativas para melhoria dos processos internos, com a consequente otimização dos custos e da alocação de recursos, fazem parte da nossa estratégia de aumento da eficiência operacional e ganhos de escala. Assim como a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes continuará a ser prioridade estratégica para a companhia.

6 – Reorganização Societária

Em 24 de maio de 2011, a controladora TmarPart divulgou fato relevante no qual comunicou que, em reunião prévia de acionistas, realizada naquela data nos termos do Acordo de Acionistas da TmarPart, havia sido aprovada orientação para que as administrações da TmarPart e de suas controladas TNL, Coari, BRT e TMAR (sendo as quatro controladas denominadas, em conjunto, “Companhias Oi”) conduzissem estudos e adotassem procedimentos pertinentes visando a uma reorganização societária das Companhias Oi.

A referida Reorganização Societária teve por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a Governança das Companhias Oi, eliminando custos operacionais e administrativos e aumentando a liquidez para todos os acionistas. Nesse sentido, a Reorganização Societária compreendia conjuntamente a cisão parcial da TMAR e a incorporação das ações desta pela Coari, bem como as incorporações da Coari e da TNL pela BRT na mesma data, conjunta e indissociada uma da outra, de modo que a implementação de cada uma dessas operações seria condicionada à aprovação da outra.

Em virtude da Reorganização Societária, a BRT passou a concentrar todas as participações acionárias nas Companhias Oi e a ser a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, passando a ser denominada Oi S.A. A manutenção do

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

controle acionário da Oi exclusivamente pela TmarPart foi condição para a aprovação da Reorganização Societária, cumprindo, assim, suas obrigações legais e regulatórias perante a ANATEL. Coube à TmarPart e a seus acionistas diretos ou indiretos implementar as medidas necessárias para a manutenção do controle e o cumprimento de tais obrigações, incluindo, potencialmente, a permuta de ações preferenciais que detinha por ações ordinárias de titularidade de seus acionistas diretos ou indiretos.

O processo de reestruturação societária previa a constituição de Comitês Especiais Independentes para cada uma das empresas (TNL, BRT e TMAR), com o intuito de negociar as condições da operação e submeter suas recomendações aos Conselhos de Administração das respectivas Companhias.

Em 1 de agosto de 2011, os Comitês Especiais Independentes de TNL, BRT e TMAR concluíram seu trabalho e recomendaram aos Conselhos de Administração das Companhias a adoção das seguintes relações de troca nas incorporações:

Ação original / Ação em substituição	Relação de substituição
TNLP3 / BRT03	2,3122
TNLP4 / BRT04	2,1428
TNLP4 / BRT03	1,8581
TMAR3 / BRT03	5,1149
TMAR5 e 6 / BRT04	4,4537
TMAR5 e 6 / BRT03	3,8620

Ressalta-se que as relações de troca acima foram baseadas nas cotações de mercado das ações TNL, BRT e TMAR de acordo com as médias negociadas, nos 30 dias anteriores à divulgação do primeiro Fato Relevante (24 de maio de 2011), ponderadas por volume. Também foi considerada no cálculo das relações de troca a proposta de bonificação em ações de emissão da BRT resgatáveis pelo valor total de R\$ 1,5 bilhão, a serem atribuídas exclusivamente aos acionistas da BRT anteriores às incorporações, conforme divulgado também no Fato Relevante de 24 de maio de 2011.

Em 26 de agosto de 2011, os Conselhos de Administração da TNL, BRT, Coari e TMAR aprovaram as condições gerais da Reorganização Societária. Adicionalmente, os Conselhos de Administração das Companhias Oi aprovaram a proporção entre as ações BRT03 e BRT04 a que fariam jus os titulares de ações TNLP4, TMAR5 e TMAR6. Portanto, as relações de substituição finais foram as seguintes:

Ação original / Ação em substituição	Relação de substituição
1 TNLP3	2,3122 BRT03
1 TNLP4	0,1879 BRT03 + 1,9262 BRT04
1 TMAR3	5,1149 BRT03
1 TMAR5	0,3904 BRT03 + 4,0034 BRT04
1 TMAR6	0,3904 BRT03 + 4,0034 BRT04

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Além das aprovações societárias pertinentes, a Reorganização Societária estava sujeita à anuência da ANATEL e tal anuência foi concedida em 27 de outubro de 2011.

Tendo em vista que as ações da BRT e da TNL possuíam registro junto à SEC (*Securities and Exchange Commission*), órgão regulador do mercado de capitais norte americano, a Reorganização Societária estava condicionada à declaração, pela SEC, de registro do *Registration Statement* no Formulário F-4, apresentado pela BRT à SEC.

Nesse contexto, a SEC formulou comentários com relação à forma de contabilização da mais valia originada na aquisição da BRT, evidenciada nas demonstrações financeiras não auditadas *pro forma* da BRT, na data base de 30 de junho de 2011.

No dia 27 de janeiro de 2012, a SEC declarou o registro do *Registration Statement* no Formulário F-4.

Em 27 de fevereiro de 2012, foram realizadas as Assembleias Gerais da Coari, BRT, TNL e TMAR, nas quais foram aprovadas as operações compreendidas na Reorganização Societária, além de todos os documentos pertinentes. Em função das deliberações tomadas nas referidas Assembleias Gerais, a TMAR foi parcialmente cindida e teve suas ações incorporadas pela Coari. Por sua vez, a TNL e a Coari foram incorporadas pela BRT em 27 de fevereiro de 2012, extinguindo-se e sendo sucedidas, a título universal, naquela data, pela BRT, a qual passou a denominar-se Oi S.A. ("Oi"). Dessa forma, a Oi passou a ser controlada diretamente pela TmarPart, enquanto a TMAR se tornou subsidiária integral da Oi.

Ainda em 27 de fevereiro de 2012, foi divulgado Fato Relevante a respeito dos procedimentos para o exercício, até o dia 29 de março de 2012, do direito de retirada por parte dos acionistas dissidentes legitimados da TMAR e da TNL.

Encerrado o prazo para exercício do direito de recesso, a apuração de tal exercício foi concluída em 05 de abril de 2012, tendo-se divulgado o respectivo resultado através de Fato Relevante na mesma data. O pagamento do valor do reembolso das ações dos acionistas dissidentes que exerceram o direito de retirada foi realizado no dia 09 de abril de 2012.

As ações da TMAR, TNL, Coari e Oi continuaram a ser negociadas sob os códigos TMAR3, TMAR5, TMAR6, TNLP3, TNLP4, COAR3, COAR4, BRTO3 e BRTO4 até o dia 05 de abril de 2012, inclusive, na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A partir do dia 09 de abril de 2012, passaram a ser negociadas (i) na BM&FBOVESPA S.A., somente as ações ordinárias e preferenciais Companhia, sob os códigos OIBR3 e OIBR4 e nome de pregão Oi, e (ii) na *New York Stock Exchange – NYSE*, somente *American Depositary Shares (ADSs)* representativas das ações da Oi, sob os códigos OIBR e OIBR.C.

Em 24 de abril de 2013, em resposta à consulta que a Companhia apresentou à Comissão de Valores Mobiliários - CVM - com o objetivo de confirmar o tratamento contábil mais apropriado à mais valia de ativos originada da aquisição do controle da Brasil Telecom S.A. pela Telemar Norte Leste S.A. em razão da referida

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

reorganização societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012, o Colegiado da CVM, em decisão unânime, acatou os argumentos da Companhia no sentido de que o estorno da citada mais valia registrada na Oi, e sua recomposição na controladora Telemar Participações S.A., é o tratamento contábil mais adequado para tal evento.

7 –Desempenho Operacional

Em 2012, a Companhia continuou executando sua estratégia com foco na convergência e rentabilização de serviços. Este movimento tem por objetivo alavancar a participação dos serviços da Oi no total de consumo de telecomunicações das residências e das empresas, posicionando a Companhia como uma provedora de soluções completas para os clientes.

A Companhia encerrou 2012 com 74.339 mil unidades geradoras de receita ("UGRs"). Vale ressaltar que os valores de 2012 não são comparáveis com 2011, devido à reorganização societária que foi concluída em 27 de fevereiro de 2012.

Residencial (Telefonia fixa, Banda larga e TV paga)

No segmento de produtos Residencial, a Companhia encerrou o ano com 18.337 mil UGRs. Esse resultado se deve à consistente expansão da banda larga e expressivo crescimento de TV paga, através de iniciativas que visavam: (i) diminuição do *churn* por meio de retenção do cliente (convergência, reposicionamento do portfólio e fidelização), e (ii) alavancagem das vendas de produtos residenciais com forte atuação na expansão de canais, campanhas publicitárias e investimentos na ampliação de velocidade de banda larga.

Como destaques em 2012, vale ressaltar a expansão da base de TV paga, a manutenção da liderança em banda larga e o lançamento do IPTV e conexão de banda larga através de fibra ótica.

A Oi encerrou o ano com 5.102 mil clientes de banda larga no Residencial. Esse resultado segue em linha com a estratégia da Companhia de alavancar o número de produtos por residência. Vale destacar que o percentual de residências com produtos da Oi atingiu 40,4% ao final de 2012. Este resultado ocorreu principalmente em função de: (i) investimentos na expansão e na qualidade da rede, com consequente *upgrade* de velocidade da base; (ii) reposicionamento do produto e das ofertas do Oi Velox em determinados mercados; (iii) expansão de canais, tanto porta-a-porta como lojas próprias; e (iv) ações de fidelização (planos com desconto mensal da fatura em contrapartida da permanência do cliente por doze meses). Como resultado dessa estratégia, ao longo de 2012 a Oi manteve taxas de crescimento anual de banda larga residencial superiores a 15% em todos os trimestres, demonstrando um desempenho consistente durante todo o ano.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 2012 a operação de TV por assinatura manteve uma constante evolução. Como um dos pilares do plano estratégico da Companhia, a expansão no produto de TV paga tem como objetivo alavancar o número de produtos por residência, provendo assim suporte para maior capacidade de retenção e fidelização do cliente e crescimento sustentável do ARPU das residências. Em função dos sucessivos ganhos de *market share*, a Oi já se posiciona como o terceiro maior grupo econômico do mercado de TV por assinatura, com participação de 5% no encerramento de 2012. Estes resultados reforçam o sucesso do direcionamento estratégico de posicionar sua oferta com canais HD a partir do pacote de entrada, por preços competitivos, combinado com produtos de banda larga, telefonia fixa e móvel da Oi.

A Oi encerrou o ano com 12.478 mil clientes de telefonia fixa no segmento de produtos Residencial, resultado que também demonstra o foco da Companhia na fidelização de seus clientes através da oferta de serviços convergentes.

Mobilidade Pessoal

Mobilidade Pessoal alcançou 46.305 mil usuários ao final de 2012 e sua participação nas UGRs da Companhia passou a representar 62,3%. A base de pré-pago atingiu 39.832 mil clientes ao final de 2012, 86% do total de usuários móveis. A base de pós-pagos atingiu 6.473 mil usuários em dezembro de 2012 e representa 14% da base total da mobilidade. Esse resultado é explicado tanto por um aumento significativo do volume de adições brutas (remodelagem das ofertas e maior capilaridade dos canais), quanto pela redução do *churn* (proatividade na adequação de melhores planos para os clientes de acordo com a análise do perfil de consumo).

Empresarial/Corporativo

As UGRs do Empresarial/Corporativo somaram 8.971 mil ao final de 2012. A Oi continua seguindo sua estratégia de ajudar os clientes a alavancar suas receitas e racionalizar seus custos por meio do uso inovador da tecnologia. Nessa visão, foi destaque no ano o lançamento do Oi Smart Cloud e Oi Gestão. Esses lançamentos reforçam a estratégia da Companhia de estar cada vez mais presente em toda a cadeia de serviços de telecom e TI dos seus clientes corporativos.

8 - Desempenho Econômico-Financeiro

A receita líquida consolidada totalizou R\$ 25.169 milhões no ano de 2012. Dos quais R\$ 8.941 milhões são do segmento de produtos Residencial, R\$ 8.016 milhões de Mobilidade Pessoal e R\$ 7.695 milhões do Empresarial/Corporativo.

Os maiores destaques em 2012 foram (1) a retomada do crescimento da receita no segmento de produtos Residencial pelo aumento de residências com mais de um produto Oi, como por exemplo, banda larga; (2) com os serviços de voz e uso de rede no segmento de Mobilidade Pessoal; e, (3) com o aumento das receitas de dados nas telefonias móvel e fixa no segmento Empresarial / Corporativo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização) totalizaram R\$ 17.181 milhões em 2012, sendo os principais custos: R\$ 7.341 milhões com serviços de terceiros, R\$ 3.915 milhões com custos de interconexão, R\$ 1.855 milhões com pessoal, R\$ 1.602 milhões com alugueis e seguros, R\$ 507 milhões com custos de aparelhos e CMV, e R\$ 503 milhões em provisão para devedores duvidosos (PDD). Já o EBITDA alcançou R\$ 7.988 milhões com uma margem de 31,7% e o lucro líquido totalizou no ano R\$ 1.785 milhões.

Vale ressaltar que os valores de 2012 não são comparáveis aos de 2011, devido à reorganização societária que foi concluída em 27 de fevereiro de 2012.

9 – Endividamento

R\$ Milhões	dez/12	dez/11
Endividamento		
Curto Prazo	2.783	1.162
Longo Prazo	30.088	6.962
Dívida Total	32.871	8.124
Em moeda nacional	20.497	7.191
Em moeda estrangeira	12.849	914
Swap	(475)	19
(-) Caixa	(7.808)	(9.320)
(=) Dívida Líquida	25.063	(1.196)

A Companhia calcula a dívida líquida como sendo o saldo de empréstimos e financiamentos, que considera o saldo de instrumentos financeiros derivativos e debêntures (convertíveis e não convertíveis), deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia.

A dívida líquida não é uma medida segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, pelo IFRS ou pelo USGAAP, no entanto a Administração da Companhia entende que a medição da dívida líquida é útil tanto para Companhia quanto para os investidores e analistas financeiros, na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

Os números de 2011 refletem a posição de dívida e caixa de Brasil Telecom S.A. e os de 2012 representam a Oi, nova denominação de Brasil Telecom S.A. após a reorganização societária ocorrida em 27 de fevereiro de 2012. Como resultado do

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

processo de reestruturação societária, a Oi passou a ser a *holding* que concentra as participações acionárias nas demais empresas do grupo, tendo assumido parcela da dívida da TMAR e passando a ser o principal veículo de captação de todo o grupo para o mercado de capitais.

A dívida bruta consolidada da Companhia totalizou R\$ 32.871 milhões em dezembro de 2012, valor em linha com sua estratégia. Os principais eventos de captação em 2012 foram as seguintes captações de mercado de capitais: *Bond* 5,75% (US\$ 1,5 bilhão) e debêntures atreladas ao CDI (R\$ 400 milhões) e ao IPCA (R\$ 1,4 bilhão). Destacam-se ainda os desembolsos de ECAs com vistas ao financiamento de CAPEX, como EKN/Deutsche (US\$ 53 milhões) e Finnvera/BNP (US\$ 362 milhões), além da captação junto ao BNDES no valor total de (R\$ 2,0 bilhões).

Dentre as amortizações, merecem destaque o pré-pagamento da Debênture 2011 3ª emissão (R\$ 1,65 bilhão), o pré-pagamento parcial do CRI (R\$ 425 milhões), da Debênture 5ª emissão (BRAT15) no valor de R\$ 770 milhões, de dois contratos com o BNDES, totalizando (R\$ 372 milhões), além do pagamento de principal e juros do BNDES (R\$ 2,4 bilhões) e os vencimentos das parcelas de juros do *Bond* em Euro (R\$ 104 milhões), das Debêntures, 5ª, 7ª e 8ª emissão da Oi (R\$ 539 milhões) e do CCB/BB (R\$ 297 milhões). A Companhia manteve sua política de gestão de passivos onerosos, com vistas a substituir dívidas mais caras por captações de custo inferior.

A dívida líquida consolidada encerrou o ano de 2012 em R\$ 25.063 milhões. É importante lembrar que, ao final de 2011, a Companhia estava se preparando para a sua operação de reestruturação societária, quando havia a previsão de desembolsos elevados no início de 2012, quais sejam, direito de retirada, bonificação e dividendos, trazendo impacto negativo no caixa da Companhia. Os elevados investimentos realizados no período, igualmente em linha com a estratégia da Companhia, também contribuíram para menor geração de caixa livre.

A parcela da dívida em moeda estrangeira representava 40,3% do total da dívida ao final do ano de 2012. Todavia, apenas 1,4% da dívida bruta, equivalente a R\$ 466 milhões, apresentava alguma exposição às flutuações cambiais para a Companhia. Vale ressaltar que as operações de derivativos contratadas bem como o caixa mantido em moeda estrangeira oferecem proteção cambial para esta parcela da dívida. O fluxo de pagamentos dessas dívidas está totalmente coberto até março de 2015.

O custo efetivo da dívida se manteve estável ao longo de 2012. Já o prazo médio da dívida, ao final de dezembro de 2012 fechou em 5 anos, mantendo a tendência de alongamento dos últimos trimestres.

10 – investimentos

R\$ Milhões	2012	2011
Investimentos		
Rede	4.421	975

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Serviços de TI	277	69
Licença 4G + Outros	1.407	254
TOTAL	6.104	1.297

No ano de 2012, alinhado com a estratégia da Companhia, os investimentos somaram R\$ 6.104 milhões, composto principalmente pelos investimentos na rede móvel com a expansão do 2G e 3G, na expansão da rede de dados na fixa e na melhoria e abrangência da Velox e Oi TV, além dos investimentos na otimização dos sistemas em TI, na aquisição da licença 4G e no crescimento das lojas próprias. Vale lembrar que valores de 2012 não são comparáveis com os de 2011, devido à reorganização societária que foi concluída em 27 de fevereiro de 2012.

▪ **Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento**

A Oi, desde a sua criação, vem procurando se diferenciar e se manter na liderança do mercado nacional por meio de suas ações e atitudes inovadoras.

Visando atingir seus objetivos de inovação, em 2012, a Oi intensificou o processo de prospecção de serviços inovadores e desenvolveu atividades de inovação, pesquisa e desenvolvimento, fomentando seu ecossistema de inovação por meio do Programa Inova. Este programa é estruturado em três fábricas de inovação. A Fábrica Incremental tem como objetivo fomentar e desenvolver inovação nos processos do dia a dia da Oi (foco no curto prazo). A Fábrica Planejada tem como objetivo desenvolver projetos para implementar produtos, serviços e processos inovadores na Oi (foco no médio prazo). E a Fábrica Exploratória tem como objetivo avaliar e definir posicionamento em novas tendências, tecnologias e modelos de negócio que possam ser implementados no longo prazo.

Para implementação da Fábrica Incremental foi utilizada uma ferramenta colaborativa denominada "Mercado de Ideias", onde todos os colaboradores da Oi podem participar submetendo ideias, avaliando e contribuindo nas ideias dos demais colaboradores para solucionar desafios do dia a dia e que resultem em melhorias contínuas e operacionais dos processos, produtos e serviços da Companhia.

Os investimentos em Inovação e P&D nos projetos desenvolvidos em 2012 totalizaram R\$ 144 milhões em 63 projetos.

11 - Mercado de Capitais e Estrutura Acionária

Ao final de 2012, o capital da Companhia era representado por 1.797,1 milhões de ações, sendo 599,0 milhões ações ON e 1.189,1 milhões de ações PN.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

	Ações do Capital Social	Em Tesouraria	TmarPart	Acionistas TmarPart ⁽¹⁾	Em circulação
Ordinárias	599.008.629	84.250.695	290.549.788	61.995.173	162.212.973
Preferenciais	1.198.077.775	72.808.066		441.556.694	683.713.015
Total	1.797.086.404	157.058.761	290.549.788	503.551.867	845.925.988

Obs: Posição acionária em 31/12/2012.

(1) AG Telecom, Andrade Gutierrez, BNDES, Bratel, Funcef, La Fonte Telecom, LF TEL, Petros e Previ.

▪ **Nossas Ações***

Na BM&FBOVESPA, as ações da Oi encerraram o ano de 2012 cotadas a R\$ 9,16 OiBR3 e a R\$ 8,32 OiBR4. Apresentaram desempenho positivo em 2012 de 13,0% OiBR3 e 15,2% OiBR4. O Ibovespa encerrou o mesmo período com alta de 7,4%.

Na bolsa de Nova York (NYSE), os ADRs da Companhia tiveram valorização de 2,82% OIBR e 1,40% OIBR.C em 2012.

* *fonte de dados: Econômica*

▪ **Relações com Investidores**

A área de Relações com Investidores da Oi tem como missão desenvolver e executar adequada e consistente política de transparência e de divulgação de informações, além de cultivar estreito relacionamento com os analistas e investidores e ser o principal canal de comunicação da empresa com os agentes do mercado de capitais, nacional e internacional.

Entre as atividades realizadas pela área de RI estão reuniões com investidores nacionais e estrangeiros, encontros da Associação dos Analistas do Mercado de Capitais (APIMEC) e participação em conferências e *roadshows* no Brasil e no exterior, bem como congressos voltados aos profissionais de investimento e do mercado de capitais.

Em 2012, ressalta-se a participação da equipe de Relações com Investidores em 17 conferências no Brasil e exterior, tendo se reunido com cerca de 1.300 investidores e analistas.

▪ **Dividendos**

Em abril de 2012 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária pagamentos de dividendos relativos ao exercício social encerrado em 2011. O pagamento de dividendos foi efetuado em maio de 2012 no valor total de R\$ 2,0 bilhões, equivalente ao montante de R\$ 1,219487094508 por ação ordinária e preferencial.

Em agosto de 2012 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária e efetuado o pagamento de dividendos e bonificação conforme segue:

- Pagamento de dividendos no valor total de R\$ 507.715.614,95 (quinhentos e sete milhões, setecentos e quinze mil, seiscentos e quatorze reais e noventa e cinco centavos), equivalente ao montante de R\$ 0,309577473963 por ação ordinária e preferencial.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Pagamento do resgate das ações preferenciais classe B e C emitidas em bonificação aos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo valor total de R\$ 492.284.385,05 (quatrocentos e noventa e dois milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, trezentos e oitenta e cinco reais e cinco centavos), equivalente ao montante de R\$ 0,300168346034 por ação ordinária e preferencial.

12 - Governança Corporativa

A Oi vem mantendo seu processo evolutivo no que tange às práticas de Governança Corporativa. O sistema institucional no qual a Companhia está inserida engloba seu estatuto social, estrutura societária, estrutura organizacional, políticas, procedimentos e práticas adotadas que interagem visando cumprir os objetivos sociais e assegurar a perenidade do negócio.

Parte deste processo foi a publicação no último ano, da Política de Transações com Partes Relacionadas e Situações Envolvendo Conflito de interesses, que tem por objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos para transações dessa natureza, preservando a transparência do processo, de modo que as decisões sejam tomadas no melhor interesse da Companhia, seus administradores e seus acionistas. Em dezembro de 2012 a Oi aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, corroborando o compromisso da Companhia com a transparência e reforçando o interesse na melhoria de suas práticas.

Além disso, como destaque houve a realização da simplificação da estrutura societária, resultando em fatores muito positivos, visando a agregar valor aos acionistas, reduzir custos operacionais, administrativos e financeiros tornando a Companhia mais atraente para os investidores e com maior acesso ao mercado de capitais.

O gerenciamento de riscos, incluindo a estrutura de controles internos, são práticas da Companhia, consideradas fundamentais para atingir seus objetivos. Continuamente aprimorado, o Modelo de Gestão de Riscos da Oi, desdobrado até o nível de processos, segue as boas práticas de mercado, como a Norma Brasileira de Gestão de Riscos (ABNT – NBR ISO 31000), o *Internal Control – Integrated Framework*, do Coso (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), e o Cobit (*Control Objectives for Information and Related Technology*).

Em 2012 a Oi fortaleceu o modelo de gestão de riscos mediante a implementação de um Comitê de Continuidade de Negócios, com atuação estruturada em conformidade com a norma ABNT – NBR ISO 15.999, com objetivo de mitigar possíveis riscos com impactos não só em suas operações, mas principalmente na sociedade ou no meio ambiente.

Alinhado às práticas da Companhia, em 2012 a Oi continuou sua busca por um Resultado Sustentável, consolidando a cultura do tema internamente e estendendo aos nossos *stakeholders*. A Companhia permanece prestando serviços convergentes de telecomunicações, promovendo a inclusão digital e possibilitando o acesso à cidadania a milhões de brasileiros. As parcerias com o Governo como o programa

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Banda Larga nas Escolas e o Plano Nacional de Banda Larga são parte destas ações de inclusão social.

Além disso, no último ano, a Oi avançou no seu Projeto Gestão de Sustentabilidade na Cadeia de Fornecedores, pois sabe da importância de integrar na sua cadeia de valor os aspectos relativos à responsabilidade socioambiental.

Com o objetivo de melhorar suas práticas de gestão de resíduos, a Oi firmou parceria com empresa de logística reversa especializada em serviços de coleta, manejo de resíduos e reciclagem de produtos eletroeletrônicos velhos ou sem uso e produtos pós-consumo. Por meio dessa parceria, a Oi financiará a construção de cinco fábricas de reciclagem no país, em contrapartida à prestação de serviços de coleta, manufatura reversa e destinação final de resíduos produzidos pela própria Empresa, de seus fornecedores, clientes e colaboradores, além da gestão de todo o processo. Com isso a Oi dá uma contribuição importante para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, sendo uma iniciativa pioneira no seu setor.

A atuação da Oi na área de responsabilidade social corporativa se dá por meio do "Oi Futuro", certificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Criado em 2001, atua em programas nas áreas de Cultura, Sustentabilidade e Educação, usando as tecnologias da informação e da comunicação para promover transformações sociais e estabelecer novos modelos de referência, inspirando a promoção de políticas públicas.

Na área de cultura, atua em três centros culturais próprios, dois no Rio de Janeiro e um em Belo Horizonte, além de dois Museus das Telecomunicações. Adicionalmente gerencia o Programa Oi de Patrocínios Culturais Incentivados. Em 2012 a Oi manteve-se como uma das principais patrocinadoras do país, selecionando mais de 90 projetos através de edital público. Em educação, o Oi Futuro apoia e desenvolve projetos educativos que utilizam novas tecnologias de comunicação e informação para a transformação do ambiente escolar e capacitação de jovens para as profissões do futuro, destacando-se, entre estas iniciativas, o Núcleo Avançado em Educação ("NAVE") com escolas no Rio de Janeiro e Recife e o Oi Kabum!, Escola de Arte e Tecnologia com espaços no Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte e Salvador. Em 2012, estes programas beneficiaram mais de 1.200 jovens. Na área de Sustentabilidade, através do programa Oi Novos Brasis, apoia projetos socioambientais em diversos campos tais como: garantia de direitos, trabalho e renda e educação para a sustentabilidade. Ao longo de 2012 os projetos executados beneficiaram mais de 4.000 pessoas. Adicionalmente o Oi Futuro reforçou seu compromisso para construção de políticas públicas, apoiando no último ano, 28 projetos dos FIA - Fundos Públicos da Infância e da Adolescência. O website (<http://www.oifuturo.org.br>) do Oi Futuro traz mais informações acerca dos seus programas.

As iniciativas descritas acima e o avanço do tema na estratégia da Companhia contribuíram para a sua permanência, pelo quinto ano consecutivo no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e integrando pelo terceiro ano o Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambas as iniciativas da BM&FBOVESPA. Em 2012, a Oi completou três anos de sua adesão ao Pacto Global das Nações Unidas, comprometida permanentemente a adotar em suas práticas de negócios, os valores

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

nos âmbitos de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Como reconhecimento ainda pelo avanço no processo de gestão e comunicação da sustentabilidade, com a publicação do Relatório Anual de Sustentabilidade referente 2011, o primeiro da Companhia adotando o padrão internacional da GRI (*Global Reporting Initiative*), a Oi foi uma das finalistas do Prêmio Relatório Anual da ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas) e recebeu a premiação do *IR Global Rankings* conquistando o primeiro lugar em melhor evolução de Relatório Anual Online na América Latina.

Os temas Governança Corporativa e Sustentabilidade serão tratados com maior profundidade no Relatório Anual de Sustentabilidade da Oi, com publicação prevista ainda para o primeiro semestre de 2013.

13 - Colaboradores

A Oi possui 15.146 colaboradores na atividade de telecomunicações, sendo 721 estagiários e 104 aprendizes técnicos. Do total de colaboradores, 58% são do sexo masculino e 42% do sexo feminino. Os cargos executivos são integrados por 76% de homens e 24% de mulheres.

A média de idade dos colaboradores é de 36 anos, com um tempo médio de empresa de 7 anos. A Oi está presente em 26 estados mais o Distrito Federal, com profissionais alocados em mais de 150 endereços.

Adicionalmente, a Oi Possui 16.678 colaboradores alocados em atividades de call center, 4.737 alocados em atividades de implantação e manutenção de rede e 178 em outras atividades.

Por meio de programas especializados, forma-se uma equipe de primeira linha: 220 facilitadores de gestão, 40 Black Belts, 300 Green Belts, 15 Yellow Belts, 464 líderes de projetos e PMOs e 216 líderes de processo.

O modelo Gestão da Companhia é baseado no "Gerenciamento pelas Diretrizes", totalmente alinhado com sua estratégia. Em 2012 foi introduzida uma nova ferramenta de gestão com uma ampla capacitação de todos os gestores da Companhia no seu uso. A nova ferramenta facilita o gerenciamento da rotina do dia a dia e contribui para um maior alinhamento de cada gestor com os integrantes das suas equipes, que passam a gerenciar os processos sob sua responsabilidade mais de perto e concentram suas ações no tratamento da causa-raiz de desvios e na implantação de planos de ação estruturados para a melhoria de performance.

A área de Gente da Companhia trabalha continuamente a adequação da sua estrutura e processos às estratégias de negócios da Companhia, de forma a viabilizar maior eficiência operacional.

Para fundamentar o Ciclo de Desenvolvimento de Gente, a Oi trabalha com uma Gestão de Carreira cujas principais ferramentas são o processo de recrutamento interno livre e uma estratégia de desenvolvimento profissional que, além de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

orientar o autoconhecimento e desenvolvimento, permite que os Colaboradores estejam aptos a fazer um bom planejamento de sua carreira.

Como forma de proporcionar crescimento profissional aos Colaboradores, a Oi possui a Avaliação de Desempenho nos modelos 360 e 270 graus. O primeiro é designado aos gestores e contempla as etapas de auto-avaliação, avaliação do Gestor, pares, clientes internos e subordinados. Já o modelo 270 graus é composto pelas etapas de auto-avaliação, avaliação do gestor e dos clientes internos e é voltado para os demais colaboradores. O processo é anual, porém, no ano de 2012 - extraordinariamente - não aconteceu o ciclo avaliativo.

Além disso, a Oi possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo alavancar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos chave, através de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento, com foco para resultados do negócio.

Na Oi, há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus Colaboradores como, por exemplo, as trilhas de desenvolvimento de competências técnicas, treinamentos spots, desenvolvimento de liderança, e-learning, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e inglês online.

Os treinamentos voltados para as competências técnicas e ações de educação continuada somaram 311.550 horas de treinamento.

O Programa Geração promove o desenvolvimento de jovens talentos envolvidos com seu crescimento profissional. Em 2012, ele foi ampliado com a reinclusão do Programa Geração Estágio Técnico voltado para as Diretorias de Engenharia e Operações, no qual tivemos 1.008 inscritos, disputando 20 vagas (15 em Operações e 5 em Engenharia). Para o Programa Geração Estágio Superior, 27.994 candidatos se inscreveram no 1º semestre de 2012 em que foram recrutados 186 estudantes. Já no 2º semestre foram 22.104 inscritos para 412 vagas disponíveis.

Para captar jovens profissionais e nos posicionar como marca empregadora, participamos de 16 Feiras universitárias em 6 Estados do Brasil.

Participaram dos processos para os Programas de Trainees cerca de 10 mil candidatos. Destes, 6 foram selecionados para o Programa Trainee Executivo, com foco na formação de jovens talentos com perfil multifuncional para atuação em diferentes frentes do negócio, e 26 selecionados para o Programa Trainee Expert, que visa desenvolver jovens talentos no skill técnico para suportar a evolução e a inovação tecnológica do negócio.

Em 2012 foram oferecidas em torno de 500 horas de treinamento para os públicos do Programa Geração.

No ano de 2012 fechamos 8.265 posições na OI. O recrutamento interno é prioridade para a Companhia. Em 2012, 67,5% das vagas abertas para executivos foram preenchidas por candidatos internos, via *assessment*. No geral, 51,9% das vagas abertas no ano foram preenchidas por colaboradores, com exceção das vagas dos projetos de lojas, porta a porta (PAP) e trainee, voltados principalmente para o público externo. Esse dado torna-se ainda mais expressivo quando

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

comparamos com o número de pessoas que demonstraram interesse em trabalhar na Oi, ao cadastrarem seus currículos no sistema utilizado pela Empresa (Vagas.com): 719.229 pessoas externas cadastradas atualmente. Além disso, 130 estagiários foram efetivados no ano como colaboradores, média de 10,8 por mês. Por fim, 1.919 Colaboradores foram promovidos de cargo e de salário.

Pensando no bem-estar físico e emocional de seus colaboradores, a Oi promove uma série de iniciativas que visam à valorização, o cuidado e o reconhecimento do seu capital humano. São vários programas como ginástica laboral, shiatsu, RPG, pilates de solo, drenagem linfática e orientação nutricional, programas para gestantes, entre outros.

Ao longo do ano, foram realizadas diversas ações de comunicação interna com o objetivo de alinhar os colaboradores à missão, visão e práticas definidas para sustentar a estratégia da Companhia e transformar a Oi na telecom preferida dos clientes. A campanha envolveu a produção de vídeos com reconhecimento de projetos, comunicação digital, ambientação de escritórios, entre outras soluções de mobilização e engajamento interno. Para reforçar os conceitos por trás das práticas – ‘Cliente no Centro de Tudo’, ‘Resultado Sustentável’, ‘Fazer Acontecer com Excelência’ e ‘Gente que Surpreende’ – foram criados e disponibilizados e-learning que facilitam a assimilação dos comportamentos e atitudes desejadas.

Em 2012, as ações de voluntariado estiveram em pauta através de projetos como a parceria firmada desde 2003, com a Organização *Junior Achievement*. Aproximadamente 400 voluntários da Oi ministraram aulas sobre as vantagens de permanecer na escola, impactando cerca de 4.400 alunos da rede pública de ensino fundamental em todo o Brasil. Na mesma linha, foi realizada no meio do ano a Campanha de Doação de Sangue em parceria com hemocentros de diversos estados brasileiros. A ação mobilizou cerca de 800 Colaboradores, resultando na doação de 479 bolsas de sangue coletadas e 24 cadastros para doação de medula óssea.

A Oi também ofereceu a oportunidade a vinte colaboradores de participarem como voluntários no apoio à equipe técnica durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada em junho e que teve a Empresa como fornecedora oficial de serviços de TI e Telecom do evento.

Finalmente, entre os meses de novembro e dezembro, a Oi incentivou seus Colaboradores a participarem da Campanha de Natal Solidário, uma tradição na Empresa. Dessa vez, a parceria foi firmada com os Correios em todo o país para estimular a participação na ação “Papai Noel dos Correios”, que envolve as cartas enviadas por crianças em situação de vulnerabilidade social. Ao todo, 1.945 crianças tiveram seus pedidos de Natal atendidos por Colaboradores Oi.

14 – Auditoria Externa

Nos termos da Instrução CVM no. 381/2003 informamos que a Oi S.A. e suas controladas contrataram a KPMG Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A política da companhia quanto à contratação de serviços não relacionados aos de auditoria junto à Oi se fundamenta nos princípios de independência e transparência do auditor externo. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No exercício de 2012, os auditores da Companhia não prestaram outros serviços, além dos de auditoria da Oi S.A.

Notas Explicativas

Oi S.A. e sociedades controladas

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2012 e de 2011
e Relatório do auditor independente**

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. (“Companhia” ou “Oi”) anteriormente denominada Brasil Telecom S.A. ou “BrT”, é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Leblon, na Rua Humberto de Campos, 425 – 8º andar.

A Companhia ainda possui: (i) através da controlada integral Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”) a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; (ii) através da controlada indireta TNL PCS S.A. (“TNL PCS”) a autorização para prestação de serviço de telefonia móvel nas Regiões I e III; e (iii) através da controlada integral 14 Brasil Telecom Celular S.A. (“BrT Celular”) a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel na Região II.

As vigências dos contratos de concessão e das autorizações acima mencionadas se encontram divulgadas na Nota 17.

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - “*Securities and Exchange Commission*” dos EUA, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e negocia seus ADR’s - “*American Depositary Receipts*” na NYSE – “*New York Stock Exchange*”.

Em Reunião realizada em 18 de fevereiro de 2013, o Conselho de Administração, originalmente, apreciou e aprovou as Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como autorizou a sua publicação. As Demonstrações Financeiras ora reapresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em Reunião realizada em 30 de abril de 2013.

Notas Explicativas

As participações em controladas da Companhia, após a exclusão das ações em tesouraria, estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta 2012	Indireta 2012	Direta 2011	Indireta 2011
14 Brasil Telecom Celular S.A. ("BrT Celular")	Telefonia móvel – Região II	100%		100%	
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BrT Multimídia")	Tráfego de dados	99,99%	100%	90,46%	100%
BrT Card Serviços Financeiros Ltda. ("BrT Card")	Serviços financeiros	100%		100%	
Vant Telecomunicações S.A. (i)	Comunicação multimídia			99,99%	100%
Brasil Telecom Call Center S.A. ("BrT Call Center")	Serviços de centrais de atendimento e telemarketing	100%		100%	
BrT Serviços de Internet S.A. ("BrTI")	Holding	100%		100%	
Agência O Jornal da Internet Ltda. ("JINT") (i)	Internet			30%	
iG Participações S.A. ("iG Part") (ii)	Holding			0,16%	100%
Internet Group do Brasil S.A. ("iG Brasil")	Internet		100%	13,64%	100%
Nova Tarrafa Participações Ltda. ("NTPA") (ii)	Holding			100%	
Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. ("BrT CS")	Tráfego de dados	99,99%	100%	99,99%	100%
Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. ("BrT SCS Bermuda") (1)	Tráfego de dados		100%		100%
Brasil Telecom of America Inc. ("BrT of America") (2)	Tráfego de dados		100%		100%
Brasil Telecom de Venezuela, S.A. ("BrT Venezuela") (3)	Tráfego de dados		100%		100%
Brasil Telecom de Colômbia, Empresa Unipersonal ("BrT Colômbia") (4)	Tráfego de dados		100%		100%
Oi Paraguay Comunicaciones SRL ("Oi Paraguay") (5)	Tráfego de dados		100%		100%
Sumbe Participações S.A. ("Sumbe")	Investimentos em propriedades			100%	
Rio Alto Participações S.A.	Investimentos em propriedades	100%		100%	
Copart 5 Participações S.A. ("Copart 5")	Investimentos em propriedades	100%		100%	
Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR")	Telefonia Fixa – Região I	100%			
TNL PCS S.A. ("TNL PCS")	Telefonia Móvel – Regiões I e III		100%		
Paggo Empreendimentos S.A. ("Paggo")	Sistemas de pagamentos e de crédito		100%		
Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda ("Paggo Acquirer")	Sistemas de pagamentos e de crédito		100%		
Paggo Administradora de Crédito Ltda ("Paggo Administradora")	Sistemas de pagamentos e de crédito		100%		
Oi Serviços Financeiros S.A.	Investimentos em propriedades	99,87%	100%		
Copart 4 Participações S.A. ("Copart 4")	Investimentos em propriedades		100%		
Telemar Internet Ltda ("Oi Internet")	Internet		100%		
Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Dommo")	Compra e venda de imóveis		100%		
SEREDE – Serviços de Rede S.A. ("Serede")	Serviços de rede		100%		
Pointer Networks S.A. ("Pointer")	Internet Wifi		100%		

Notas Explicativas

Empresa	Atividade	Direta 2012	Indireta 2012	Direta 2011	Indireta 2011
VEX Wifi Tec España S.L (6)	Internet Wifi		100%		
VEX Venezuela C.A (3)	Internet Wifi		100%		
VEX Wifi S.A (7)	Internet Wifi		100%		
VEX Ukraine LLC (8)	Internet Wifi		100%		
VEX USA Inc (2)	Internet Wifi		100%		
VEX Bolivia (9)	Internet Wifi		100%		
Pointer Networks S.A. – SUC Argentina (10)	Internet Wifi		100%		
VEX Wifi Canadá Ltd (11)	Internet Wifi		100%		
VEX Chile Networks Serv Tec Ltda (12)	Internet Wifi		100%		
VEX Colombia Ltda (4)	Internet Wifi		100%		
VEX Paraguay S.A. (5)	Internet Wifi		100%		
Pointer Peru S.A.C (13)	Internet Wifi		100%		
VEX Portugal S.A. (14)	Internet Wifi		100%		
VEX Panamá S.A. (15)	Internet Wifi		100%		
Oi Brasil Holdings Cooperatief UA (16)	Sistemas de pagamentos e de crédito	100%			
Circuito das Águas Telecom S.A.	Investimentos em propriedades		100%		
Caryopoeae Participações S.A.	Investimentos em propriedades		100%		
Bryophyta SP Participações S.A.	Investimentos em propriedades		100%		

(i) Controlada incorporada conforme divulgado, nesta nota, no item Outras incorporações realizadas em 2012.

(ii) Controlada incorporada conforme divulgado, nesta nota, no item Reorganização Societária do Grupo iG realizada em outubro de 2012.

Todas as controladas da Companhia são sediadas no Brasil exceto as seguintes:

- 1) Sediada em Bermuda
- 2) Sediada nos Estados Unidos da America
- 3) Sediada na Venezuela
- 4) Sediada na Colômbia
- 5) Sediada no Paraguai
- 6) Sediada na Espanha
- 7) Sediada no Uruguai
- 8) Sediada na Ucrânia
- 9) Sediada na Bolívia
- 10) Sediada na Argentina
- 11) Sediada no Canadá
- 12) Sediada no Chile
- 13) Sediada no Peru
- 14) Sediada em Portugal
- 15) Sediada no Panamá
- 16) Sediada na Holanda

Notas Explicativas

As participações em empreendimentos controlados em conjunto estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta 2012	Indireta 2012	Direta 2011	Indireta 2011
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Tráfego de dados		50%		
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo Soluções")	Financeira		50%		

Os ativos e passivos das entidades controladas em conjunto foram combinados linha a linha nas demonstrações contábeis da Companhia pelo método de consolidação proporcional, conforme apresentado abaixo:

AIX	2012	2011
Ativo circulante	6.707	
Ativo não circulante	60.012	
Passivo circulante	1.640	
Passivo não circulante	2.895	
Patrimônio líquido	62.184	
Receitas	23.837	
Despesas	(24.112)	

Paggo Soluções	2012	2011
Ativo circulante	1.281	
Ativo não circulante	38.264	
Passivo circulante	2.847	
Patrimônio líquido	36.698	
Receitas	306	
Despesas	(15.579)	

Reforma do Estatuto Social da Companhia

Em reunião da AGE – Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, no dia 7 de novembro de 2012, foi aprovada a reforma de seu Estatuto Social a fim de adaptá-lo às novas regras do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA para o ingresso da Companhia no referido nível de governança.

Notas Explicativas

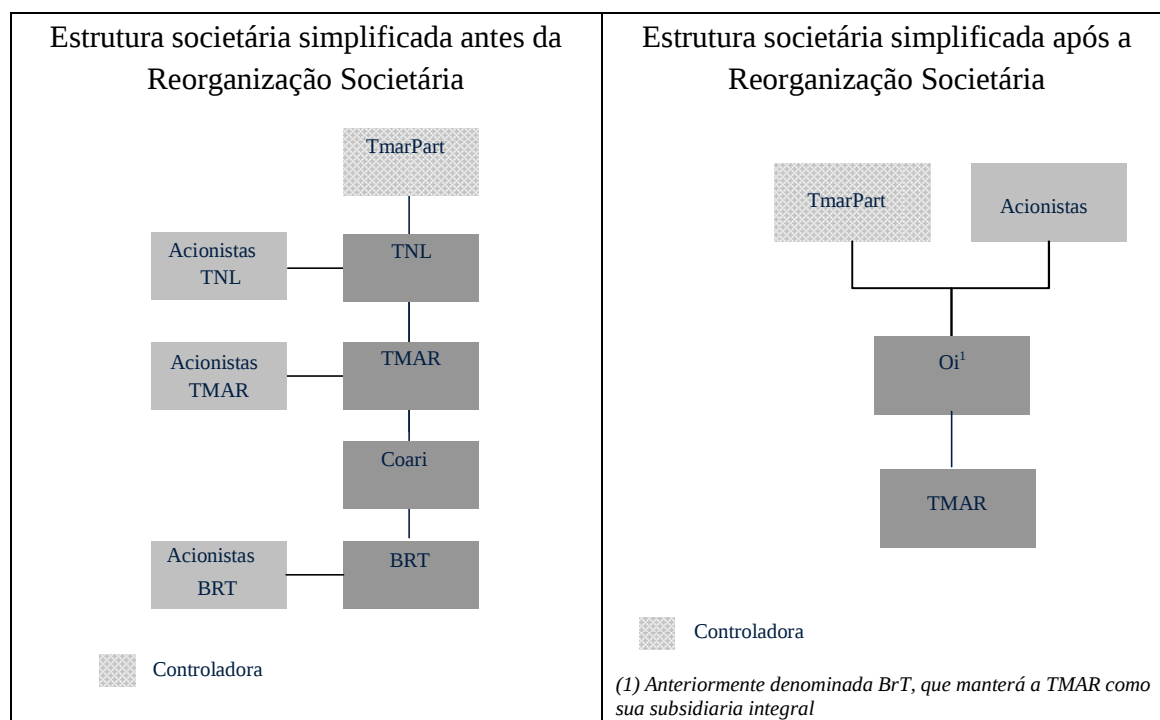
Reorganizações Societárias em 2012

Reorganização Societária do Grupo Oi realizada em fevereiro de 2012

Em Assembleias Gerais realizadas em 27 de fevereiro de 2012, os acionistas das Companhias Oi (Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL"), TMAR, Coari Participações S.A. ("Coari") e Oi) aprovaram a Reorganização Societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da TMAR com a incorporação da parcela cindida pela Coari, seguida de incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da TNL pela Companhia, que passa a concentrar todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e passa a ser a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, teve a sua denominação social alterada para Oi S.A. por ocasião dessas Assembleias Gerais.

Em consequência, foram emitidas 395.585.453 novas ações ordinárias e 798.480.405 novas ações preferenciais da Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.), passando o seu capital subscrito, totalmente integralizado, a ser de R\$ 6.816.468, dividido em 599.008.629 ações ordinárias e 1.198.077.775 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária antes e após a Reorganização Societária:



A Reorganização Societária teve por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a governança das Companhias Oi, resultando em criação de valor para todos os acionistas através de, dentre outros fatores:

- Simplificar a estrutura societária, anteriormente dividida em três companhias abertas e sete diferentes classes e espécies de ações, unificando as bases acionárias das Companhias Oi

Notas Explicativas

em uma única empresa com duas espécies diferentes de ações negociadas em bolsas de valores no Brasil e no exterior;

- Reduzir custos operacionais, administrativos e financeiros, após a consolidação da administração das Companhias Oi, a simplificação da sua estrutura de capital e o aprimoramento da sua capacidade para atrair investimentos e acessar mercados de capitais;
- Alinhar os interesses dos acionistas da TNL, da TMAR e da Oi;
- Possibilitar o aumento da liquidez das ações da Oi; e
- Eliminar os custos decorrentes da listagem separada das ações da TNL, da TMAR e da Oi e aqueles decorrentes das obrigações de divulgação pública de informações pela TNL, pela TMAR e pela Oi, separadamente.

Na AGE – Assembleia Geral Extraordinária da Oi de 27 de fevereiro de 2012 foi aprovada, inclusive, a proposta de bonificação em ações preferenciais resgatáveis de emissão da Oi atribuídas exclusivamente aos acionistas da Oi anteriores à incorporação, pelo valor total de R\$ 1,5 bilhões. A data base da bonificação aos acionistas cujas ações são negociadas na BM&FBOVESPA e para os acionistas cujas ações são negociadas na NYSE foi o dia 29 de março de 2012 (data do fim do prazo para o exercício do direito de retirada). Sendo assim, a partir do dia 30 de março, inclusive, as negociações dessas ações em bolsa foram realizadas ex-bonificação. A partir do dia 9 de abril de 2012, o valor do resgate das ações resgatáveis foi pago proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social e na data foi pago o valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes da TNL e da TMAR, o qual montou a R\$ 2,0 bilhões. O valor das ações resgatadas acima foi deduzido no cálculo das relações de substituição deliberada.

Abaixo são apresentadas as relações de troca de ações decorrentes das incorporações da TNL e Coari na Oi, a saber:

Ação original / Ação em substituição	Relação de substituição
TNLP3 / BRTO3	2,3122
TNLP4 / BRTO4	2,1428
TNLP4 / BRTO3	1,8581
TMAR3 / BRTO3	5,1149
TMAR5 e TMAR6 / BRTO4	4,4537
TMAR5 e TMAR6 / BRTO3	3,8620

As ações ordinárias e preferenciais da Oi S.A. passaram a ser negociadas, já sob seu novo código, OIBR3 e OIBR4 respectivamente, a partir de 9 de abril de 2012.

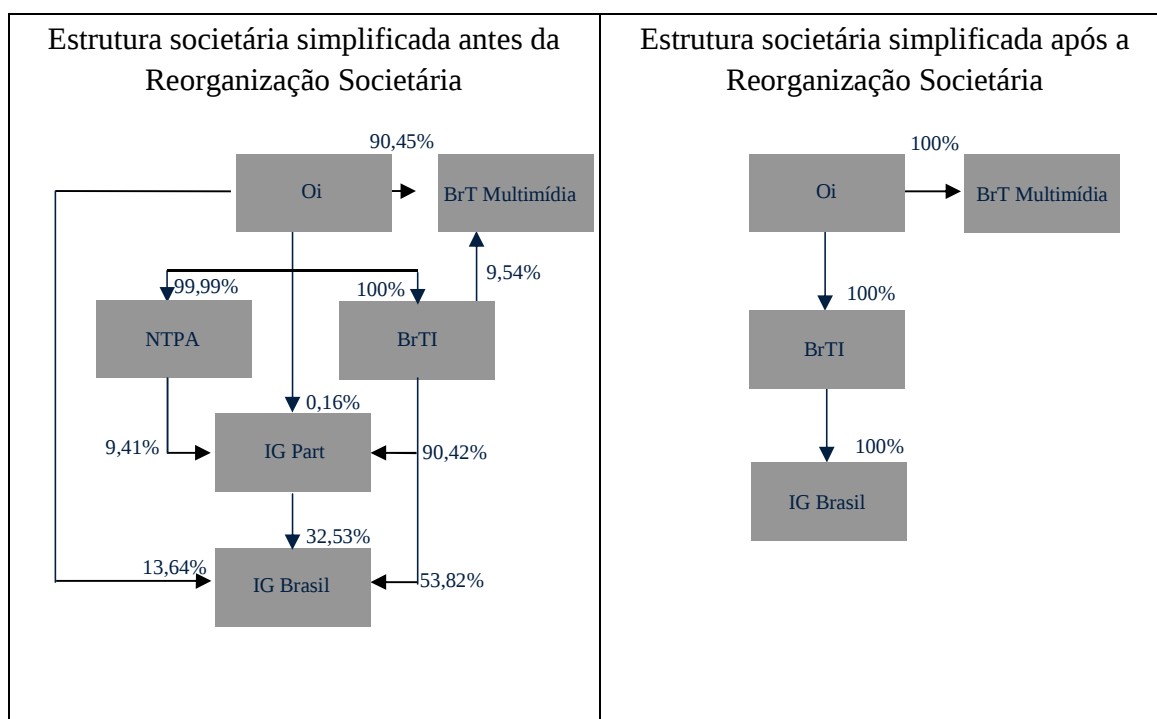
Além das aprovações societárias pertinentes, a Reorganização Societária teve anuência da ANATEL, concedida em 27 de outubro de 2011. Adicionalmente, as ações que foram emitidas pela Oi S.A. nesse contexto, foram registradas junto à SEC, assim como foi obtida a anuência dos credores das Companhias Oi para a implementação da Reorganização Societária, quando aplicável. A contabilização dos efeitos de todas as etapas da Reorganização Societária foi efetuada com base nos acervos líquidos contábeis de cada sociedade, prospectivamente. O aumento no patrimônio líquido da Companhia e de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas dela resultante monta a R\$ 4.146.035.

Notas Explicativas

Em decorrência da Reorganização Societária os saldos patrimoniais e de resultado da Companhia e de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas foram impactados a partir da data da aprovação da operação, em 27 de fevereiro de 2012, e no que se refere ao resultado a partir de 28 de fevereiro de 2012, quando começaram a incluir os saldos e transações decorrentes das operações da TMAR e controladas.

Reorganização Societária do Grupo iG realizada em outubro de 2012

Em 24 de outubro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a reorganização societária das empresas controladoras do grupo iG por meio dos seguintes passos: (i) Aumento do capital social da BrTI, pela Companhia, no valor de R\$ 51.828, integralizado por meio da transferência da participação detida pela Companhia na NTPA (99,99%), iG Part (0,16%) e iG Brasil (13,64%); (ii) redução do capital social da BrTI, no valor de R\$ 48.807, através da transferência do investimento detido na BrT Multimídia para a Companhia (iii) incorporação da iG Part pela iG Brasil e da NTPA pela BrTI, a valor contábil, de modo que a iG Brasil passou a ser subsidiária integral da BrTI.



Outras incorporações realizadas em 2012

Durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2012 foram realizadas diversas incorporações envolvendo “holdings” e companhias inativas do Grupo Oi visando à simplificação da estrutura societária. O patrimônio líquido das empresas incorporadas foi avaliado com base no seu valor contábil.

- Incorporação da Vant pela BrT Multimídia em 30 de outubro de 2012;
- Incorporação da TNL.Net, TNL Trading, TNL Exchange e JINT pela BrTI em 1 de novembro de 2012;

Notas Explicativas

- iii. Incorporação da Tomboa, Tete e Carpi pela TMAR em 30 de novembro de 2012;
- iv. Incorporação da Blackpool pela Oi Internet em 1 de dezembro de 2012; e
- v. Incorporação da TNCP (subsidiária integral) pela TMAR em 31 de dezembro de 2012.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

(a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” emitidos pelo IASB – “*International Accounting Standards Board*” e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais da controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

As Demonstrações Financeiras Individuais, preparadas para fins estatutários, apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas Demonstrações Financeiras Individuais não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Individuais

Notas Explicativas

preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

(b) Principais políticas contábeis

Critérios de consolidação das controladas pelo método integral

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IAS 27 / CPC 36 (R2) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 9).

Critérios de consolidação das entidades controladas em conjunto pelo método proporcional

A Companhia optou por reconhecer a participação nos empreendimentos controlados em conjunto através do método de consolidação proporcional, de acordo com o IAS 31 / CPC 19 (R1) – Investimento em empreendimento controlado em conjunto. O método utilizado consiste em consolidar a participação da Companhia em cada um dos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade controlada em conjunto, linha a linha, em suas demonstrações contábeis.

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$).

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores;

Notas Explicativas

- juros, investimentos e financiamentos.

Sendo assim a moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$), mesma moeda que é utilizada para apresentação das Demonstrações Financeiras.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data da transação. A variação cambial resultante da conversão é reconhecida na demonstração do resultado.

Empresas do grupo

A Companhia possui investimentos em empresas com sede no exterior, nenhuma das quais utiliza uma moeda funcional diferente do Real (R\$).

A Companhia possui uma controlada na Venezuela, cuja economia é considerada hiperinflacionária pelo IAS 29.

A Administração da Companhia analisou o efeito da hiperinflação nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e concluiu que o impacto da atualização monetária no período é imaterial em razão do patrimônio líquido (passivo a descoberto) daquela controlada (base para os efeitos hiperinflacionários), em 31 de dezembro de 2012, ser de R\$ (2.563) (2011 – R\$ 2.658).

Itens não monetários indexados a moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas não possuem itens não monetários indexados a moeda estrangeira (distinta da moeda funcional e de apresentação), em razão das controladas no exterior representarem a extensão das operações de sua controladora brasileira.

Apresentação de informação por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a Administração. Todos os resultados operacionais dos segmentos são analisados frequentemente para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado e ativos intangíveis que não ágio.

Combinações de negócios

A Companhia optou por adotar a isenção para o reprocessamento das combinações de negócios ocorridas anteriormente à data de transição para as IFRS e CPC, 1 de janeiro de 2009, de acordo com o IFRS 1 / CPC 37. Sendo assim os excedentes pagos estão mensurados e classificados

Notas Explicativas

conforme sua fundamentação original. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura (“*goodwill*”), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, simcard e acessórios. A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência.

Estoques

Os estoques estão segregados e classificados conforme disposição abaixo:

- Estoques de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem o custo de reposição.
- Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia.

Notas Explicativas

- Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente, representados por aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes ao provável valor de realização para os casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda. Para os estoques obsoletos são registradas as perdas ao valor recuperável.

Ativo financeiro disponível para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia registra ativos financeiros disponíveis para venda inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Financeiras de controladas e controladas em conjunto (“*joint ventures*”) são incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os encargos financeiros decorrentes de obrigações que financiam bens e obras enquanto em construção são capitalizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

Notas Explicativas

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como de vida útil indefinida e ativos sujeitos a depreciação e

Notas Explicativas

amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações da Companhia.

As UGC são os segmentos de negócios da Companhia, tendo em vista ser a menor unidade separável com capacidade de geração de caixa.

As projeções do VPL - Valor Presente Líquido das UGC são elaboradas levando-se em consideração as seguintes premissas:

- Fontes internas de informação: evidência de obsolescência ou dano, planos de descontinuidade, relatórios de desempenho, entre outras;
- Fontes externas de informação: valor de mercado dos ativos, ambiente tecnológico, ambiente de mercado, ambiente econômico, ambiente regulatório, ambiente legal, taxas de juros, taxas de retorno sobre os investimentos, valor de mercado das ações da Companhia, entre outras.

Para os ativos de vida útil indefinida as referidas projeções suportam a recuperação desses ativos. Adicionalmente, de acordo com as avaliações efetuadas pela Companhia, não houve evidências de perda de valor que gerassem a realização de projeções para os ativos com vida útil definida.

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

Notas Explicativas

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida e de aplicações financeiras no exterior em moeda estrangeira e, inclusive, decorrentes das variações das taxas de juros flutuantes das dívidas.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado na data em que um contrato derivativo é celebrado e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

A partir de 27 de fevereiro de 2012, a Companhia passou a fazer uso da contabilidade de “*hedge*” para os instrumentos financeiros derivativos, sendo que a sua controlada TMAR já adotava desde 1 de janeiro de 2011. A adoção desta prática objetiva a redução da volatilidade do resultado reconhecido devido à variação do valor justo destes instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos designados para a contabilidade de “*hedge*” são submetidos a testes periódicos de efetividade prospectiva e retrospectiva utilizando metodologia de compensação monetária (“*dollar offset*”).

Os derivativos contratados e designados para contabilidade de “*hedge*” são formalmente identificados por meio de documentação na designação inicial, elaboradas de acordo com os requisitos do CPC 38 (IAS 39). Foram designados para contabilidade de “*hedge*” os instrumentos financeiros derivativos classificados como “*hedge*” de fluxo de caixa.

A parcela eficaz, conforme definido no CPC 38 (IAS 39), é registrada em conta do patrimônio líquido, denominada “Outros resultados abrangentes”, líquida de impostos, e é reclassificada para resultado financeiro com base na taxa efetiva. A parcela ineficaz, mensurada após testes de efetividade realizados trimestralmente, é registrada no resultado financeiro no mesmo período em que ocorre.

Notas Explicativas

As variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos não designados para fins de contabilidade de “*hedge*” são contabilizadas como receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período em que ocorrem.

Será terminada a relação de “*hedge*” e a designação removida quando:

- (i) O contrato do instrumento financeiro derivativo for exercido, terminado ou liquidado, ou se a Companhia e sua controlada TMAR removerem voluntariamente a designação, obedecendo os critérios estabelecidos pelo CPC 38 (IAS 39). Caso o objeto de “*hedge*” continue existindo, os saldos acumulados em outros resultados abrangentes referentes às variações do valor justo do instrumento financeiro derivativo são apropriados ao resultado do período no qual as despesas de juros e variações cambiais do objeto de “*hedge*” são apropriadas.
- (ii) A dívida for pré-paga ou extinta. Neste caso, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é imediatamente apropriado às receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período no qual a designação for desfeita.

As informações requeridas sobre os instrumentos financeiros derivativos, assim como os efeitos reconhecidos pela Companhia e sua controlada TMAR no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, estão descritas na Nota 3.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Benefícios a empregados

- Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

Notas Explicativas

No plano de benefício definido se adota o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais pelo critério do corredor. O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

- Plano de opção de compra de ações - A Companhia possuía plano de opções de compra de ações outorgadas a administradores e empregados, liquidadas em ações, que foi extinto em 31 de dezembro de 2011. O valor justo dos serviços recebidos dos empregados em troca da garantia destas opções foi determinado com referência no valor justo das opções, estabelecido na data de sua concessão.
- Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas provenientes da venda de cartões indutivos (TUP – Telefonia de Uso Público) são registradas quando os créditos são efetivamente consumidos pelos clientes.

Notas Explicativas

- Programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”)

As controladas BrT Celular e TNL PCS implementaram um programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”), no qual os clientes de telefonia móvel acumulam pontos através dos valores pagos por serviços de telefonia móvel, telefonia fixa, internet e TV, e podem trocá-los por pacotes de serviços de telefonia móvel, descontos em aparelhos, eventos disponíveis no “experiências Oi” e/ou transferi-los ao Programa Multiplus Fidelidade (programa parceiro) para trocá-los por diversos outros benefícios do referido programa, tais como passagens aéreas, abastecimento em postos de combustíveis, entre outros.

Os pontos concedidos no programa são contabilizados como um componente separadamente identificável da transação de venda em que os pontos são concedidos. O valor justo da contraprestação recebida ou a receber, com relação à venda inicial, é alocado entre os prêmios concedidos pelo programa. O valor alocado aos pontos é estimado com base no seu valor justo, ou seja, o valor pelo qual os créditos de prêmios podem ser vendidos separadamente. Tal valor é diferido e a receita relacionada é reconhecida somente quando os pontos são resgatados ou transferidos aos programas parceiros. O reconhecimento da receita é baseado no número de pontos que foram resgatados em troca de prêmios em relação ao número total que se espera que seja resgatado. Tal programa começou a operar efetivamente no primeiro trimestre de 2011, sendo o saldo do passivo registrado na conta de receitas a apropriar.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos e outras transações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado. Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou

Notas Explicativas

o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas são reconhecidas, já as subvenções que visam compensar o custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira adicional.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03 (R2)/IAS 7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Notas Explicativas

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Provisões para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

A Administração da Companhia inclui na base de cálculo da provisão entidades governamentais, clientes corporativos e outros fornecedores de serviços de telecomunicações. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 16 e 17, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos

Notas Explicativas

ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (“*impairment*”) dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado. Para os ativos de vida útil indefinida (“*goodwill*”) a Companhia testa, no mínimo anualmente, eventuais perdas no ágio de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2 (b).

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Provisões

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota 23. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis e decisões recentes, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos a valor justo com base em estimativas de fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado. As estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As utilizações de diferentes premissas para apuração do valor justo poderiam ter efeito material nos valores obtidos e não indicam necessariamente o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no caso de liquidar essas transações.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRS. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de

Notas Explicativas

estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

(d) Novas normas, alterações e interpretações de normas

Normas que entraram em vigor em 2012, mas não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A adoção das IFRSs novas e revisadas que entraram em vigor em 2012 não impactou, individualmente ou no conjunto, os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior, no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

Modificações à IAS 1 - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (iii) - permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado; e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma.

Modificações à IAS 12 – Esclarece o tratamento tributário das propriedades para investimentos avaliadas a valor justo.

Normas e interpretações que não entraram em vigor e ainda não foram adotadas

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (iii) - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado.

Notas Explicativas

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (i) - substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.

IFRS 11 - Acordos de Participação (i) - substitui a IAS 31 - Participações em “*Joint Ventures*” e aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificado. Em junho de 2012, o IASB modificou as orientações de transição limitando a exigência de aplicação comparativa somente para o exercício imediatamente anterior.

IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (i) - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais. Em junho de 2012, o IASB modificou as orientações de transição limitando a exigência de aplicação comparativa somente para o exercício imediatamente anterior.

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo (i) - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo. Em junho de 2012, o IASB modificou as orientações de transição limitando a exigência de aplicação comparativa somente para o exercício imediatamente anterior.

Modificações à IAS 19 - Benefícios a Empregados (i) - alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A norma revisada excluiu a possibilidade de utilização do “método corredor” no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais dos planos de benefícios definidos, além de determinar que os ganhos e perdas atuariais passem a ser registrados diretamente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes). A Companhia estima que o novo pronunciamento impacte negativamente o seu patrimônio líquido individual e consolidado (outros resultados abrangentes) em R\$ 315.983 e R\$ 314.056, respectivamente, na data de transição.

Modificações à IAS 27 - Demonstrações Financeiras Separadas (i) – refletem modificações da contabilização de participação não controladora (minoritária) e tratam principalmente da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle, da contabilização de perda de controle de subsidiárias e da alocação de lucro ou prejuízo a participações controladoras e não controladoras em uma subsidiária.

Modificações à IAS 28 - Investimentos em Coligadas e “*Joint Ventures*” (i): As alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objetivo esclarecer: (a) que um investimento em uma associada deve ser tratado como um ativo único para efeitos dos testes de “*impairment*” de acordo com a IAS 36 - “*Impairment*” de Ativos; (b) que qualquer perda por “*impairment*” a ser reconhecida não deverá ser alocada a ativos específicos (especificamente ao ágio); (c) que as reversões de “*impairment*” são registradas como um ajuste ao valor contábil da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente; e (d) transição da consolidação proporcional para o método de equivalência patrimonial na contabilização de “*Joint Ventures*”. A Companhia estima que a aplicação desse último ponto reduza os ativos, passivos, receitas e despesas, apresentados nas Demonstrações Consolidadas, em montantes imateriais.

Notas Explicativas

Modificações à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação (i) e IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento (ii) - as alterações exigem divulgações mais extensas sobre os itens financeiros que são apresentados líquidos no balanço patrimonial.

Modificações à IFRS 1 – Adoção Inicial das IFRSs (i) – As alterações não trazem impacto para a Companhia.

(i) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

(ii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014.

(iii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015.

Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC

O CPC editou ao longo de 2012 os pronunciamentos e modificações relacionados às IFRSs novas que entrarão em vigor em 2013. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que todos os novos pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

(e) Reapresentação das Demonstrações Financeiras - DFPs de 31 de dezembro de 2012

A Companhia em virtude da Reorganização Societária realizada em 27 de fevereiro de 2012, descrita na Nota 1, através das incorporações da Coari e da TNL e de seus respectivos acervos líquidos, reconheceu em seus livros contábeis a mais valia dos ativos imobilizado e intangível originários do processo de aquisição do controle da Brasil Telecom S.A.(atual Oi S.A). A contabilização dos efeitos de todas as etapas da Reorganização Societária foi efetuada com base nos acervos líquidos contábeis de cada sociedade, prospectivamente.

Posteriormente, a Companhia formulou consulta à CVM, objetivando adotar um tratamento contábil que, no entendimento da administração, melhor representa a essência da operação, em relação ao registro da mais valia de ativos originada da aquisição do controle da Brasil Telecom S.A. (atual Oi S.A.), considerando a configuração societária do Grupo Oi, cujo controlador final é a Telemar Participações S.A., levando em consideração que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs não prevêm o tratamento contábil para transações de reestruturação societária de empresas sob controle comum. Este tratamento contábil, ora adotado, enfoca a reorganização societária sob a ótica da Brasil Telecom S.A. (atual Oi S.A.) que é a entidade remanescente e, por conseguinte, não contempla a atribuição de mais valia para seus próprios ativos líquidos, enquanto o outro tratamento contábil anteriormente adotado, ora alterado, enfocava a reorganização societária sob a ótica da Tele Norte Leste Participações S.A. (TNL) e, consequentemente, contemplava a atribuição de mais valia aos ativos líquidos próprios da Brasil Telecom S.A.

Em 24 de abril de 2013, a CVM em reunião do seu Colegiado deliberou, por unanimidade, dar provimento ao pleito da Companhia, que consiste na adoção da prática contábil que contempla o estorno da mais valia dos ativos e de sua recomposição na Telemar Participações S.A., empresa controladora da Oi S.A., entendendo que a alternativa ora adotada aparenta ser a mais adequada ao caso concreto, representando uma informação mais relevante e confiável para o investidor. Tal fato foi comunicado através do Ofício CVM/SEP/GEA-5/Nº 119/2013, de 25 de abril de 2013.

Consequentemente, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 estão sendo reapresentadas, objetivando refletir a citada mudança de prática contábil.

Notas Explicativas

Os efeitos decorrentes da reapresentação das referidas demonstrações são os seguintes:

	Controladora			Consolidado		
	Arquivado	Ajustes	Reapresentado	Arquivado	Ajustes	Reapresentado
ATIVO:	56.554.555	(8.714.377)	47.840.178	77.791.271	(8.714.377)	69.076.894
Tributos diferidos a recuperar – Não circulante	198.365	4.134.907	4.333.272	4.075.999	4.134.907	8.210.906
Ativos mantidos para venda - Não circulante	42.838	(18.330)	24.508	112.852	(18.330)	94.522
Investimentos	24.398.093	64.823	24.462.916			
Imobilizado	6.432.615	(1.709.052)	4.723.563	24.819.113	(1.709.052)	23.110.061
Intangível	11.471.695	(11.186.725)	284.970	15.359.054	(11.121.902)	4.237.152
Total Ativo Não circulante	49.185.340	(8.714.377)	40.470.963	56.646.485	(8.714.377)	47.932.108
PASSIVO:	36.727.937	(204.313)	36.523.624	57.964.653	(204.313)	57.760.340
Dividendos e juros sobre o capital social – Circulante	613.097	29.536	642.633	625.770	29.536	655.306
Total Passivo Circulante	7.269.820	29.536	7.299.356	17.066.887	29.536	17.096.423
Tributos diferidos – Não circulante	233.849	(233.849)		233.849	(233.849)	
Total Passivo Não circulante	29.458.117	(233.849)	29.224.268	40.897.766	(233.849)	40.663.917
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.826.618	(8.510.064)	11.316.554	19.826.618	(8.510.064)	11.316.554
Reservas de capital	13.730.513	(9.427.978)	4.302.535	13.730.513	(9.427.978)	4.302.535
Reservas de lucro	383.527	947.450	1.330.977	383.527	947.450	1.330.977
Dividendos adicionais propostos	420.858	(29.536)	391.322	420.858	(29.536)	391.322
RESULTADO ACUMULADO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012:						
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(4.741.402)	1.292.740	(3.448.662)	(13.965.993)	1.292.740	(12.673.253)
Despesas gerais e administrativas	(1.092.395)	70.968	(1.021.427)	(3.069.405)	70.968	(2.998.437)
Outras despesas operacionais	(796.190)	71.823	(724.367)	(1.958.049)	71.823	(1.886.226)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	143.667	1.435.531	1.579.198	1.109.081	1.435.531	2.544.612
IR / CS diferido	768.140	(488.081)	280.059	662.475	(488.081)	174.394
Lucro líquido do exercício	837.440	947.450	1.784.890	837.477	947.450	1.784.927
Lucro atribuído aos controladores	837.440	947.450	1.784.890	837.440	947.450	1.784.890
Lucro básico e diluído por ação (R\$):						
Ações ordinárias – básicas e diluídas	0,51	0,58	1,09	0,51	0,58	1,09
Ações preferenciais – básicas e diluídas	0,51	0,58	1,09	0,51	0,58	1,09
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Reorganização Societária	13.574.013	(9.427.978)	4.146.035	13.614.107	(9.427.978)	4.186.129
Lucro líquido do exercício	837.440	947.450	1.784.890	837.477	947.450	1.784.927
Dividendos declarados	(416.686)	(29.536)	(446.222)	(416.686)	(29.536)	(446.222)
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA						
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	143.667	1.435.531	1.579.198	1.109.081	1.435.531	2.544.612
Depreciação e amortização	2.063.745	(1.363.708)	700.037	4.591.808	(1.363.708)	3.228.100
Perda na baixa de ativo permanente	83.539	(71.823)	11.716	339.096	(71.823)	267.273

Notas Explicativas

	Controladora			Consolidado		
	Arquivado	Ajustes	Reapresentado	Arquivado	Ajustes	Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Outras receitas	810.158	71.823	881.981	1.896.825	71.823	1.968.648
Receitas	10.206.891	71.823	10.278.714	35.396.127	71.823	35.467.950
Valor adicionado bruto	6.020.133	71.823	6.091.956	20.948.386	71.823	21.020.209
Depreciação e amortização	(2.063.745)	1.363.708	(700.037)	(4.591.808)	1.363.708	(3.228.100)
Retenções	(2.582.672)	1.363.708	(1.218.964)	(5.394.274)	1.363.708	(4.030.566)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	3.437.461	1.435.531	4.872.992	15.554.112	1.435.531	16.989.643
Valor adicionado total a distribuir	7.070.103	1.435.531	8.505.634	17.829.484	1.435.531	19.265.015
Impostos e taxas - Federais	364.744	(488.081)	(123.337)	(1.611.196)	(488.081)	(2.099.277)
Impostos e taxas	(1.730.171)	(488.081)	(2.218.252)	(9.070.971)	(488.081)	(9.559.052)
Lucros retidos	(420.754)	(947.450)	(1.368.204)	(420.754)	(947.450)	(1.368.204)
Remuneração de capitais próprios	(837.440)	(947.450)	(1.784.890)	(837.477)	(947.450)	(1.784.927)
Valor adicionado distribuído	(7.070.103)	(1.435.531)	(8.505.634)	(17.829.484)	(1.435.531)	(19.265.015)
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE						
Lucro do exercício	837.440	947.450	1.784.890	837.477	947.450	1.784.927
Total do resultado abrangente do exercício	977.624	947.450	1.925.074	977.661	947.450	1.925.111
Resultado abrangente atribuído ao controlador	977.624	947.450	1.925.074	977.624	947.450	1.925.074

Adicionalmente, o Relatório da Administração e as Outras informações que a Companhia considera relevantes, bem como, a Nota 1 (Informações gerais), a Nota 2 (Principais políticas contábeis), a Nota 5 (Despesas por natureza), a Nota 6 (Outras receitas e despesas operacionais), a Nota 8 (Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro), a Nota 12 (Tributos correntes e diferidos sobre a renda), a Nota 15 (Investimentos), a Nota 16 (Imobilizado), a Nota 17 (Intangível), a Nota 25 (Patrimônio líquido), a Nota 27 (Informações por segmento) e a Nota 28 (Transações com partes relacionadas), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, estão sendo reapresentadas espontaneamente para demonstrar os saldos contábeis e as divulgações ajustadas após as correções mencionadas nos parágrafos e tabela anteriores.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia e suas controladas usam instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros ("Política"), aprovada pelo Conselho de Administração formaliza a gestão de exposição a fatores de risco de mercado gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. De acordo com a Política, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a

Notas Explicativas

Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como “swaps” e termo de moedas. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação da Política, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, que se reúne mensalmente, e atualmente é composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Assuntos Regulatórios, Diretor de Planejamento e Desempenho, Diretor Tributário, Diretor de Controladoria e Diretor de Tesouraria e acompanhado pelo Diretor de Auditoria Interna.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos.

(a) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

Notas Explicativas

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*inputs*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “*inputs*” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 — Os “*inputs*” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “*inputs*” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “*inputs*” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia mensura seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos e ativo financeiro disponível para venda pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares. O ativo financeiro disponível para venda é classificado como Nível 1.

Não ocorreram transferências entre níveis e ou alocação no Nível 3 entre 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

Notas Explicativas

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2012 de 2011. Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia:

	Mensuração contábil	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
			2012			
			(Reapresentado)			
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos						
Equivalentes de caixa	Valor justo	Nível 2	1.020.224	1.020.224	4.066.168	4.066.168
Aplicações financeiras	Valor justo	Nível 2	867.554	867.554	2.489.599	2.489.599
Contas a receber (iv)	Custo amortizado		1.756.800	1.756.800	7.018.497	7.018.497
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2	628.030	628.030	989.099	989.099
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado		663.884	663.884		
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado		1.501	1.501		
Ativo financeiro disponível para venda (i)	Valor justo	Nível 1			905.829	905.829
Passivos						
Fornecedores (iv)	Custo amortizado		1.567.710	1.567.710	4.658.849	4.658.849
Empréstimos e financiamentos						
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado		12.828.637	13.466.814	25.169.701	25.807.878
Debêntures	Custo amortizado		13.602.838	14.548.228	8.176.388	8.457.517
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2	319.726	319.726	514.297	514.297
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado		642.633	642.633	655.306	655.306
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado		49.426	49.426	2.157.997	2.157.997
Programa de refinanciamento fiscal (ii)	Custo amortizado		542.658	542.658	1.085.099	1.085.099

Notas Explicativas

	Mensuração contábil	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
			2011			
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos						
Equivalentes de caixa	Valor justo	Nível 2	4.264.765	4.264.765	5.868.374	5.868.374
Aplicações financeiras	Valor justo	Nível 2	102.658	102.658	1.097.354	1.097.354
Contas a receber (iv)	Custo amortizado		1.705.213	1.705.213	2.010.487	2.010.487
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2	7.186	7.186	7.186	7.186
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado		430.377	430.377		
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado		6.703	6.703	2.217.682	2.331.243
Passivos						
Fornecedores (iv)	Custo amortizado		1.543.703	1.543.703	1.840.552	1.840.552
Empréstimos e financiamentos						
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado		4.712.170	4.642.398	3.996.588	3.926.816
Debêntures	Custo amortizado		4.108.623	4.145.270	4.108.623	4.145.270
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2	25.698	25.698	25.698	25.698
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado		307.720	307.720	307.720	307.720
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado				676.481	676.481
Ações bonificadas a resgatar	Custo amortizado		1.501.984	1.501.984	1.501.984	1.501.984
Programa de refinanciamento fiscal (ii)	Custo amortizado		419.131	419.131	446.428	446.428

(i) Em 4 de março de 2011, a TMAR deu início ao processo de aquisição de 10% de participação acionária na PT - Portugal Telecom, conforme divulgado no Fato Relevante de 25 de janeiro de 2011. Em 31 de março de 2012, a TMAR detinha 7,4% do capital social da PT, tendo pago o montante de R\$ 1.366.910, já incluindo os custos de transação e impostos no valor total de R\$ 157.735.

Através de sucessivas aquisições no decorrer de abril e de maio de 2012, a TMAR concluiu o processo de aquisição de 10% de participação na PT, tendo sido pago em tais aquisições o valor de R\$ 250.186, que inclui os custos de transação e impostos no valor total de R\$ 951.

A Administração considera que (i) a participação da TMAR de 10% do capital social da PT e (ii) os dois representantes da TMAR nomeados em 6 de abril de 2011 no Conselho de Administração da PT não lhe conferem influência significativa nas políticas financeiras, operacionais e estratégicas da PT. Desta forma, o investimento, conforme requerido pelo CPC 38 / IAS 32 e 39, foi registrado como ativo financeiro disponível para venda.

Notas Explicativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a TMAR apurou desvalorização no valor justo das ações da PT, sendo o impacto no consolidado da Companhia de R\$ 82.991, sendo o montante líquido de tributos de R\$ 54.774.

Dado a relevância, e em consonância com o CPC 38/IAS 32 e 39, a controlada direta TMAR reconheceu a perda em despesa financeira.

(ii) As autorizações e concessões a pagar e o programa de refinanciamento fiscal não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

(iii) Parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES, agências de crédito à exportação e outras partes relacionadas, que correspondem a mercados exclusivos e por isso o valor justo é semelhante ao valor contábil.

(iv) Os saldos de contas a receber e fornecedores têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo.

(b) Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar: todas as obrigações advindas das aquisições de autorizações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

(c) Risco de taxa de câmbio

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em fundos de investimentos, geridos exclusivamente para a Companhia e suas controladas, e em “*time deposits*”.

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos. Os ativos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 6,71% (2011 – 26,5%) do total das disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Adicionalmente, a controlada TMAR possui ativo financeiro disponível para venda referente a investimento em ações da Portugal Telecom.

Notas Explicativas

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	2012		2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Equivalentes de caixa	27.565	27.565	1.235.754	1.235.754
Aplicações financeiras	140	140		

	CONSOLIDADO			
	2012		2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Equivalentes de caixa	449.791	449.791	1.299.466	1.299.466
Aplicações financeiras	13.246	13.246		
Ativo financeiro disponível para venda	905.829	905.829		

Passivos

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 39,1% (2011 – 0,01%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida consolidada em moeda estrangeira 97% (2011 – 100%) está coberta por operações de proteção nas modalidades “swap” cambial, termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item (a) acima.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo (vide Nota 7):

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Ganho (perda) com “swap” cambial	152.555	(2.434)	458.774	(2.434)
Operações de termo em moedas	407.574	(46.817)	467.041	(46.817)
Total	560.129	(49.251)	925.815	(49.251)

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2012, foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “*hedges*” cambiais designados para fins de contabilidade de “*hedge*”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 2011		
Reorganização Societária:		
. Resultados dos “ <i>hedges</i> ” designados	119.907	119.907
. Tributos diferidos sobre contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	(40.768)	(40.768)
. “ <i>Hedge</i> ” reflexo de controlada	10.103	15.307
. Tributos diferidos sobre “ <i>hedge</i> ” reflexo de controlada		(5.204)
Resultado dos “ <i>hedges</i> ” designados	25.271	47.872
Transferência da porção inefetiva ao resultado	(495)	1.055
Amortização dos “ <i>hedges</i> ” ao resultado pela taxa efetiva	8.483	9.990
Tributos diferidos sobre contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	(11.308)	(20.032)
“ <i>Hedge</i> ” reflexo de controlada – após 27/02/2012	16.934	
Saldo em 2012	128.127	128.127

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos “*swap*” estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de “ <i>Hedge</i> ”					
	CONTROLADORA					
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valor justo	
			2012	2011	Valores a (pagar)/ a receber	
Contratos de “<i>swap cross currency</i>” US\$/R\$ (i)						
Posição ativa	US\$ 4,75% a 5,50%	abr/2019 a out/2020	1.266.970		1.445.505	
Posição passiva	CDI 83,55% a 103,52%	abr/2019 a out/2020	(1.266.970)		(1.098.222)	
Valor líquido					347.283	
Contratos de “<i>swap cross currency</i>” US\$/Pré (ii)						
Posição ativa	US\$ 3,32% a 5,50%	out/2020	1.430.450		1.610.741	
Posição passiva	R\$ 6,15% a 12,82%	out/2020	(1.430.450)		(1.536.258)	
Valor líquido					74.483	

Contraparte:

(i) - Deutsche, Goldman Sachs, JP Morgan, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander.

(ii) - Goldman Sachs, Merrill Lynch e Morgan Stanley

Notas Explicativas

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”					
	CONSOLIDADO					
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valor justo	
			2012	2011	Valores a (pagar)/ a receber	
			2012	2011	2012	2011
Contratos de “swap cross currency” US\$/R\$ (i)						
Posição ativa	US\$ 2,21% a 5,50%	jul/2015 a mar/2021	1.703.023		1.916.017	
Posição passiva	CDI 70,40% a 103,52%	jul/2015 a mar/2021	(1.703.023)		(1.632.472)	
Valor líquido					283.545	
Contratos de “swap cross currency” US\$/Pré (ii)						
Posição ativa	US\$ 3,32% a 5,50%	out/2020	1.430.450		1.610.742	
Posição passiva	R\$ 6,15% a 12,82%	out/2020	(1.430.450)		(1.536.258)	
Valor líquido					74.484	
Contratos de “swap cross currency” US\$/R\$ (iii)						
Posição ativa	US\$ Libor 6M + 1,07% a 2,50%	fev/2016 a ago/2020	1.836.024		1.865.155	
Posição passiva	CDI 88,65% a 109,54%	fev/2016 a ago/2020	(1.836.024)		(1.678.765)	
Valor líquido					186.390	

Contraparte:

(i) - Deutsche, Goldman Sachs, JP Morgan, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander, Itaú BBA, Citibank

(ii) - Goldman Sachs, Merrill Lynch e Morgan Stanley

(iii) - Credit Agricole, JP Morgan, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander, BNP Paribas e HSBC.

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”					
	CONSOLIDADO					
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valor justo	
			2012	2011	Valores a (pagar)/ a receber	
			2012	2011	2012	2011
Contratos de “swap cross currency” US\$/R\$ (i)						
Posição ativa	US\$ 3,00% a 5,58%	nov/2014 a fev/2016	307.203		340.674	
Posição passiva	CDI 100,00% a 110,00%	nov/2014 a fev/2016	(307.203)		(344.928)	
Valor líquido					(4.254)	
Contratos de “swap cross currency” R\$/US\$ (ii)						
Posição ativa	CDI 100,00%	fev/2016	197.318		200.162	
Posição passiva	US\$ 4,13% a 4,68%	fev/2016	(197.318)		(218.733)	
Valor líquido					(18.571)	

Contraparte:

(i) - Citibank, Deutsche e Santander

(ii) - Merrill Lynch

Notas Explicativas

Contratos de “cross currency swap” (“plain vanilla”)

US\$/R\$: Referem-se a operações de “swap” cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e a posição passiva é um percentual do CDI ou taxa pré-fixada em Reais. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar.

R\$/US\$: Referem-se a operações de “swap” cambial para reverter contratos de “swap”. Nestes contratos, a posição passiva é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada e a posição ativa é um percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos dos “swaps” em Dólar revertidos.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos NDF “Non Deliverable Forward” estão resumidos a seguir:

	CONTROLADORA						
	Indexador	“Forward”	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valor justo	
						Valores a (pagar) / a receber	
				2012	2011	2012	2011
Contratos de “Non Delivery Forward” US\$/R\$ (NDF) (i)	US\$	2,0476 a 2,1314	jan/2013 a mar/2013				
Posição líquida				4.659.007	642.963	(99.311)	(18.512)
Contratos de “Non Delivery Forward” EUR /R\$ (NDF) (ii)	EUR	2,7041 a 2,7554	jan/2013 a fev/2013				
Posição líquida				2.020.500		(3.721)	

Contraparte:

(i) - BNP, Barclays, Bradesco, Goldman Sachs, HSBC, Itaú, Merrill Lynch, Santander e Pine.

(ii) - Barclays, Itaú, Merrill Lynch, Goldman Sachs, Morgan Stanley e Santander

	CONSOLIDADO						
	Indexador	“Forward”	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valor justo	
						Valores a (pagar) / a receber	
				2012	2011	2012	2011
Contratos de “Non Delivery Forward” US\$/R\$ (NDF) (i)	US\$	2,0476 a 2,1314	jan/2013 a mar/2013				
Posição líquida				5.076.987	642.963	(106.416)	(18.512)
Contratos de “Non Delivery Forward” EUR /R\$ (NDF) (ii)	EUR	2,7041 a 2,7554	jan/2013 a fev/2013				
Posição líquida				2.020.500		(3.721)	

Contraparte:

(i) - BNP, Bradesco, Goldman Sachs, HSBC, Itaú, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander

(ii) - HSBC, Itaú, Merrill Lynch e Santander, BES, Deutsche, Morgan Stanley.

Notas Explicativas

Contratos de NDF “Non Deliverable Forward”

US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Dólar. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de USD para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de USD para posições mais longas.

Euro/R\$: Referem-se a operações de compra de Euro futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Euros. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Euro para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Euro para posições mais longas.

Análise de sensibilidade de risco cambial

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de dezembro de 2012. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	2012	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	2,0435	0%
Euro	2,6954	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	2,5544	25%
Euro	3,3693	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	3,0653	50%
Euro	4,0431	50%

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento deste exercício e nas taxas de câmbio apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente.

O impacto das desvalorizações hipotéticas do Real frente a outras moedas pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de desvalorização. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente dos passivos.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía, basicamente, ativos representados por equivalentes de caixa e aplicações financeiras, expostas à variação da cotação do Dólar norte-americano em relação ao Real. Para reduzir a exposição cambial do ativo em dólar norte-americano a Companhia contratou uma NDF (“*Non deliverable forwards*”) para se proteger da valorização do Real frente aquela moeda, o que acarretaria em uma diminuição do seu ativo.

A análise de sensibilidade levava em consideração uma desvalorização de 25% e 50% na cotação do Dólar norte-americano em relação ao Real (cotação US\$ 1 = R\$ 1,8758). Na avaliação da Administração, a desvalorização em 25% (cotação US\$ 1 = R\$ 2,3448) representava um cenário possível de variação na taxa de câmbio, e a desvalorização em 50% (cotação US\$ 1 = R\$ 2,8137) representava um cenário remoto de variação na taxa de câmbio.

Uma valorização do Real de 25% e 50% em relação ao Dólar norte-americano provocaria um impacto negativo no resultado da Companhia de cerca de R\$ 116.050 e R\$ 193.416, na controladora, e de R\$ 128.792 e R\$ 214.653 no consolidado, respectivamente, para o fator de risco cambial.

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

CONTROLADORA						
2012						
Descrição	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Cenário Provável						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	232.641	464.808	464.732	4.591.902	5.754.083
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(4.589.125)	(98.688)	(98.966)	(2.650.436)	(7.437.215)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(27.705)				(27.705)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	51.954	103.908	2.131.383		2.287.245
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(2.005.849)				(2.005.849)
Total vinculado a taxas de câmbio		(6.338.084)	470.028	2.497.149	1.941.466	(1.429.441)
Cenário Possível						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	290.801	581.010	580.915	5.739.878	7.192.604
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(5.736.406)	(123.360)	(123.707)	(3.313.045)	(9.296.518)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(34.632)				(34.632)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	64.943	129.885	2.664.229		2.859.057
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(2.507.311)				(2.507.311)
Total vinculado a taxas de câmbio		(7.922.605)	587.535	3.121.437	2.426.833	(1.786.800)
Cenário Remoto						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	348.962	697.212	697.098	6.887.854	8.631.126
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(6.883.688)	(148.032)	(148.449)	(3.975.654)	(11.155.823)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(41.558)				(41.558)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	77.931	155.862	3.197.075		3.430.868
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(3.008.773)				(3.008.773)
Total vinculado a taxas de câmbio		(9.507.126)	705.042	3.745.724	2.912.200	(2.144.160)
Impactos						
Cenário Possível - Cenário Provável		(1.584.521)	117.507	624.288	485.367	(357.359)
Dólar		(1.096.048)	91.530	91.442	485.367	(427.709)
Euro		(488.473)	25.977	532.846		70.350
Cenário Remoto - Cenário Provável		(3.169.042)	235.014	1.248.575	970.734	(714.719)
Dólar		(2.192.095)	183.060	182.883	970.734	(855.418)
Euro		(976.947)	51.954	1.065.692		140.699

Notas Explicativas

CONSOLIDADO						
2012						
Descrição	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
<i>Cenário Provável</i>						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.084.310	2.508.170	2.118.580	9.168.287	14.879.347
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(5.567.976)	(1.208.188)	(888.380)	(3.444.664)	(11.109.208)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(462.700)				(462.700)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	51.954	103.908	2.131.383		2.287.245
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(2.005.849)				(2.005.849)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(337)				(337)
Total vinculado a taxas de câmbio		(6.900.598)	1.403.890	3.361.583	5.723.623	3.588.498
<i>Cenário Possível</i>						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.355.388	3.135.213	2.648.225	11.460.359	18.599.185
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(6.959.970)	(1.510.235)	(1.110.475)	(4.305.830)	(13.886.510)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(578.375)				(578.375)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	64.943	129.885	2.664.229		2.859.057
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(2.507.311)				(2.507.311)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(421)				(421)
Total vinculado a taxas de câmbio		(8.625.746)	1.754.863	4.201.979	7.154.529	4.485.625
<i>Cenário Remoto</i>						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.626.465	3.762.255	3.177.870	13.752.431	22.319.021
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(8.351.964)	(1.812.282)	(1.332.570)	(5.166.996)	(16.663.812)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(694.050)				(694.050)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	77.931	155.862	3.197.075		3.430.868
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(3.008.774)				(3.008.774)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(506)				(506)
Total vinculado a taxas de câmbio		(10.350.898)	2.105.835	5.042.375	8.585.435	5.382.747
<i>Impactos</i>						
Cenário Possível - Cenário Provável		(1.725.148)	350.973	840.396	1.430.906	897.127
Dólar		(1.236.591)	324.996	307.550	1.430.906	826.861
Euro		(488.557)	25.977	532.846		70.266
Cenário Remoto - Cenário Provável		(3.450.300)	701.945	1.680.792	2.861.812	1.794.249
Dólar		(2.473.183)	649.991	615.100	2.861.812	1.653.720
Euro		(977.117)	51.954	1.065.692		140.529

Notas Explicativas

O impacto no valor justo dos instrumentos financeiros sujeitos a risco de taxa de câmbio, nos cenários estimados, encontra-se apresentado abaixo:

CONTROLADORA		
Exposição cambial sobre:		
Descrição	Risco	Saldo em 2012
<i>Cenário Provável</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	3.991.101
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(7.471.381)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(27.705)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.027.505
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(2.003.706)
Total vinculado a taxas de câmbio		(3.484.186)
<i>Cenário Possível</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	4.988.876
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(9.339.226)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(34.632)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.534.381
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(2.504.633)
Total vinculado a taxas de câmbio		(4.355.234)
<i>Cenário Remoto</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	5.986.651
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(11.207.071)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(41.558)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	3.041.258
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(3.005.559)
Total vinculado a taxas de câmbio		(5.226.279)
<i>Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros</i>		
Cenário Possível - Cenário Provável		(871.048)
Dólar		(876.997)
Euro		5.949
Cenário Remoto - Cenário Provável		(1.742.093)
Dólar		(1.753.993)
Euro		11.900

Notas Explicativas

CONSOLIDADO		
Exposição cambial sobre:		
Descrição	Risco	Saldo em 2012
Cenário Provável		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	11.249.360
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(10.410.964)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(462.700)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.027.505
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(2.003.706)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(337)
Total vinculado a taxas de câmbio		399.158
Cenário Possível		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	14.061.700
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(13.013.705)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(578.375)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.534.381
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(2.504.633)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(421)
Total vinculado a taxas de câmbio		498.947
Cenário Remoto		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	16.874.040
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(15.616.446)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(694.050)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	3.041.258
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(3.005.559)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(506)
Total vinculado a taxas de câmbio		598.737
Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros		
Cenário Possível - Cenário Provável		99.789
Dólar		93.924
Euro		5.865
Cenário Remoto - Cenário Provável		199.579
Dólar		187.848
Euro		11.731

(d) Risco de taxa de juros**Ativos**

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente para Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Notas Explicativas

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	2012		2011	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos				
Equivalentes de caixa	992.659	992.659	4.264.765	4.264.765
Aplicações financeiras	867.414	867.414	102.658	102.658
Créditos com partes relacionadas	1.501	1.501	6.703	6.703

	CONSOLIDADO			
	2012		2011	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos				
Equivalentes de caixa	3.616.377	3.616.377	5.868.374	5.868.374
Aplicações financeiras	2.476.353	2.476.353	1.097.354	1.097.354
Créditos com partes relacionadas (*)			2.217.682	2.331.243

(*) Referem-se às debêntures privadas de emissão da TMAR, cuja remuneração é atrelada ao CDI (Nota 11).

Passivos

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais, da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares dos Estados Unidos da América.

Em 31 de dezembro de 2012, aproximadamente 65,4% (2011 – 76,7%) da dívida consolidada contratada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 70,3% (2011 – 76,7%) da dívida consolidada estava sujeita a taxas de juros flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas após operações de “*hedge*” é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de “*hedge*”. Porém, como o caixa da Companhia e de suas controladas está aplicado principalmente em títulos atrelados à variação do CDI, a exposição líquida ao CDI no circulante não constitui um risco material para a Companhia e suas controladas.

Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos nos montantes apresentados abaixo: (vide Nota 7)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Ganho (perda) com “ <i>swap</i> ” taxa de juros	(87.343)		16.206	
Total	(87.343)		16.206	

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2012, foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “*hedges*” de taxa de juros designados para fins de contabilidade de “*hedge*”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 2011		
Reorganização Societária:		
. Resultados dos “ <i>hedges</i> ” designados	(2.151)	(2.151)
. Tributos diferidos sobre contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	731	731
. “ <i>Hedge</i> ” reflexo de controlada	(272)	(412)
. Tributos diferidos sobre “ <i>hedge</i> ” reflexo de controlada		140
Resultado dos “ <i>hedges</i> ” designados	21.049	22.472
Transferência da porção inefetiva ao resultado	(2)	2
Amortização dos “ <i>hedges</i> ” ao resultado pela taxa efetiva		(1.642)
Tributos diferidos sobre contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	(7.156)	(7.083)
“ <i>Hedge</i> ” reflexo de controlada – após 27/02/2012	(142)	
Saldo em 2012	12.057	12.057

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros flutuantes da dívida estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de “ <i>Hedge</i> ”					
	CONTROLADORA					
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valor justo	
			2012	2011	Valores a (pagar)/ a receber	
			2012	2011	2012	2011
Contratos de “<i>swap</i>” Pré/DI (i)						
Posição ativa	Pré 11,30% a 12,35%	out/2020	368.885		430.848	
Posição passiva	CDI 103,35% a 113,70%	out/2020	(368.885)		(389.659)	
Valor líquido					41.189	

Contraparte:

(i) - Goldman Sachs e Morgan Stanley

Notas Explicativas

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”					
	CONSOLIDADO					
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valor justo	
			2012	2011	Valores a (pagar)/ a receber	
			2012	2011	2012	2011
Contratos de “swap” Pré/DI (i)						
Posição ativa	Pré 11,30% a 12,35%	out/2020	368.885		430.848	
Posição passiva	CDI 103,35% a 113,70%	out/2020	(368.885)		(389.659)	
Valor líquido					41.189	
Contratos de “swap” US\$ Libor/US\$ Pré (ii)						
Posição ativa	US\$ Libor 6M + 0,80%	jul/2015	167.195		168.120	
Posição passiva	US\$ 3,62% a 3,82%	jul/2015	(167.195)		(174.899)	
Valor líquido					(6.779)	

Contraparte:

(i) - Goldman Sachs e Morgan Stanley

(ii) - Itaú BBA.

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”					
	CONTROLADORA					
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valor justo	
			2012	2011	Valores a (pagar)/ a receber	
			2012	2011	2012	2011
Contratos de “swap” CDI+ “spread”/CDI (i)						
Posição ativa	CDI + 0,55%	mar/2013	270.000		276.646	
Posição passiva	CDI 103,80%	mar/2013	(270.000)		(276.258)	
Valor líquido					388	
Contratos de “swap” Pré/DI (ii)						
Posição ativa	Pré 11,00% a 12,82%	out/2020	375.160		440.315	
Posição passiva	CDI 99,70% a 102,50%	out/2020	(375.160)		(382.869)	
Valor líquido					57.446	
Contratos de “swap” US Libor/US\$ Pré (ii)						
Posição ativa	US\$ Libor 6M + 3,00%	fev/2022	3.045.500		5.822.175	
Posição passiva	US\$ 5,88%	fev/2022	(3.045.500)		(5.931.628)	
Valor líquido					(109.453)	

Contraparte:

(i) - Citibank S.A.

(ii) - Merrill Lynch e Morgan Stanley

Notas Explicativas

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”					
	CONSOLIDADO					
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valor justo	
			2012	2011	Valores a (pagar)/ a receber	
			2012	2011	2012	2011
Contratos de “swap” CDI+ “spread”/CDI (i)						
Posição ativa	CDI + 0,55%	mar/2013	270.000		276.646	
Posição passiva	CDI 103,80%	mar/2013	(270.000)		(276.258)	
Valor líquido					388	
Contratos de “swap” Pré/DI (ii)						
Posição ativa	Pré 11,00% a 12,82%	out/2020	375.160		440.315	
Posição passiva	CDI 99,70% a 102,50%	out/2020	(375.160)		(382.869)	
Valor líquido					57.446	
Contratos de “swap” US\$ LIBOR/US\$ Pré (iii)						
Posição ativa	US\$ Libor 6M + 3,00%	fev/2016 a fev/2022	3.910.458		6.663.293	
Posição passiva	US\$ 1,58% a 5,88%	fev/2016 a fev/2022	(3.910.458)		(6.801.646)	
Valor líquido					(138.353)	
Contratos de “swap” US\$ Pré/US\$ LIBOR (iv)						
Posição ativa	US\$ 5,88%	fev/2022	3.045.500		5.931.629	
Posição passiva	US\$ Libor 6M + 3,00%	fev/2022	(3.045.500)		(5.822.175)	
Valor líquido					109.454	

Contraparte:

(i) - Citibank S.A.

(ii) - Merrill Lynch e Morgan Stanley

(iii) - Citibank S.A., Merrill Lynch, Morgan Stanley e Société Generale

(iv) - Morgan Stanley

Contratos de “swap” de taxa de juros

US\$ LIBOR/US\$ Pré: Referem-se a operações de “swap” de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a posição ativa é em LIBOR de Dólar e a posição passiva é em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexadas a LIBOR.

US\$ Pré/US\$ LIBOR: Refere-se a operação de “swap” de taxa de juros para trocar os pagamentos da dívida contratada em Dólar com taxa pré-fixada para pós fixada. Neste contrato, a posição ativa é pré-fixada de Dólar e a posição passiva é em taxa LIBOR, com o objetivo de baratear o custo da dívida lastro, dentro da estratégia de gestão do passivo oneroso da Companhia.

Notas Explicativas

CDI+ “Spread”/CDI: Refere-se a operação de “swap” de taxas de juros para proteger os pagamentos das debêntures contratadas em Reais com taxa do CDI mais “spread”. Neste contrato, a posição ativa é em CDI mais “spread” e a posição passiva é em percentual do CDI.

R\$ Pré/CDI: Referem-se a operações de “swap” de taxa de juros para conversão de uma posição de “swap” cambial passivo pré-fixado em R\$ para passivo em % DI. Esta operação visa trocar o lastro cambial de determinada dívida em US\$ para uma posição flutuante em DI, anulando o efeito da ponta pré-fixada presente na estrutura.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP, à LIBOR USD e principalmente ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Administração estimou cenários de variação nas taxas DI, TJLP e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar que, a taxa TJLP se mantém estável, em 6% a.a., desde julho de 2009 até junho de 2012 e em julho de 2012, esta foi reduzida para 5,5% a.a., mantida neste patamar até dezembro de 2012, quando sofrerá nova redução, desta vez para 5,0% a.a.

2012								
Cenários de taxas de juros								
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M
6,90%	5,5%	0,50825%	8,63%	6,88%	0,63531%	10,35%	8,25%	0,76238%

2011					
Cenários de taxas de juros					
Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
CDI	TJLP	CDI	TJLP	CDI	TJLP
10,87%	6,00%	13,59%	7,50%	16,31%	9,00%

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP e à LIBOR USD com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi. O impacto das elevações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Notas Explicativas

Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas. Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na Nota 9.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

CONTROLADORA						
2012						
Operação	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 Anos	Maiores que 5 anos	Total
Cenário Provável						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	559.886	663.745	448.743	159.325	1.831.699
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	123.330	246.115	245.259	275.336	890.040
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	138.365	114.466	69.997	37.356	360.184
Derivativos (Posição Líquida - Libor)	Queda da US LIBOR	(101.133)	(202.701)	(202.979)	(456.771)	(963.584)
Total vinculado a taxas de juros		720.448	821.625	561.020	15.246	2.118.339
Cenário Possível						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	639.520	804.595	545.447	193.694	2.183.256
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	148.091	306.368	305.297	342.762	1.102.518
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	149.510	128.486	83.633	55.755	417.384
Derivativos (Posição Líquida - Libor)	Queda da US LIBOR	(102.213)	(207.059)	(207.343)	(466.592)	(983.207)
Total vinculado a taxas de juros		834.908	1.032.390	727.034	125.619	2.719.951
Cenário Remoto						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	718.505	944.604	641.654	228.125	2.532.888
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	172.627	366.135	364.850	409.651	1.313.263
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	156.267	141.612	100.073	83.352	481.304
Derivativos (Posição Líquida - Libor)	Queda da US LIBOR	(103.294)	(211.418)	(211.707)	(476.414)	(1.002.833)
Total vinculado a taxas de juros		944.105	1.240.933	894.870	244.714	3.324.622
Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros						
Cenário Possível - Cenário Provável		114.460	210.765	166.014	110.373	601.612
CDI		104.395	201.103	156.742	101.795	564.035
TJLP		11.145	14.020	13.636	18.399	57.200
US Libor		(1.080)	(4.358)	(4.364)	(9.821)	(19.623)
Cenário Remoto - Cenário Provável		223.657	419.308	333.850	229.468	1.206.283
CDI		207.916	400.879	312.502	203.115	1.124.412
TJLP		17.902	27.146	30.076	45.996	121.120
US Libor		(2.161)	(8.717)	(8.728)	(19.643)	(39.249)

Notas Explicativas

CONSOLIDADO						
2012						
Operação	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
Cenário Provável						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	801.054	1.147.068	712.831	191.797	2.852.750
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	286.075	520.237	343.335	305.977	1.455.624
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	451.620	630.369	388.084	173.445	1.643.518
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	83.280	118.403	45.198	15.854	262.735
Derivativos (Posição Líquida - Libor)	Queda da US LIBOR	(47.078)	(58.382)	(25.159)	(8.637)	(139.256)
Total vinculado a taxas de juros		1.574.951	2.357.695	1.464.289	678.436	6.075.371
Cenário Possível						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	928.321	1.383.751	860.611	232.443	3.405.126
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	333.114	632.229	426.987	381.011	1.773.341
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	481.837	695.430	470.192	266.148	1.913.607
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	84.594	122.557	46.993	16.559	270.703
Derivativos (Posição Líquida - Libor)	Queda da US LIBOR	(48.027)	(61.375)	(26.276)	(8.973)	(144.651)
Total vinculado a taxas de juros		1.779.839	2.772.592	1.778.507	887.188	7.218.126
Cenário Remoto						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.054.538	1.618.829	1.007.488	273.101	3.953.956
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	379.729	743.521	510.010	455.445	2.088.705
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	493.495	747.971	571.476	405.933	2.218.875
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	85.909	126.711	48.789	17.264	278.673
Derivativos (Posição Líquida - Libor)	Queda da US LIBOR	(48.976)	(64.367)	(27.393)	(9.309)	(150.045)
Total vinculado a taxas de juros		1.964.695	3.172.665	2.110.370	1.142.434	8.390.164
Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros						
Cenário Possível – Cenário Provável		204.888	414.897	314.218	208.752	1.142.755
CDI		174.306	348.675	231.432	115.680	870.093
TJLP		30.217	65.061	82.108	92.703	270.089
US Libor		365	1.161	678	369	2.573
Cenário Remoto - Cenário Provável		389.744	814.970	646.081	463.998	2.314.793
CDI		347.138	695.045	461.332	230.772	1.734.287
TJLP		41.875	117.602	183.392	232.488	575.357
US Libor		731	2.323	1.357	738	5.149

Notas Explicativas

CONTROLADORA						
2011						
Operação	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 Anos	Maiores que 5 anos	Total
Cenário Provável						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	477.923	819.228	790.141	444.167	2.531.459
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	118.906	99.782	33.343	11.414	263.445
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	5	1			6
Total vinculado a taxas de juros		596.834	919.011	823.484	455.581	2.794.910
Cenário Possível						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	567.315	999.980	965.403	545.765	3.078.463
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	123.167	120.426	41.907	22.511	308.011
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	5	1			6
Total vinculado a taxas de juros		690.487	1.120.407	1.007.310	568.276	3.386.480
Cenário Remoto						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	655.666	1.179.229	1.139.222	647.284	3.621.401
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	127.409	141.333	50.853	34.429	354.024
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	5	1			6
Total vinculado a taxas de juros		783.080	1.320.563	1.190.075	681.713	3.975.431
Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros						
Cenário Possível - Cenário Provável		93.653	201.396	183.826	112.695	591.570
CDI		89.392	180.752	175.262	101.598	547.004
TJLP		4.261	20.644	8.564	11.097	44.566
Cenário Remoto - Cenário Provável		186.246	401.552	366.591	226.132	1.180.521
CDI		177.743	360.001	349.081	203.117	1.089.942
TJLP		8.503	41.551	17.510	23.015	90.579

Notas Explicativas

CONSOLIDADO						
2011						
Operação	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
<i>Cenário Provável</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	477.923	819.228	790.141	444.167	2.531.459
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	180.677	192.199	85.887	26.253	485.016
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	5	1			6
Total vinculado a taxas de juros		658.605	1.011.428	876.028	470.420	3.016.481
<i>Cenário Possível</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	567.315	999.980	965.403	545.765	3.078.463
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	186.132	221.545	109.833	53.036	570.546
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	5	1			6
Total vinculado a taxas de juros		753.452	1.221.526	1.075.236	598.801	3.649.015
<i>Cenário Remoto</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	655.666	1.179.229	1.139.222	647.284	3.621.401
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	191.563	251.299	134.846	81.781	659.489
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	5	1			6
Total vinculado a taxas de juros		847.234	1.430.529	1.274.068	729.065	4.280.896
<i>Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros</i>						
Cenário Possível – Cenário Provável		94.847	210.098	199.208	128.381	632.534
CDI		89.392	180.752	175.262	101.598	547.004
TJLP		5.455	29.346	23.946	26.783	85.530
Cenário Remoto - Cenário Provável		188.629	419.101	398.040	258.645	1.264.415
CDI		177.743	360.001	349.081	203.117	1.089.942
TJLP		10.886	59.100	48.959	55.528	174.473

(e) Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

(f) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos e refinarciar dívidas.

As condições são atendidas com fluxo de caixa gerado internamente, dívidas de curto e longo prazos e financiamentos externos. Estas origens de recursos somadas à forte posição financeira da Companhia continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

Notas Explicativas

O Grupo Oi possui duas linhas de crédito rotativo, o que aumenta a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. As linhas de crédito rotativo foram contratadas em novembro de 2011 e em dezembro de 2012 junto a sindicatos compostos por diversos bancos comerciais globais.

(g) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplimento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “*covenants*” financeiros atrelados às dívidas, detalhado na Nota 19, na seção “*Covenants*”.

(h) Riscos contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25/IAS 37. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação. Os detalhes desses riscos estão apresentados na Nota 23.

(i) Risco de aspecto regulatório

Embora a regulamentação dos serviços de telecomunicações em geral seja bastante abrangente, ela é ainda mais restritiva quando se trata dos serviços prestados no regime público, definido na LGT - Lei Geral das Telecomunicações, como é o caso do STFC. Em decorrência, grande parte dos riscos e obrigações regulatórias diz respeito a esse serviço, que tem grande relevância nas atividades da Companhia.

Contratos de Concessão

Estão em vigor contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia junto à ANATEL, com abrangência no período compreendido entre 1 de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêm revisões quinquenais, no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador.

Entre outros pontos destacam-se:

- (i) O ônus da concessão definido como 2% da receita anual líquida de tributos, paga a cada biênio, a partir do exercício social de 2006, cujo primeiro pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2007. Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% da receita líquida de tributos de cada exercício social;

Notas Explicativas

- (ii) A imposição de metas de universalização que poderão ser revistas a cada cinco anos, na forma prevista nos referidos contratos de concessão. A imposição de novas metas que impliquem em ônus adicionais deverá ser sempre acompanhada da indicação de fontes de financiamento correspondentes. Em 30 de junho de 2011, a Companhia firmou junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC que serão imputadas para o período 2011 a 2015;
- (iii) A possibilidade do Órgão Regulador impor planos alternativos de oferta obrigatória;
- (iv) A introdução do direito do Órgão Regulador de intervir e modificar contratos da concessionária com terceiros;
- (v) A inclusão dos bens da controladora, controlada, coligada e de terceiros, indispensáveis à concessão, como bens reversíveis;
- (vi) A criação de conselho de usuários em cada concessão; e
- (vii) As tarifas de uso de redes são definidas como um percentual da tarifa de público local e longa distância nacional, até a efetiva implantação de modelo de custos por serviço/modalidade, conforme previsto no PGR – Plano Geral de Atualização da Regulamentação.

(j) Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o *EBITDA* acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações), Dívida líquida (dívida total menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o *EBITDA* acumulado nos últimos 12 meses, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/ <i>EBITDA</i>	entre 2x e 4,5x
Dívida Líquida/ <i>EBITDA</i>	entre 1,4x e 3x
Índice de cobertura de juros (*).....	maior que 1,75

(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

Notas Explicativas**4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Receita bruta de vendas e/ou serviços	13.392.030	13.716.360	39.910.417	16.406.661
Deduções da receita bruta	(6.375.051)	(6.237.704)	(14.741.187)	(7.161.406)
Tributos	(2.477.535)	(2.813.849)	(8.832.581)	(3.331.372)
Outras deduções	(3.897.516)	(3.423.855)	(5.908.606)	(3.830.034)
Receitas de vendas e/ou serviços	7.016.979	7.478.656	25.169.230	9.245.255

5. DESPESAS POR NATUREZA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012 (Reapresentado)	2011	2012 (Reapresentado)	2011
Serviços de terceiros	(1.438.456)	(1.328.189)	(5.309.681)	(1.528.366)
Depreciação e amortização	(700.037)	(711.122)	(3.228.100)	(1.044.226)
Interconexão	(1.649.919)	(1.833.753)	(3.914.543)	(1.711.219)
Serviço de manutenção da rede	(649.147)	(657.898)	(2.031.201)	(731.746)
Pessoal (i)	(566.699)	(461.518)	(1.854.819)	(882.866)
Aluguéis e seguros	(474.438)	(522.969)	(1.602.474)	(530.133)
FISTEL	(16.196)	(16.170)	(627.896)	(130.424)
Custo de aparelhos e outros			(507.465)	(23.831)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(97.781)	(263.398)	(502.509)	(332.808)
Publicidade e propaganda	(59.152)	(76.807)	(442.993)	(148.157)
Materiais	(28.342)	(58.227)	(144.879)	(65.803)
Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	(49.426)	(49.019)	(121.430)	(49.019)
Outros custos e despesas	(7.935)	(10.960)	(230.997)	(13.387)
Total	(5.737.528)	(5.990.030)	(20.518.987)	(7.191.985)
Classificados como:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(3.448.662)	(3.848.801)	(12.673.253)	(4.586.565)
Despesas com vendas	(1.267.439)	(986.189)	(4.847.297)	(1.160.793)
Despesas gerais e administrativas	(1.021.427)	(1.155.040)	(2.998.437)	(1.444.627)
Total	(5.737.528)	(5.990.030)	(20.518.987)	(7.191.985)

- (i) Considera despesas de treinamento de funcionários no montante de R\$ 22.157 (2011- R\$ 20.245) no consolidado.

Notas Explicativas**6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012 (Reapresentado)	2011	2012 (Reapresentado)	2011
Outras receitas operacionais				
Recuperação de tributos e despesas recuperadas (i)	269.024	139.476	692.915	156.633
Aluguel de infraestrutura operacional e outros	182.074	167.134	398.158	120.363
Receita na alienação de bens	231.974	17.067	389.876	21.438
Multas	61.419	74.859	239.686	90.537
Serviços técnicos e administrativos	48.059	66.518	110.627	66.659
Dividendos prescritos	49.122	50.330	74.732	50.330
Outras receitas	36.336	40.535	90.128	54.400
Total	878.008	555.919	1.996.122	560.360
Outras despesas operacionais				
Tributos	(150.213)	(172.840)	(893.805)	(308.581)
Provisões/Reversões	(231.492)	(529.684)	(400.595)	(570.672)
Participação de empregados e administradores	(143.682)	(7.893)	(387.380)	(27.449)
Baixa de imobilizado	(21.251)	(17.786)	(52.698)	(28.039)
Custas processuais	(45.245)	(48.241)	(62.074)	(50.118)
Multas	(13.581)	(17.893)	(19.075)	(21.520)
Provisões para fundos de pensão e outros correlatos	(86.261)	(6.865)	(8.118)	(7.237)
Outras despesas	(32.642)	(23.344)	(62.481)	(32.727)
Total	(724.367)	(824.546)	(1.886.226)	(1.046.343)

- (i) O saldo de 2011 inclui o reconhecimento da recuperação de gastos com benefícios pós-emprego (planos de aposentadoria) relacionados ao fundo de pensão superavitário PBS-A administrado pela Sistel, no valor de R\$ 71 milhões na controladora e no consolidado, cuja contrapartida está na rubrica “Ativo relacionado aos fundos de pensão”.

Notas Explicativas

7. RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	411.469	658.533	719.517	677.683
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	508.141		650.487	
Rendimentos de aplicações financeiras	151.068	85.220	514.876	383.628
Dividendos recebidos (i)			99.181	
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	45.298	12.258	48.233	306.548
Outras receitas	34.951	12.497	243.078	38.011
Total	1.150.927	768.508	2.275.372	1.405.870
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(1.376.342)		(2.076.652)	
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(731.720)	(209.963)	(1.313.059)	(266.148)
Juros sobre debêntures	(751.066)	(182.154)	(753.185)	(182.154)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(663.989)	(171.798)		(43.819)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	472.786	(49.251)	942.021	(49.251)
Sub-total:	(3.050.331)	(613.166)	(3.200.875)	(541.372)
b) Outros encargos				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(123.423)	(300.627)	(488.068)	(427.733)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(106.493)	(5.491)	(249.103)	(5.707)
Atualização monetária de provisões	(92.185)	(156.719)	(233.017)	(167.087)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(43.650)	(44.414)	(81.371)	(46.299)
Reversão de atualização monetária sobre depósitos judiciais (ii)		(198.853)		(198.853)
Outras despesas	(70.454)	(84.838)	(238.465)	(90.731)
Sub-total:	(436.205)	(790.942)	(1.290.024)	(936.410)
Total	(3.486.536)	(1.404.108)	(4.490.899)	(1.477.782)
Resultado financeiro	(2.335.609)	(635.600)	(2.215.527)	(71.912)

- (i) Refere-se, substancialmente, a dividendos recebidos em 25 de maio de 2012, pela controlada TMAR, e pagos pela PT de € 0,435 por ação, perfazendo o montante de € 38.998 (R\$ 97.749).
- (ii) No primeiro trimestre de 2011, a Companhia revisou a estimativa de atualização monetária sobre depósitos judiciais, resultando em uma reversão da atualização monetária nos montantes apresentados na tabela acima.

Notas Explicativas

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012 (Reapresentado)	2011	2012 (Reapresentado)	2011
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(74.367)	(20.847)	(934.079)	(205.730)
Tributos diferidos	280.059	(233.891)	174.394	(283.895)
Total	205.692	(254.738)	(759.685)	(489.625)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012 (Reapresentado)	2011	2012 (Reapresentado)	2011
Lucro antes das tributações	1.579.198	1.260.469	2.544.612	1.495.375
Resultado das empresas não-sujeitas ao cálculo de IRPJ/CSLL			(8.348)	(13.235)
Total do resultado tributado	1.579.198	1.260.469	2.536.264	1.482.140
IRPJ E CSLL				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	(536.927)	(428.560)	(862.330)	(503.928)
Equivalência patrimonial	843.783	229.864		
Efeitos tributários do JSCP	(72.420)	(85.177)	(4.406)	
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	24		155.662	
Exclusões (adições) permanentes (ii)	(28.768)	29.135	(16.883)	14.280
Compensação de prejuízos fiscais/base negativa da CSLL			613	
Ativo fiscal diferido não constituído (iii)			(41.022)	
Ativo fiscal diferido constituído (iv)			8.681	23
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	205.692	(254.738)	(759.685)	(489.625)

- (i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controlada indireta TNL PCS, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007. O referido benefício fiscal é obtido após a obtenção de Laudo Constitutivo emitido pela SUDENE, depois de atendidas as exigências do referido órgão competente; entretanto, o laudo não prevê exigências adicionais cujo não cumprimento possa acarretar a perda do benefício fiscal antes do prazo final que se encerra em dezembro de 2013.
- (ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, patrocínios e doações indedutíveis, receitas de dividendos prescritos, amortização de ágio (período pré-incorporação), reversões de provisões e aplicação no FINOR.
- (iii) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência de controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa.
- (iv) Refere-se substancialmente ao registro de tributos diferidos de controladas após a revisão das projeções de resultados indicarem a recuperabilidade dos valores.

Notas Explicativas

As Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2012 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e contas bancárias	23.760	89.552	346.874	136.132
Equivalentes de caixa	1.020.224	4.264.765	4.066.168	5.868.374
Total	1.043.984	4.354.317	4.413.042	6.004.506

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Fundos de investimentos exclusivos	986.146	3.022.318	3.654.226	4.522.452
CDB – Certificado de Depósito Bancário	10.586	6.693	356.205	46.456
Operações compromissadas			28.245	
“Time Deposits”	23.135	1.141.331	23.145	1.141.331
Nota de cupom cambial		94.096		94.096
Outros	357	327	4.347	64.039
Equivalentes de caixa	1.020.224	4.264.765	4.066.168	5.868.374

(b) Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Fundos de investimentos exclusivos	853.277	89.331	2.407.900	1.084.027
Títulos privados	14.277	13.327	81.699	13.327
Aplicações financeiras	867.554	102.658	2.489.599	1.097.354
Circulante	853.277	89.331	2.425.907	1.084.027
Não circulante	14.277	13.327	63.692	13.327

Notas Explicativas**(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Operações compromissadas	930.157	1.713.046	3.104.259	2.559.127
CDB – Certificado de Depósito Bancário	33.728	1.307.362	124.788	1.903.062
<i>Time Deposits</i>	3.630		343.279	
Títulos públicos	18.106	1.754	49.979	59.649
Outros	525	156	31.921	614
Títulos classificados em equivalentes de caixa	986.146	3.022.318	3.654.226	4.522.452
Títulos públicos	853.137	65.411	2.394.654	1.052.585
CDB – Certificado de Depósito Bancário		23.920		31.442
Outros	140		13.246	
Títulos classificados em aplicações financeiras de curto prazo	853.277	89.331	2.407.900	1.084.027
Total aplicado em fundos exclusivos	1.839.423	3.111.649	6.062.126	5.606.479

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “benchmark”, o CDI no Brasil e a LIBOR no exterior.

10. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Serviços faturados	1.329.592	1.420.533	5.302.938	1.753.230
Serviços a faturar	754.676	777.630	1.888.295	820.014
Aparelhos e acessórios vendidos	5.264	7.739	578.551	21.073
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(332.732)	(500.689)	(751.287)	(583.830)
Total	1.756.800	1.705.213	7.018.497	2.010.487

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
A faturar	754.676	777.630	1.888.295	820.014
A vencer	386.031	549.714	3.377.971	805.418
A receber de outros provedores	323.522	227.938	737.060	265.454
Vencidas até 60 dias	436.713	381.687	1.162.487	409.313
Vencidas de 61 a 90 dias	46.175	72.984	154.918	77.536
Vencidas de 91 a 120 dias	34.820	44.271	127.301	47.928
Vencidas de 121 a 150 dias	29.558	32.069	100.194	34.650
Vencidas de 151 a 180 dias	78.037	119.609	221.558	134.004
Total	2.089.532	2.205.902	7.769.784	2.594.317

Notas Explicativas

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 01/01/2011	(488.938)	(566.738)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(263.398)	(332.808)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	251.647	315.716
Saldo em 2011	(500.689)	(583.830)
Aumento por Reorganização Societária		(363.253)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(97.781)	(502.509)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	265.738	698.305
Saldo em 2012	(332.732)	(751.287)

11. CRÉDITOS COM PARTES RELACIONADAS

	CONTROLADORA	
	2012	2011
Mútuo com controlada	1.421	6.646
Juros sobre mútuo	80	57
Total	1.501	6.703
Não circulante	1.501	6.703

	CONSOLIDADO	
	2012	2011
Debêntures privadas – principal		1.500.000
Juros sobre debêntures privadas		717.682
Total		2.217.682
Não circulante		2.217.682

Debêntures privadas de emissão da TMAR

Em função da Reorganização Societária, aprovada em 27 de fevereiro de 2012, as debêntures emitidas pela TMAR em 17 de fevereiro de 2009 e 12 de março de 2011, nos valores de R\$ 1.200.000 e R\$ 300.000, respectivamente, subscritas pela BrT Celular, foram incorporadas pela Companhia. O prazo de vencimento destas debêntures é de cinco anos, marcado para o dia 11 de dezembro de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de um “spread” de 4,0% a.a. e seu recebimento coincide com a data de vencimento das debêntures.

Em 1 de junho de 2012, as debêntures originalmente emitidas pela TMAR e incorporadas na Companhia foram baixadas em contrapartida a redução de capital procedida na BrT Celular, conforme descrito na Nota 15 item (ii).

As contrapartes encontram-se demonstradas na Nota 28.

Notas Explicativas

12. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012 (Reapresentado)	2011	2012 (Reapresentado)	2011
Tributos correntes a recuperar				
IR a recuperar (i)	12.906	23.560	806.135	184.985
CS a recuperar (i)	4.655	4.415	320.922	63.358
IRRF/CS – Impostos retidos na fonte (ii)	101.800	71.050	599.312	104.882
Circulante	119.361	99.025	1.726.369	353.225
Tributos diferidos a recuperar				
IR sobre créditos fiscais – ágio incorporado (iii)	1.456.452	1.616.134	1.456.452	1.616.134
CS sobre créditos fiscais – ágio incorporado (iii)	524.323	581.809	524.323	581.809
IR sobre diferenças temporárias (iv)	1.156.792	1.218.539	2.912.247	1.320.137
CS sobre diferenças temporárias (iv)	376.317	404.192	863.203	431.093
IR sobre prejuízos fiscais (iv)	467.782	135.863	1.536.376	704.586
CS sobre base negativa (iv)	153.251	27.730	669.610	246.269
Provisão para perda de recuperabilidade				(5.281)
Outros tributos diferidos (v)	198.355	49.655	248.695	87.575
Não circulante	4.333.272	4.033.922	8.210.906	4.982.322

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012 (Reapresentado)	2011	2012 (Reapresentado)	2011
Tributos correntes a recolher				
IR a pagar	8.567	3.013	719.944	131.170
CS a pagar	57.972	1.087	345.810	48.024
Circulante	66.539	4.100	1.065.754	179.194

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012 (Reapresentado)	2011	2012 (Reapresentado)	2011
Adições (Exclusões) temporárias por natureza:	3.513.884	3.820.674	5.756.225	3.949.173
Provisões	1.385.940	1.464.810	1.989.192	1.497.289
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	131.825	110.067	167.550	136.446
Provisões para fundos de pensão	197.689	211.329	198.607	212.084
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	113.129	170.234	621.917	198.274
Participação nos lucros	47.823		137.349	
Variações cambiais	(21.403)	(110.264)	278.479	(110.270)
Ágio incorporado (iii)	1.980.775	2.197.943	1.980.775	2.197.943
Outras adições e exclusões temporárias	(267.657)	(227.195)	124.027	(194.682)
Subsídios e Fistel			53.845	7.153
Provisão para desmobilização de ativos	4.264	3.750	23.040	4.936
Ajuste no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda			241.826	
Reconhecimento de receita			14.134	
Ganho na alienação de investimentos			(12.989)	
Amortização diferido RTT			10.689	
Contabilidade de "hedge"	(58.501)		(72.216)	

Notas Explicativas

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.
- (iii) A Companhia incorporou montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas em virtude da Reorganização Societária ocorrida no decorrer do exercício de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto para os exercícios de 2012 a 2034.
- (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2012, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizam R\$ 154.849 (2011 - R\$ 62.950).

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos, líquidos da provisão reconhecida:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2013	21.965	893.662
2014	21.965	1.182.403
2015	21.965	657.599
2016	21.965	717.752
2017	209.687	549.492
De 2018 a 2020	1.856.595	1.980.528
Total	2.154.142	5.981.436

- (v) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, os quais serão compensados com tributos federais.

Notas Explicativas

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA						
	Saldo em 2011	Aumento por Reorganização Societária	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Adições / (Compensações)	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Reconhecido no resultado financeiro	Saldo em 2012 (Reapresentado)
Impostos diferidos Ativos / (Passivos)							
Provisões	1.464.810		(78.870)				1.385.940
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	110.067		21.758				131.825
Provisões para fundos de pensão	211.329		(13.640)				197.689
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	170.234		(57.105)				113.129
Participação nos lucros			47.823				47.823
Variações cambiais	(110.264)	(70.917)	159.778				(21.403)
Ágio incorporado	2.197.943		(217.168)				1.980.775
Outras adições e exclusões temporárias	(227.195)		(40.462)				(267.657)
Provisão para desmobilização de ativos	3.750		514				4.264
Contabilidade de "hedge"		(40.037)			(18.464)		(58.501)
Prejuízos fiscais	135.863		331.919				467.782
Base negativa de CSSL	27.730		125.521				153.251
Outros tributos diferidos – Saldo credor de exercícios anteriores	49.655	263.927	(9)	(132.127)		16.909	198.355
Total	4.033.922	152.973	280.059	(132.127)	(18.464)	16.909	4.333.272

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO						
	Saldo em 2011	Aumento por Reorganização Societária	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Adições / (Compensações)	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Reconhecido no resultado financeiro	Saldo em 2012 (Reapresentado)
Impostos diferidos ativos com relação a:							
Provisões	1.497.289	657.528	(165.625)				1.989.192
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	136.446		31.104				167.550
Provisões para fundos de pensão	212.084		(13.477)				198.607
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	198.274	456.428	(32.785)				621.917
Participação nos lucros		22.180	115.169				137.349
Variações cambiais	(110.270)	215.365	173.384				278.479
Ágio incorporado	2.197.943		(217.168)				1.980.775
Outras adições e exclusões temporárias	(194.682)	346.976	(30.994)	2.727			124.027
Subsídios e Fistel	7.153	51.248	(4.556)				53.845
Provisão para desmobilização de ativos	4.936	18.481	(377)				23.040
Ajuste no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda		244.049	(2.223)				241.826
Reconhecimento de receita		46.051	(31.917)				14.134
Provisão para perda de recuperabilidade	(5.281)		5.281				
Contabilidade de "hedge"		(40.037)			(32.179)		(72.216)
Ganho na alienação de investimentos			(12.989)				(12.989)
Amortização diferido RTT			10.689				10.689
Prejuízos fiscais	704.586	583.224	248.566				1.536.376
Base negativa de CSSL	246.269	321.770	101.571				669.610
Outros tributos diferidos – Saldo credor de exercícios anteriores	87.575	304.055	(9)	(216.218)		73.292	248.695
Efeito tributário da Reorganização Societária		(750)	750				
Total	4.982.322	3.226.568	174.394	(213.491)	(32.179)	73.292	8.210.906

Notas Explicativas**13. OUTROS TRIBUTOS**

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
ICMS a recuperar (i)	734.138	644.955	1.980.203	876.172
PIS e COFINS	57.057	64.338	183.765	71.600
Outros	14.461	3.362	131.228	14.246
Total	805.656	712.655	2.295.196	962.018
Circulante	561.669	563.901	1.557.177	783.382
Não circulante	243.987	148.754	738.019	178.636

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
ICMS	697.466	717.540	1.400.997	890.835
ICMS Convênio nº 69/1998	17.309	41.605	444.600	43.698
PIS e COFINS	715.920	638.925	1.781.237	761.192
FUST/FUNTEL/Rádiodifusão	153.475	165.363	716.088	222.600
Outros	10.994	15.970	143.724	29.803
Total	1.595.164	1.579.403	4.486.646	1.948.128
Circulante	1.097.494	1.165.680	2.248.075	1.445.362
Não circulante	497.670	413.723	2.238.571	502.766

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

14. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível e remota.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Cíveis	6.207.634	5.044.952	7.979.948	5.135.887
Trabalhistas	950.589	869.462	1.691.957	884.607
Tributárias	568.970	542.925	2.119.141	585.645
Total	7.727.193	6.457.339	11.791.046	6.606.139
Circulante	1.728.996	1.609.577	2.068.315	1.651.114
Não circulante	5.998.197	4.847.762	9.722.731	4.955.025

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

Notas Explicativas**15. INVESTIMENTOS**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012 (Reapresentado)	2011	2012	2011
Participações avaliadas a:				
Equivalência patrimonial	24.437.226	7.433.360		
Custo de aquisição (i)	3.776	3.699	55.141	5.338
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	10.273	3.057	23.861	3.057
Ágio "Goodwill"	11.618	11.618		
Outros investimentos	23	23	1.710	41
Total	24.462.916	7.451.757	80.712	8.436

- (i) Inclui no saldo consolidado, o investimento da controlada TMAR na Hispamar Satélites S.A. ("Hispamar") que tem como atividade principal a contratação de fabricação por terceiros, o lançamento e operação de satélites, bem como o uso e a comercialização da capacidade útil de satélites que ocupem as posições orbitais devidamente licenciadas nas diferentes bandas de frequência, a prestação de serviços de comunicação, especialmente via satélites, e demais serviços necessários ao desempenho de suas atividades sociais. A controlada TMAR mantém participação de 19,04% na investida e não há influência significativa na sua administração.

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA (Reapresentado)	CONSOLIDADO
Saldo em 01/01/2011	5.753.558	5.370
Ágio "Goodwill"	11.618	
Equivalência patrimonial	676.070	
Transferência de passivo a descoberto da Vant	7.314	
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	2.927	2.927
Aumento de capital da BrT Celular	1.468.225	
Dividendos obrigatórios	(217.436)	
Juros sobre capital próprio	(250.519)	
Outros		139
Saldo em 2011	7.451.757	8.436
Aumento por Reorganização Societária	20.365.629	60.307
Equivalência patrimonial	2.481.715	
Redução de capital da BrT Celular (ii)	(3.763.789)	
Amortização parcial de ações da TMAR (iii)	(1.210.302)	
Aumento de investimento	9.680	
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes	16.792	
Dividendos obrigatórios	(663.885)	
Juros sobre capital próprio	(201.000)	
Baixa de investimentos	(15.697)	
Outros	(7.984)	11.969
Saldo em 2012	24.462.916	80.712

- (ii) Em 1 de junho de 2012 na AGE da BrT Celular foi aprovada a redução do seu capital social, no montante de R\$ 5.137.062. Do montante total da redução de capital: (a) o montante de R\$ 1.373.273 foi absorvido pelo prejuízo acumulado da BrT Celular, sem impacto no valor do investimento da Companhia na BrT Celular, e (b) o montante de R\$ 3.763.789 foi compensado com os valores devidos pela Companhia a controlada BrT Celular, sendo o

Notas Explicativas

montante de R\$ 1.508.288 a título de mútuo e o montante de R\$ 2.255.501 a título de debêntures.

- (iii) Em 27 de julho de 2012, a AGE da TMAR aprovou a amortização parcial das ações ordinárias e preferenciais classe A da TMAR, no valor total de R\$1.210.302.

Os principais dados relativos às participações diretas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial são os seguintes:

			CONTROLADORA				
			2012				
			(Reapresentado)				
			Quantidade em milhares				
			Ações			Participação - %	
Controladas	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais	Quotas	Capital total	Capital votante
BrT Celular	2.490.782	307.205	4.473.443			100	100
BrTI	381.819	2.791	685.154			100	100
BrT CS	401.603	163.199			272.443.966	99,99	99,99
BrT Multimídia	446.247	116.325			399.253	100	100
BrT Call Center	24.984	499	11.270	22.370		100	100
BrT Card	7.509	498			7.499.999	100	100
TMAR (iv)	20.611.572	1.564.658	154.032.213	189.400.783		100	100
Copart 3 (iv)	(384)	4.308	799			100	100
Oi Holanda (v)	72.710	72.703	100			100	100

	CONTROLADORA		
	2012		
	(Reapresentado)		
Controladas	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Provisão para passivo a descoberto
BrT Celular	307.205	2.490.782	
BrTI	2.791	381.819	
BrT CS	163.199	401.603	
BrT Multimídia	109.331	446.247	
VANT (vi)	4.304		
BrT Call Center	499	24.984	
BrT Card	498	7.509	
iG Brasil	17		
iG Participações (vi)	3		
NTPA (vi)	219		
TMAR (iv)	1.819.404	20.611.572	
TNL.NET (vi)	244		
TNL.TRADING (vi)	(472)		
Copart 3 (iv)	3.527		(384)
Oi Holanda (v)	72.703	72.710	
Sumbe	(1.757)		
Total	2.481.715	24.437.226	(384)

Notas Explicativas

			CONTROLADORA				
			2011				
			Quantidade em milhares			Participação - %	
			Ações				
Controladas	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais	Quotas	Capital total	Capital votante
BrT Celular	6.101.835	406.866	4.473.443			100	100
BrTI	380.653	4.719	685.154			100	100
BrT CS	466.404	179.182			272.443.966	99,99	99,99
BrT Multimídia	441.363	97.549			399.253	90,46	90,46
VANT (vi)	(9.602)	(7.314)	141.511.999			99,99	99,99
BrT Call Center	24.484	4.089	11.270	22.370		100	100
BrT Card	8.648	645			7.499.999	100	100
iG Brasil	278.487	(2.090)	112.047.365			13,64	13,64
iG Participações (vi)	87.773	(770)	125.502			0,16	0,16
NTPA (vi)	13.935	(72)			32.645.507	100	100

CONTROLADORA			
2011			
Controladas	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Provisão para passivo a descoberto
BrT Celular	406.866	6.101.835	
BrTI	4.719	380.653	
BrT CS	179.182	466.404	
BrT Multimídia	88.241	399.257	
VANT (vi)	(7.314)		(9.602)
BrT Call Center	4.089	24.484	
BrT Card	645	8.648	
iG Brasil	(285)	38.000	
iG Participações (vi)	(1)	144	
NTPA (vi)	(72)	13.935	
Total	676.070	7.433.360	(9.602)

Informações financeiras resumidas

2012			
Controladas	Ativos	Passivos	Receitas
BrT Celular	4.987.306	2.496.524	2.332.887
BrTI	393.657	65.043	11.002
BrT CS	777.365	375.762	253.271
BrT Multimídia	690.745	244.498	236.208
BrT Call Center	130.047	105.063	380.106
BrT Card	9.189	1.680	
TMAR (iv)	39.163.757	18.552.185	11.954.371
Copart 3 (iv)	44.777	45.161	
Oi Holanda (v)	3.193.905	3.121.195	

Notas Explicativas

	2011		
Controladas	Ativos	Passivos	Receitas
BrT Celular	8.827.629	2.725.794	2.006.083
BrTI	416.771	36.118	15.354
BrT CS	816.105	349.701	217.421
BrT Multimídia	683.630	242.267	212.661
VANT (vi)	11.938	21.540	
BrT Call Center	119.704	95.220	354.844
BrT Card	9.367	719	
iG Brasil	364.249	85.762	236.645
iG Participações (vi)	90.376	2.603	
NTPA (vi)	13.935		

- (iv) Essas empresas tornaram-se controladas da Oi a partir da Reorganização Societária descrita na Nota 1.
- (v) No período findo em 30 de setembro de 2012, a Companhia adquiriu da sua controlada TMAR, a participação na subsidiária integral Oi Brasil Holdings Cooperatief (“Oi Holanda”), pelo seu valor contábil.
- (vi) Empresas incorporadas conforme reorganização societária descrita na Nota 1.

Notas Explicativas

16. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA (Reapresentado)						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 01/01/2011	449.352	5.112.512	14.307.287	3.865.597	1.025.977	1.647.942	26.408.667
Adições	870.991	550	175.584	1.691	1	9.155	1.057.972
Baixas	(3.890)	(10.791)	(46.281)	(12.059)		(3.828)	(76.849)
Transferências	(588.563)	21.655	430.937	107.119	1.910	(9.921)	(36.863)
Saldo em 2011	727.890	5.123.926	14.867.527	3.962.348	1.027.888	1.643.348	27.352.927
Aumento por Reorganização Societária				23.796	6.548	20.227	50.571
Adições	767.329		398.100	3.957	3.853	4.331	1.177.570
Baixas	(12.030)	(645)	(62.020)	(37.274)	(1.966)	(3.778)	(117.713)
Transferências	(855.755)	43.754	632.097	115.953	5.091	58.860	
Transferências para ativos mantidos para venda (i)				(9.133)	(91.210)		(100.343)
Saldo em 2012	627.434	5.167.035	15.835.704	4.059.647	950.204	1.722.988	28.363.012
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2011		(4.954.771)	(12.577.492)	(3.015.364)	(627.098)	(1.462.471)	(22.637.196)
Despesas de depreciação		(23.097)	(340.601)	(165.593)	(23.642)	(30.667)	(583.600)
Baixas		10.888	42.848	13.553		3.898	71.187
Saldo em 2011		(4.966.980)	(12.875.245)	(3.167.404)	(650.740)	(1.489.240)	(23.149.609)
Aumento por Reorganização Societária				(17.714)	(5.988)	(19.618)	(43.320)
Despesas de depreciação		(25.067)	(421.581)	(94.058)	(12.273)	(33.625)	(586.604)
Baixas		351	44.233	30.824	2.239	3.127	80.774
Transferências		39	(66)	10		17	
Transferências para ativos mantidos para venda (i)				6.000	53.310		59.310
Saldo em 2012		(4.991.657)	(13.252.659)	(3.242.342)	(613.452)	(1.539.339)	(23.639.449)
Imobilizado líquido							
Saldo em 2011	727.890	156.946	1.992.282	794.944	377.148	154.108	4.203.318
Saldo em 2012	627.434	175.378	2.583.045	817.305	336.752	183.649	4.723.563
Taxa anual de depreciação (média)		10%	10%	6%	4%	13%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO (Reapresentado)						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 01/01/2011	738.062	5.464.567	16.213.043	4.229.942	1.077.415	2.034.573	29.757.602
Adições	1.041.093	550	249.149	10.179	203	16.369	1.317.543
Baixas	(8.390)	(10.794)	(49.127)	(13.723)		(22.083)	(104.117)
Transferências	(766.163)	54.248	494.948	121.931	1.346	40.772	(52.918)
Saldo em 2011	1.004.602	5.508.571	16.908.013	4.348.329	1.078.964	2.069.631	30.918.110
Aumento por Reorganização Societária	2.474.477	11.978.833	18.877.091	20.750.385	2.515.293	2.653.779	59.249.858
Adições	2.720.784	263.806	1.518.738	415.437	165.586	124.823	5.209.174
Baixas	(85.977)	(664)	(78.024)	(320.951)	(23.365)	(143.152)	(652.133)
Transferências	(1.986.763)	176.583	1.136.366	516.468	32.397	124.949	
Transferências para ativos mantidos para venda (i)				(30.407)	(320.735)		(351.142)
Saldo em 2012	4.127.123	17.927.129	38.362.184	25.679.261	3.448.140	4.830.030	94.373.867
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2011		(5.136.580)	(13.743.941)	(3.199.969)	(655.348)	(1.704.965)	(24.440.803)
Despesas de depreciação		(49.320)	(453.470)	(185.216)	(27.548)	(59.486)	(775.040)
Baixas		10.891	44.855	14.122		21.556	91.424
Transferências				23		(3)	20
Saldo em 2011		(5.175.009)	(14.152.556)	(3.371.040)	(682.896)	(1.742.898)	(25.124.399)
Aumento por Reorganização Societária		(10.435.194)	(13.378.273)	(16.804.512)	(1.740.488)	(1.879.453)	(44.237.920)
Despesas de depreciação		(258.577)	(1.417.836)	(555.764)	(64.206)	(199.891)	(2.496.274)
Baixas		370	57.306	181.674	14.708	105.580	359.638
Transferências		1.306	2.591	(4.096)	115	84	
Transferências para ativos mantidos para venda (i)				20.507	214.642		235.149
Saldo em 2012		(15.867.104)	(28.888.768)	(20.533.231)	(2.258.125)	(3.716.578)	(71.263.806)
Imobilizado líquido							
Saldo em 2011	1.004.602	333.562	2.755.457	977.289	396.068	326.733	5.793.711
Saldo em 2012	4.127.123	2.060.025	9.473.416	5.146.030	1.190.015	1.113.452	23.110.061
Taxa anual de depreciação (média)		10%	10%	8%	6%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

- (i) Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 26 de setembro de 2012, foi aprovada alienação de 41 imóveis/estabelecimentos de propriedade da Companhia e de suas subsidiárias. Em conformidade com os requerimentos do CPC 31 – IFRS 5, os imóveis foram transferidos para o “Ativo não circulante mantido para venda” e estão apresentados por seus valores contábeis uma vez que seus valores justos, menos as despesas de venda, superam os valores contábeis. Adicionalmente, os referidos imóveis possuem características administrativas e não possuem fluxos de caixa distintos do restante da Companhia, razão pelo qual não são apresentados fluxos de caixa e operações descontinuadas desses ativos.

Notas Explicativas

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo residual dos bens reversíveis da controladora é de R\$ 2.950.903 (2011 – R\$ 2.720.125), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No consolidado, o referido saldo monta R\$ 6.652.317 em 31 de dezembro de 2012.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento no montante de R\$ 64.783 (2011 – R\$ 54.446) pela Companhia e R\$ 324.135 (2011 – R\$ 69.925) no consolidado, na taxa média de 10% a.a.

17. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA (Reapresentado)				
	Ágio	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)					
Saldo em 01/01/2011	132.365	82.150	2.035.225	58.144	2.307.884
Adições			75		75
Transferências	(132.365)	(54.196)	80.466	1.085	(105.010)
Saldo em 2011		27.954	2.115.766	59.229	2.202.949
Aumento por Reorganização Societária				7.568	7.568
Adições		87.055	45.102	1.019	133.176
Transferências		(108.295)	58.919	49.376	
Saldo em 2012		6.714	2.219.787	117.192	2.343.693
Amortização acumulada					
Saldo em 01/01/2011	(120.747)		(1.787.420)	(23.609)	(1.931.776)
Despesas de amortização			(122.315)	(5.207)	(127.522)
Transferências	120.747				120.747
Saldo em 2011			(1.909.735)	(28.816)	(1.938.551)
Aumento por Reorganização Societária				(6.739)	(6.739)
Despesas de amortização			(102.095)	(11.338)	(113.433)
Saldo em 2012			(2.011.830)	(46.893)	(2.058.723)
Intangível líquido					
Saldo em 2011		27.954	206.031	30.413	264.398
Saldo em 2012		6.714	207.957	70.299	284.970
Taxa anual de amortização (média)			20%	19%	

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO (Reapresentado)					
	Ágios	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)						
Saldo em 01/01/2011	533.525	152.123	2.787.865	883.851	18.005	4.375.369
Adições			919	1.073	261	2.253
Transferências		(85.455)	117.706		1.106	33.357
Saldo em 2011	533.525	66.668	2.906.490	884.924	19.372	4.410.979
Aumento por Reorganização Societária	81.948	279.182	2.787.332	2.709.050	259.945	6.117.457
Adições		242.450	348.048	368.848	307.872	1.267.218
Baixas		(53.419)	(32.499)		(4.552)	(90.470)
Transferências		(242.800)	193.746		49.054	
Saldo em 2012	615.473	292.081	6.203.117	3.962.822	631.691	11.705.184
Amortização acumulada						
Saldo em 01/01/2011	(453.031)		(2.334.729)	(255.484)	(13.692)	(3.056.936)
Despesas de amortização			(206.036)	(58.904)	(4.246)	(269.186)
Saldo em 2011	(453.031)		(2.540.765)	(314.388)	(17.938)	(3.326.122)
Aumento por Reorganização Societária	(8.047)		(1.948.582)	(1.318.029)	(149.502)	(3.424.160)
Despesas de amortização			(413.494)	(196.066)	(122.266)	(731.826)
Baixas			13.995		81	14.076
Transferências			(136)		136	
Saldo em 2012	(461.078)		(4.888.982)	(1.828.483)	(289.489)	(7.468.032)
Intangível líquido						
Saldo em 2011	80.494	66.668	365.725	570.536	1.434	1.084.857
Saldo em 2012	154.395	292.081	1.314.135	2.134.339	342.202	4.237.152
Taxa anual de amortização (média)			20%	7,5%	19,5%	

Ágios (“Goodwill”)

A Companhia e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”).

Em dezembro de 2012 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de “impairment”, baseadas em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 22,5% para TV, 8,5% para Meios de pagamento, 33,1% para provedor de internet RII e 6,5% para Multimídia RII, taxa de desconto de 11,8% e utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas, conforme resumido no quadro abaixo:

Reapresentado				
Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Saldo dos ativos	Ágio (“goodwill”) alocado à UGC	Base para avaliação do valor recuperável	Valor em uso
TV	58.751	37.690	96.441	4.620.169
Meios de pagamento	40.272	36.211	76.483	101.487
Provedor de internet RII	41.612	73.173	114.785	2.267.806
Multimídia RII	184.852	7.321	192.173	212.983
Total	325.487	154.395	479.882	7.202.445

Notas Explicativas**Licenças regulatórias**

	CONSOLIDADO (Reapresentado)		
	Assinatura do termo	Prazo do termo	Custo de aquisição
Concessão / Autorização			
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	18/12/2002	17/12/2017	191.502
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	03/05/2004	22/12/2017	28.624
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	488.235
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (Banda H)	26/05/2011	30/04/2023	1.073
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	13/03/2001	13/03/2016	1.102.007
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	11/07/2003	13/03/2016	66.096
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	22/01/2004	13/03/2016	45.218
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 3 (2G)	29/04/2008	30/04/2023	131.106
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 e 3 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	867.018
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 3 - interior (2G)	08/09/2008	07/12/2022	126.820
Radiofrequências e SMP TNL PCS	07/12/2007	07/12/2022	8.868
Concessão TV a cabo Way TV (Uberlândia)	06/11/1998	06/11/2013	3.906
Concessão TV a cabo Way TV (Belo Horizonte)	08/02/1999	08/02/2014	16.669
Concessão TV a cabo Way TV (Barbacena)	08/02/1999	08/02/2014	535
Concessão TV a cabo Way TV (Poços de Caldas)	08/02/1999	08/02/2014	1.735
Valor justo das licenças SMP da Amazônia Celular	03/04/2008	13/03/2016	230.030
Radiofrequências (subfaixas 2,5 GHz (4G) e 450 MHz) (i)	30/06/2012	30/06/2027	368.848
Outras licenças			284.532
Total			3.962.822

- (i) Aquisição de radiofrequência nas subfaixas de 2,5GHz (4G) e 450 MHz conforme detalhado na Nota 21. Os lotes adquiridos são compostos de:
- Subfaixa V2, na frequência 2,5 GHz (FDD) com abrangência nacional e banda de 10+10 MHz;
 - Subfaixa P, com lotes nas áreas regionais 11, 43, 51, 53, 71, 81, 88, 94, 95 e 96, na frequência 2,5 GHz (FDD) e banda de 10+10 MHz, e
 - Subfaixa de 450 MHz para a região Centro-Oeste e o estado do Rio Grande do Sul com banda de 7+7 MHz.

Notas Explicativas**18. FORNECEDORES**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Materiais de infraestrutura e rede	212.088	427.595	1.027.030	503.735
Aluguel de postes e direito de passagem	576.673	479.965	900.077	481.513
Repasses (interconexão e “cobilling”)	278.216	290.961	783.292	306.705
Serviços	194.321	105.215	574.303	135.358
Manutenção de planta	164.951	77.941	455.363	105.018
Aparelhos e “simcards”			295.362	66.885
Tecnologia da informação	33.914	32.498	242.170	53.187
“Call Center”	27.296	26.623	132.991	37.037
Comissões de vendas			86.456	43.976
Aluguel de espaço físico e equipamentos	2.773	13.783	25.609	13.783
Outros	77.478	89.122	136.196	93.355
Total	1.567.710	1.543.703	4.658.849	1.840.552

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
(Inclui debêntures)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Financiamentos	9.622.984	3.118.875	25.155.935	3.883.614
Juros provisionados e outros encargos sobre financiamentos	211.685	131.138	575.529	135.216
Debêntures	12.231.051	4.070.360	7.920.740	4.070.360
Juros provisionados sobre debêntures	1.416.605	60.847	300.566	60.847
Empréstimos (mútuo com controladas)	3.264.052	1.329.358		
Juros provisionados e outros encargos sobre empréstimos (mútuo com controladas)	45.750	154.169		
Custo de transação incorrido	(360.652)	(43.954)	(606.681)	(44.826)
Total	26.431.475	8.820.793	33.346.089	8.105.211
Circulante	1.877.195	1.025.753	3.113.621	1.143.537
Não circulante	24.554.280	7.795.040	30.232.468	6.961.674

Notas Explicativas

Empréstimos e financiamentos por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	2012	2011	2012	2011	Vencimento (Principal e Juros)	TIR %
BNDES	2.202.482	1.522.267	6.366.740	2.229.449		
Moeda nacional	2.202.482	1.522.267	6.366.740	2.229.449	Dez/2012 à Dez/2018	8,72
Debêntures públicas	8.179.789	4.131.207	8.221.306	4.131.207	Dez/2012 à Jul/2021	9,80
Debêntures privadas	5.467.867				Dez/2012 à Mai/2022	7,98
Instituições financeiras	7.632.187	1.727.746	19.364.724	1.789.381		
Moeda nacional	1.613.581	1.726.827	6.087.859	1.788.462		
CCB			3.185.647		Dez/2012 à Jan/2028	10,81
“Senior Notes”	1.136.948	1.136.316	1.136.948	1.136.316	Dez/2012 à Set/2016	10,55
CRI	439.232	544.646	1.360.766	544.646	Dez/2012 à Ago/2022	10,05
Outros	37.401	45.865	404.498	107.500	Dez/2012 à Dez/2033	6,35
Moeda estrangeira	6.018.606	919	13.276.865	919		
Linhas de crédito de ECA			4.123.977		Dez/2012 à Ago/2020	6,74
“Senior Notes”	6.018.258		9.152.540		Dez/2012 à Out/2020	8,01
Outros	348	919	348	919	Dez/2012 à Fev/2014	
Mútuo com controladas	3.309.802	1.483.527			Dez/2012 à Fev/2022	7,98
Subtotal	26.792.127	8.864.747	33.952.770	8.150.037		
Custo de transação incorrido	(360.652)	(43.954)	(606.681)	(44.826)		
Total	26.431.475	8.820.793	33.346.089	8.105.211		

Sigla:

ECA - “Export Credit Agency” (Agência de crédito à exportação)

CCB – Cédula de Crédito Bancário

CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários

Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Instituições financeiras	314.386	20.581	555.199	20.581
Moeda nacional	28.170	20.581	127.099	20.581
Moeda estrangeira	286.216		428.100	
BNDES	1.448	789	6.564	1.661
Moeda nacional	1.448	789	6.564	1.661
Debêntures públicas	44.818	22.584	44.918	22.584
Total	360.652	43.954	606.681	44.826
Circulante	53.994	7.445	96.974	7.579
Não circulante	306.658	36.509	509.707	37.247

Notas Explicativas

Composição da dívida por moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Reais	20.699.085	8.819.874	20.497.326	8.104.292
Dólar Norte-Americano	3.727.327	919	10.843.700	919
Euro	2.005.063		2.005.063	
Total	26.431.475	8.820.793	33.346.089	8.105.211

Composição da dívida por indexador

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Taxa pré-fixada	7.182.086	1.241.957	11.431.248	1.271.370
CDI	14.879.079	5.592.150	9.139.158	4.108.624
TJLP	1.893.080	1.427.927	5.537.503	2.122.561
Libor	121	572	3.794.036	572
IPCA	2.453.818	534.898	3.376.952	534.898
INPC	23.291	23.289	67.192	67.186
Total	26.431.475	8.820.793	33.346.089	8.105.211

Cronograma de vencimento

A dívida de longo prazo possui o seguinte cronograma de vencimento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	2012	
2014	4.645.053	3.791.347
2015	140.420	2.484.782
2016	4.593.730	4.598.630
2017	4.412.097	6.359.379
2018 e exercícios seguintes	11.069.638	13.508.037
Total	24.860.938	30.742.175

Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado

Os custos de transação classificados no passivo não circulante serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	2012	
2014	51.635	94.487
2015	50.503	93.141
2016	49.925	81.642
2017	46.372	70.038
2018 e exercícios seguintes	108.223	170.399
Total	306.658	509.707

Notas Explicativas

Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a dívida da Companhia aumentou significativamente devido a Reorganização Societária, ocorrida em 27 de fevereiro de 2012, causando um acréscimo no montante de R\$ 17.796 milhões na controladora e R\$ 21.102 milhões no consolidado. As dívidas originárias da Reorganização Societária são compostas por “*Senior Notes*” em moeda estrangeira, Debêntures Privadas e Debêntures Públicas, BNDES em TJLP, inclusive.

Financiamento em moeda nacional

Bancos de Desenvolvimento

A Companhia e suas subsidiárias contratam financiamentos junto ao BNDES com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias.

Em dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas celebraram contrato de financiamento com o BNDES, no montante de R\$ 5.417 milhões para amparar os investimentos entre os anos de 2012 e 2014. Do total da linha contratada, ao final deste mês foram desembolsados R\$ 2.000 milhões (sendo R\$ 566 milhões para a Oi, R\$ 888 milhões para a TMAR, R\$ 412 milhões para a TNL PCS e R\$ 133 milhões para a Brt Celular). Os custos de transação associados a esta emissão, no valor de R\$ 3,4 milhões, são amortizados no resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem vigentes contratos de financiamento com o BNDES e outros bancos de desenvolvimento da região Norte e Nordeste, celebrados nos anos de 2006, 2008, 2009 e 2010 para amparar seus projetos de investimento com os objetivos já mencionados.

Destacamos que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R\$ 1.092 milhões na controladora e R\$ 1.857 milhões no consolidado.

“*Senior Notes*” e CCBs

Em 2011, a Companhia emitiu “*Senior Notes*” no mercado de capitais internacional no valor total de R\$ 1.100 milhões. No mesmo ano, sua controlada TMAR assinou o segundo aditivo para a Cédula de Crédito Bancário (CCB), captada em 2008, no montante de R\$ 3.071 milhões estendendo seu vencimento final até 2018. Essas captações tiveram o objetivo de reduzir o custo da dívida, além de propósitos corporativos gerais.

CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários

Em agosto de 2010, a Companhia e sua controlada TMAR transferiram, através de integralização de capital, a propriedade de 101 bens reversíveis imóveis para a Copart 5 e de 162 bens reversíveis para sua subsidiária Copart 4, respectivamente.

A Copart 5 e a Copart 4 cederam os direitos aos fluxos de recebíveis dos contratos de locação à BSCS - *Brazilian Securities* Companhia de Securitização, que emitiu os CRI's lastreados pelos recebíveis dos referidos contratos.

Notas Explicativas

Em conexão com a operação do CRI, em AGE, realizada em 20 de outubro de 2010, foi aprovada a emissão privada pela controlada TMAR de debêntures simples não-conversíveis em ações, em série única, no valor total de R\$ 999 milhões.

Adicionalmente, em AGE, realizada em 9 de novembro de 2010, foi aprovada a emissão privada, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor total de R\$ 470 milhões. Os recursos foram empregados para propósitos corporativos da Companhia e de sua controlada TMAR.

Em junho de 2012, a Copart 5 e a Copart 4 promoveram o resgate antecipado de uma das duas séries do CRI no montante de R\$ 392,5 milhões.

Os ativos e passivos da Copart 5 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras da Companhia, devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem na controladora.

Financiamentos em moeda estrangeira

“Senior Notes”

Em fevereiro de 2012, a Companhia emitiu “Senior Notes” no valor de US\$ 1.500 milhões (R\$ 2.741 milhões), com o objetivo de refinanciamento de dívidas, além de propósitos corporativos gerais. O vencimento final será em fevereiro de 2022. Em julho de 2012 a Companhia transferiu essa emissão, líquida dos custos de captação, para sua subsidiária integral Oi Brasil Holdings Cooperatief através de uma “indenture” suplementar. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$ 12 milhões (US\$ 6 milhões) são amortizados ao resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

A Companhia possui outras emissões de “Senior Notes” em moeda estrangeira realizadas no mercado de capitais internacional pela sua controlada TMAR em 2009 e 2010. Em decorrência da Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012, essas emissões foram acrescidas à dívida da Companhia, que substituiu a TMAR como emissora.

O objetivo dessas captações, que totalizam R\$ 9.152 milhões no consolidado, é alongar o perfil e reduzir o custo da dívida da empresa, investimentos e propósitos corporativos gerais.

Linhas de crédito de ECA

A TMAR contrata financiamentos junto a agências de crédito à exportação com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional.

Em 2012, a TMAR desembolsou US\$ 394,8 milhões (R\$ 784,1 milhões) de contratos de financiamento junto a essas agências. Esse montante é compreendido pelo desembolso de US\$ 291,9 milhões junto ao “Finnish Export Credit”, em contratos celebrados em 2009 e 2011; US\$ 14,1 milhões junto a SEK – “Swedish Export Corporation”, em um contrato celebrado em 2011; e US\$ 88,8 milhões junto a ONDD – “Office National Du Ducroire”, em um contrato celebrado em 2010.

Notas Explicativas

A TMAR possui vigente contratos com as principais agências de crédito à exportação, dentre elas: SEK – “*Swedish Export Corporation*”; CDB – “*China Development Bank*”; ONDD – “*Office National Du Ducroire*”; e FEC – “*Finnish Export Credit*”.

Debêntures públicas e privadas

				CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Emissor	Emissão	Principal	Vencimento	2012	2011	2012	2011
Oi (i)	9ª	R\$ 2.000 milhões	2020	2.158.069		2.158.069	
Oi	8ª	R\$ 2.350 milhões	2018	2.351.458	2.353.299	2.351.458	2.353.299
Oi	7ª	R\$ 1.000 milhões	2017	1.031.926	1.049.243	1.031.926	1.049.243
Oi (ii)	5ª (1ª série)	R\$ 1.754 milhões	2013	1.783.127		1.783.127	
Oi (ii)	5ª (2ª série)	R\$ 246 milhões	2013	302.288		302.288	
Oi (iii)	5ª	R\$ 1.080 milhões	2013		728.665		728.665
Oi (ii)	1ª (2ª série)	R\$ 540 milhões	2013	552.921		552.921	
Oi	2ª	R\$ 30 milhões	2021			41.517	
Debêntures públicas				8.179.789	4.131.207	8.221.306	4.131.207
Oi (iv)	3ª	R\$ 3.500 milhões	2013	1.708.224			
Oi (ii)	8ª	R\$ 2.500 milhões	2016	2.880.010			
Oi (v)	6ª	R\$ 999 milhões	2022	879.633			
Debêntures privadas				5.467.867			

(i) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de fevereiro de 2012, foi aprovada a 9ª. emissão, sendo a 7ª. pública, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição (conforme termos da instrução CVM nº 400/2003), no valor de até R\$ 2 bilhões. Em 14 de março de 2012 a CVM concedeu registro para emissão. As Debêntures foram emitidas em duas séries, sendo a 1ª. série no valor de R\$ 400 milhões e a 2ª. série no valor de R\$ 1,6 bilhão. A liquidação financeira de ambas as séries ocorreu em 23 de março de 2012. Os custos da transação associados a esta emissão, no valor de R\$ 22.959, estão sendo apropriados no resultado conforme os prazos contratuais desta emissão.

(ii) Em decorrência da Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012, essa emissão foi acrescida a dívida da Companhia, que substituiu a TMAR como emissora.

(iii) Em junho de 2012, a Companhia promoveu o resgate antecipado integral dessa emissão, pelo saldo devedor remanescente.

(iv) Em junho de 2012, a Companhia baixou o montante de R\$ 2.255 milhões da debênture privada da 3ª emissão com a controlada BrT Celular através de redução do capital social da investida, essa emissão foi acrescida à dívida da Companhia em função da Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012.

(v) Em junho de 2012, a Companhia amortizou o montante de R\$ 128 milhões da debênture privada da 6ª emissão (originalmente emitida pela TMAR e subscrita pela Copart 4, subsidiária integral da TMAR) que em função da Reorganização Societária, aprovada em 27 de fevereiro de 2012, foi incorporada pela Companhia, e foi emitida em conexão com a operação do CRI.

Em março de 2012, a Companhia promoveu o resgate antecipado da 3ª emissão de debêntures quirografárias e não conversíveis em ações emitidas originalmente pela TNL no montante de

Notas Explicativas

R\$ 1.651 milhões, que haviam sido incorporadas pela Companhia em função da Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012.

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas, não possuem cláusulas de repactuação.

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas TMAR, TNL PCS e BrT Celular. A Companhia presta aval a suas controladas TMAR, TNL PCS e BrT Celular para tais financiamentos no montante de R\$ 4.164 milhões.

“Covenants”

A Companhia e suas controladas TMAR, TNL PCS e BrT Celular possuem obrigações no cumprimento de índices financeiros (“covenants”) nos contratos de financiamento junto ao BNDES, outras instituições financeiras e em suas emissões de Debêntures. Os índices financeiros nos contratos com o BNDES são apurados semestralmente, em junho e dezembro. Os demais são apurados trimestralmente.

Especificamente nos contratos com o BNDES, os índices financeiros são apurados com base nas informações contábeis/financeiras consolidadas da Companhia.

No fechamento das Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2012 todos os índices foram cumpridos.

Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Em dezembro de 2012 a Companhia, contratou uma linha de crédito rotativo (“*Revolver Credit Facility*”), no valor de R\$ 1.500 milhões para um prazo de três anos, junto a um sindicato de bancos comerciais, composto por Banco do Brasil, Bradesco, HSBC e Santander.

Em julho de 2012 a TMAR assinou contrato de financiamento junto ao “*Export Development Canada*”, no valor de US\$ 200 milhões, com o objetivo de financiar parte dos investimentos durante os próximos dois anos.

Em novembro de 2011 a Companhia, TMAR, TNL PCS e BrT Celular contrataram uma linha de crédito rotativo (“*Revolver Credit Facility*”), no valor de US\$ 1.000 milhão para um prazo de cinco anos, junto a um sindicato composto por nove bancos comerciais globais, tendo como líderes os bancos “*Bank of America N.A Merrill Lynch*”, “*Pierce, Fenner & Smith Incorporated*”, “*HSBC Securities (USA) Inc*”, “*RBS Securities Inc*” e “*Citibank N.A.*”. Também participaram do sindicato, em diferentes níveis, os bancos “*Tokio Mitsubishi UFJ*”, “*Barclays PLC*”, “*Deutsche Bank AG*”, “*Morgan Stanley N.A*” e “*Sumitomo Mitsui*”.

As operações de linha de crédito rotativo foram estruturadas de forma que a Companhia e suas controladas possam fazer uso da linha de crédito a qualquer momento, ao longo dos prazos contratados. Essas operações formam um significativo colchão de liquidez, fortalecendo a estrutura de capital e perfil de crédito do grupo, além de possibilitar maior eficiência da gestão do caixa.

Notas Explicativas**20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Ativos				
Contratos de "swap" - cambial	451.371		702.986	
Contratos de "swap" - taxa de juros	99.023		208.477	
Contratos de NDF - "Non Deliverable Forward"	77.636	7.186	77.636	7.186
Total	628.030	7.186	989.099	7.186
Circulante	381.866	7.186	640.229	7.186
Não circulante	246.164		348.870	
Passivos				
Contratos de "swap" - cambial	29.605		181.392	
Contratos de "swap" - taxa de juros	109.453		145.132	
Contratos de NDF - "Non Deliverable Forward"	180.668	25.698	187.773	25.698
Total	319.726	25.698	514.297	25.698
Circulante	194.405	25.698	309.555	25.698
Não circulante	125.321		204.742	

21. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
SMP (i)			2.020.929	676.481
Concessões do STFC	49.426		137.068	
Total	49.426		2.157.997	676.481
Circulante	49.426		1.058.881	131.984
Não circulante			1.099.116	544.497

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões.

- (i) No leilão realizado pela ANATEL nos dias 13 e 14 de junho de 2012, foram adquiridas as autorizações para uso de radiofrequência nas subfaixas de 2,5GHz (4G) e 450 MHz. Em 16 de outubro de 2012, no ato da assinatura dos Termos de Autorização, foi desembolsado 10% do valor ofertado. A Companhia pretende desembolsar o valor restante, totalizando 90%, em até 12 meses, sendo a importância a ser paga atualizada, pela variação do IGP-DI, desde a data da entrega dos Documentos de Identificação e de Regularidade Fiscal, das Propostas de Preço e da Documentação de Habilitação até a data do efetivo pagamento.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2013	49.426	1.058.881
2014		364.370
2015		364.370
2016		364.370
2017		2.002
2018 a 2019		4.004
Total	49.426	2.157.997

Notas Explicativas**22. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL**

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (i)	538.322	414.795	1.072.947	442.092
REFIS II - PAES	4.336	4.336	12.152	4.336
Total	542.658	419.131	1.085.099	446.428
Circulante	49.828	36.993	99.732	39.238
Não circulante	492.830	382.138	985.367	407.190

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 segregados em principal, multas e juros são compostos como segue:

	CONSOLIDADO				
	2012				2011
	Principal	Multas	Juros	Total	Total
COFINS	264.043	46.089	305.709	615.841	232.836
CPMF	17.208	1.725	14.292	33.225	515
Imposto de renda	67.079	9.657	87.701	164.437	105.497
Contribuição social	18.472	3.047	20.275	41.794	28.118
INSS – SAT	7.506	4.112	34.658	46.276	28.958
PIS	35.630	2.528	33.930	72.088	49.948
Outros	50.599	7.123	53.716	111.438	556
Total	460.537	74.281	550.281	1.085.099	446.428

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2013	49.828	99.732
2014	45.858	91.658
2015	45.858	91.658
2016	45.858	91.658
2017	45.858	91.658
2018 a 2020	137.575	274.974
2021 a 2023	137.575	274.974
2024 a 2025	34.248	68.787
Total	542.658	1.085.099

(i) Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009

A Companhia e algumas de suas controladas aderiram ao Novo Parcelamento de Débitos Tributários Federais, disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo parte dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 30 de novembro de 2008.

Conforme previsto no art. 1, V, § 9 da Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do novo parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais.

Os refinanciamentos foram pactuados em 180 meses. Conforme previsto na legislação de regência e nas portarias que a disciplinaram, as empresas que aderiram ao Programa passaram a fazer o recolhimento mínimo mensal das parcelas, uma vez que seu valor definitivo apenas será obtido após a consolidação dos débitos pela Receita Federal. A Companhia e suas controladas formalizaram

Notas Explicativas

junto à Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, dentro do prazo estabelecido pelas portarias conjuntas editadas pelos referidos órgãos, a consolidação dos débitos incluídos nas diversas modalidades do parcelamento da Lei nº 11.941/2009. Os débitos da Companhia e de suas controladas encontram-se em consolidação pela Receita Federal do Brasil. Com a adesão, os depósitos judiciais relacionados aos processos transferidos para o novo parcelamento serão convertidos, na forma da legislação aplicável, em renda para a União.

23. PROVISÕES

Composição do saldo

	Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2012	2011	2012	2011
	Trabalhista				
(i)	Horas extras	342.764	381.156	635.031	388.946
(ii)	Indenizações	114.937	132.364	214.681	134.252
(iii)	Estabilidade / Reintegração	105.253	129.072	180.713	130.891
(iv)	Adicionais diversos	95.150	128.094	172.877	133.637
(v)	Complemento de aposentadoria	49.129	26.308	98.135	26.308
(vi)	Diferenças salariais	47.136	74.676	83.482	77.275
(vii)	Honorários advocatícios/periciais	29.702	48.025	42.086	48.594
(viii)	Verbas rescisórias	18.768	22.897	39.607	23.239
(ix)	Multas trabalhistas	6.678	8.368	22.500	8.609
(x)	FGTS	12.509	17.431	18.421	17.497
(xi)	Vínculo empregatício	711	456	5.161	456
(xii)	Subsidiariedade	2.630	6.243	4.352	6.988
(xiii)	Demais ações	41.634	38.709	62.164	41.028
	Total	867.001	1.013.799	1.579.210	1.037.720
	Tributária				
(i)	ICMS	209.679	247.641	448.120	279.799
(ii)	FUST / FUNTTEL			142.632	4.614
(iii)	ISS	4.046	996	65.711	8.283
(iv)	ILL			19.478	
(v)	INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	2.566	331	11.726	890
(vi)	Demais ações	45.270	4.651	77.627	6.563
	Total	261.561	253.619	765.294	300.149
	Cível				
(i)	Societário	2.333.980	2.350.071	2.333.980	2.350.071
(ii)	Estimativas ANATEL	197.507	173.882	551.143	177.998
(iii)	Multas ANATEL	89.008	93.386	436.195	100.136
(iv)	Juizado Especial	48.376	109.297	108.479	127.878
(v)	Demais ações	264.640	299.985	646.328	320.939
	Total	2.933.511	3.026.621	4.076.125	3.077.022
	Total das provisões	4.062.073	4.294.039	6.420.629	4.414.891
	Circulante	1.080.455	1.234.430	1.569.356	1.283.354
	Não circulante	2.981.618	3.059.609	4.851.273	3.131.537

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

Notas Explicativas**Detalhamento dos processos por natureza de risco (consolidado)**

	2012			
Risco	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Provisões	1.579.210	765.294	4.076.125	6.420.629
Passivo contingente	1.051.868	17.260.147	991.269	19.303.284

	2011			
Risco	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Provisões	1.037.720	300.149	3.077.022	4.414.891
Passivo contingente	923.133	2.968.856	648.496	4.540.485

Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	CONTROLADORA			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 01/01/2011	920.137	233.454	3.045.298	4.198.889
Atualização monetária	49.259	35.688	71.772	156.719
Adições / (Reversões)	130.049	6.978	392.657	529.684
Baixas por pagamentos / encerramentos	(85.646)	(22.501)	(483.106)	(591.253)
Saldo em 2011	1.013.799	253.619	3.026.621	4.294.039
Aumento por Reorganização Societária	944	428	37	1.409
Atualização monetária	40.288	17.571	34.326	92.185
Adições / (Reversões)	(22.845)	2.111	252.226	231.492
Baixas por pagamentos / encerramentos	(165.185)	(12.168)	(379.699)	(557.052)
Saldo em 2012	867.001	261.561	2.933.511	4.062.073

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 01/01/2011	937.213	273.882	3.085.772	4.296.867
Atualização monetária	48.991	42.498	75.598	167.087
Adições / (Reversões)	143.046	10.626	417.000	570.672
Baixas por pagamentos / encerramentos	(91.530)	(26.857)	(501.348)	(619.735)
Saldo em 2011	1.037.720	300.149	3.077.022	4.414.891
Aumento por Reorganização Societária	851.793	559.745	1.110.406	2.521.944
Atualização monetária	144.272	41.369	47.376	233.017
Adições / (Reversões)	(11.502)	19.258	392.839	400.595
Baixas por pagamentos / encerramentos	(443.073)	(155.227)	(551.518)	(1.149.818)
Saldo em 2012	1.579.210	765.294	4.076.125	6.420.629

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes**Provisões****Trabalhista**

- (i) Horas extras – referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada;
- (ii) Indenizações – referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória;
- (iii) Estabilidade/Reintegração – refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;

Notas Explicativas

- (iv) Adicionais diversos – referem-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade, com base na Lei nº 7.369/1985, regulamentada pelo Decreto nº 93.412/1986, em razão de suposto risco por contato do empregado com sistema elétrico de potência, adicional de insalubridade, sobreaviso, adicional de transferência;
- (v) Complemento de aposentadoria – diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas;
- (vi) Diferenças salariais e reflexos – referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado;
- (vii) Honorários advocatícios/periciais - parcelas a pagar nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial;
- (viii) Verbas rescisórias – referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças;
- (ix) Multas trabalhistas - valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas;
- (x) Complemento de multa FGTS – decorrente de expurgos inflacionários, refere-se a pedidos de complementação da indenização da multa de FGTS, em razão da recomposição das contas desse fundo por expurgos inflacionários.

A Companhia ingressou com ação judicial contra a Caixa Econômica Federal, no intuito de assegurar o ressarcimento de todos os valores que forem pagos a esse título;

- (xi) Vínculo empregatício - reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta;
- (xii) Responsabilidade solidária/subsidiária – refere-se a pedido de responsabilização da Companhia, feito por empregados de terceiros, em razão de suposta inobservância de seus direitos trabalhistas por seus empregadores diretos;
- (xiii) Demais ações – refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

No primeiro trimestre de 2011, a Companhia concluiu o processo de padronização da metodologia de cálculo das provisões para contingências trabalhistas, alinhando seus procedimentos ao praticado pela TMAR. A metodologia considerada anteriormente pela Companhia tinha como base atribuir às causas os valores informados por seus consultores jurídicos externos e o modelo que passou a ser adotado considera a média dos valores históricos em processos de mesma natureza. Como consequência, a Companhia reconheceu efeitos no resultado de R\$ 53.074, contabilizado como

Notas Explicativas

outras despesas operacionais na conta “Provisões/reversões” e R\$ 63.566, contabilizado como despesas financeiras na conta “Atualização monetária de provisões”.

Tributária

- (i) ICMS - Refere-se à provisão considerada suficiente pela Administração para fazer face a autuações fiscais diversas relacionadas à: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS; (b) compensação e apropriação de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, inclusive necessários à manutenção da rede e (c) autuações relacionadas a descumprimento de obrigações acessórias.
- (ii) FUNTTEL - A provisão foi constituída com base na alteração introduzida quanto à forma de cálculo do FUST pela súmula 7 da ANATEL (que deixou de permitir a exclusão das despesas relativas a EILD e interconexão da base de cálculo, inclusive retroativamente) e no potencial impacto na base de cálculo do FUNTTEL.
- (iii) ISS - A Companhia e a TMAR mantém provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência da tributação de ISS sobre diversos serviços, como aluguéis de equipamentos, de valor agregado e técnicos e administrativos.
- (iv) ILL - A TMAR compensou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.
- (v) INSS - Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.
- (vi) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social.

Cível

- (i) Societário – Contratos de Participação Financeira – os contratos de participação financeira surgiram, regrados pelas portarias ministeriais nºs 415/1972, 1.181/1974, 1.361/1976, 881/1990, 86/1991 e 1.028/1996. O assinante participava financeiramente da empresa concessionária, integralizando determinada quantia que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando, assim, a emissão de ações. As demandas ajuizadas contra a antiga CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações, sociedade incorporada pela Companhia, discutem a forma utilizada para realizar a retribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira.

A Companhia provisionava o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas teses jurídicas. Ao longo do período de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a Companhia a rever a avaliação de valor e grau de risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A Companhia, respeitando, por óbvio,

Notas Explicativas

as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a Administração da Companhia, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas aos contratos de participação financeira. A referida revisão contemplou considerações adicionais correspondentes às datas e às teses que nortearam o trânsito em julgado de processos existentes, bem como a utilização de critérios estatísticos, para estimar o valor da provisão para contingências referente aos processos mencionados. A Companhia atualmente provisiona tais valores levando-se em conta, principalmente, (i) as referidas teses acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese.

Ao final de 2010, foi divulgada notícia pelo site do STJ - Superior Tribunal de Justiça, que o mesmo fixou critérios de indenização a serem adotados pela Companhia, em benefício de acionistas da extinta CRT, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, os critérios deverão ser baseados em (i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respectiva integralização, (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no fechamento do pregão do dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária (IPC/INPC), a partir do pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.

Com base nas informações atuais, a Administração julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 31 de dezembro de 2012, caso tal metodologia já estivesse aprovada. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da Companhia.

- (ii) Estimativas ANATEL – refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU – Plano Geral de Metas de Universalização e PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade;
- (iii) Multas ANATEL – refere-se, substancialmente, as provisões de PADO's – Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade; e
- (iv) Juizados Especiais Cíveis - questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos;
- (v) Demais ações – refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, certas agências exigindo a reabertura dos centros de atendimento ao cliente, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra a Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

Notas Explicativas

Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Trabalhista

Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 1.051.868 (2011 - R\$ 923.133).

Durante o exercício de 2011, a Companhia concluiu o processo de padronização da metodologia de cálculo das provisões para contingências trabalhistas, alinhando seus procedimentos ao praticado pela TMAR. A metodologia considerada anteriormente pela Companhia tinha como base atribuir às causas os valores informados por seus consultores jurídicos externos e o modelo que passou a ser adotado considera a média dos valores históricos em processos de mesma natureza.

Tributária

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

- (i) ICMS – diversas autuações fiscais de ICMS, dentre as quais se destacam dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, no montante aproximado de R\$ 5.755.124 (2011 - R\$ 1.294.767);
- (ii) ISS – suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003, no montante aproximado de R\$ 1.787.183 (2011 - R\$ 351.593);
- (iii) INSS – autuações versando sobre a adição de rubricas no salário de contribuição supostamente devidas pela Companhia, no montante aproximado de R\$ 956.585 (2011 - R\$ 331.319); e
- (iv) Tributos federais – diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionado aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 8.761.255 (2011 - R\$ 991.177).

IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Amortização do ágio – Autuação de julho de 2005 – Questionamento de R\$ 2.534.951, substancialmente, relacionado à operação societária realizada pela TNL em 1998 que proporcionou a apropriação do ágio contábil apurado no leilão de privatização do Sistema Telebrás. A amortização do ágio e correspondente dedução para fins tributários estão previstas na Lei nº 9.532/1997, que, em seu art. 7º, autoriza que o produto da amortização do ágio seja computado no lucro real da Companhia resultante de fusão, cisão ou incorporação, em que uma

Notas Explicativas

delas detenha investimentos na outra, adquiridos com ágio fundamentado na perspectiva de rentabilidade da investida.

A TNL obteve decisão de 1ª instância parcialmente favorável, reduzindo o valor da autuação em R\$ 658.156, permanecendo como possível o montante de R\$ 1.876.795. Contra tal decisão, a companhia interpôs Recurso Voluntário, o qual foi integralmente provido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, para cancelar a autuação. O referido acórdão transitou em julgado em 19 de março de 2012, com decisão favorável a Companhia, sucessora da TNL em virtude da Reorganização Societária aprovada em AGE no dia 27 de fevereiro de 2012. Tendo em vista Decisão Favorável, o referido montante foi baixado em março 2012.

Cível

As principais ações não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 991.269 (2011 - R\$ 648.496).

Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 corresponde a R\$ 4.383.030 (2011 - R\$ 2.592.775) na controladora e R\$ 12.216.671 (2011 - R\$ 2.697.529) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

Ativo contingente

A seguir estão apresentadas as demandas judiciais de ordem tributária promovida pela Companhia, através da qual reivindica a recuperação de tributos pagos.

PIS/COFINS: questionamento judicial sobre a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do PIS e da COFINS. O período abrangido pela Lei foi de fevereiro de 1999 a novembro de 2002 para o PIS e fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 para a COFINS. Em novembro de 2005, o STF – Superior Tribunal Federal concluiu o julgamento de alguns processos que tratam do tema e considerou inconstitucional a majoração da base de cálculo introduzida pela referida Lei. Parte das ações da Companhia e das empresas concessionárias do STFC da Região II do Plano de Outorgas, incorporadas pela Companhia em fevereiro de 2000, transitaram em julgado no decorrer de 2006, no que se refere ao alargamento da base de cálculo da COFINS. A Companhia aguarda o julgamento dos processos das demais empresas incorporadas, cuja avaliação de êxito dos assessores jurídicos da Companhia, na entrada futura de recursos, está considerada como provável. O montante atribuído a esses processos, que representam um ativo contingente não reconhecido contabilmente, é de R\$ 21.504 (2011 - R\$ 20.813) e de R\$ 22.000 (2011 - R\$ 21.304) para o consolidado.

Notas Explicativas**24. DEMAIS OBRIGAÇÕES**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Adiantamento de clientes	177.475	95.032	780.264	364.622
Receitas a apropriar	86.408		691.789	201
Provisão para desmobilização de ativos	23.775	22.848	218.516	30.577
Ações bonificadas a resgatar	99.967	1.501.984	99.967	1.501.984
Consignação a favor de terceiros	8.931	181.662	41.441	274.281
Valores a pagar - grupamento de ações	21.845	116.603	21.845	116.603
Valores a pagar de aval recebido de empresas ligadas	880	5.940		5.940
Outros	10.326	63.482	157.549	82.614
Total	429.607	1.987.551	2.011.371	2.376.822
Circulante	334.831	1.780.340	1.439.462	2.014.762
Não circulante	94.776	207.211	571.909	362.060

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**(a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 7.308.753 (2011 - R\$ 3.731.059), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	2012 (Reapresentado)	2011
Capital total em ações		
Ações ordinárias	599.009	203.423
Ações preferenciais	1.198.078	399.597
Total	1.797.087	603.020
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	84.251	
Ações preferenciais	72.808	13.231
Total	157.059	13.231
Ações em circulação		
Ações ordinárias	514.758	203.423
Ações preferenciais	1.125.270	386.366
Total em circulação	1.640.028	589.789
Valor patrimonial por ação em circulação	6,90	17,95

Na apuração do cálculo do valor patrimonial estão deduzidas as ações preferenciais e ordinárias mantidas em tesouraria.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite total de 2,5 bilhões de ações ordinárias ou preferenciais, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) no caso de emissão de novas ações preferenciais sem direito a voto.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

Notas Explicativas

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme descrito na Nota 1, o capital social da Companhia sofreu um aumento no valor de R\$ 3.085.409 devido à Reorganização Societária ocorrida em fevereiro de 2012.

Em decorrência da bonificação de ações aprovada na AGE de 10 de agosto de 2012, o capital social da Companhia sofreu um aumento no valor de R\$ 492.285, passando a ser de R\$ 7.308.753.

(b) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria na data de 31 de dezembro de 2012 são originadas de eventos societários ocorridos no decorrer do primeiro semestre de 2012, a seguir descritos:

- (i) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da Coari na Companhia e, consequentemente, o cancelamento da totalidade das ações em tesouraria existentes na Companhia naquela data;
- (ii) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da TNL na Companhia e as ações então detidas pela TNL da Companhia, em decorrência da incorporação da Coari na Companhia, foram canceladas com a exceção de 24.647.867 ações ordinárias que foram mantidas em tesouraria; e
- (iii) A partir de 9 de abril de 2012 foram realizados pagamentos do valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes.

A posição das ações em tesouraria é a seguinte:

	Ações Ordinárias (*)	Valor	Ações preferenciais (*)	Valor
Saldo em 2011			13.231	149.642
Ações canceladas no processo de Reorganização Societária, item (i) acima			(13.231)	(149.642)
Ações registradas na Reorganização Societária, item (ii) acima	24.648	93.491		
Ações reembolsadas aos acionistas dissidentes, item (iii) acima	59.539	786.647	72.158	1.221.678
Outros	64	240	650	2.468
Saldo em 2012	84.251	880.378	72.808	1.224.146

(*) Quantidade em milhares de ações

Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação)	2012	2011
Médio ponderado	13,40	11,31
Mínimo	3,79	10,31
Máximo	15,25	13,80

Notas Explicativas

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:

	2012		2011	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Quantidade em milhares de ações em tesouraria	72.808	84.251	13.231	
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	8,32	9,16	10,88	
Valor de mercado	605.763	771.739	143.953	

Segue abaixo quadro demonstrativo, considerando a dedução do valor das ações em tesouraria dos saldos da reserva que deu origem a recompra:

	2012 (Reapresentado)	2011
Saldo contábil das reservas de capital	4.302.535	499.042
Ações em tesouraria	(2.104.524)	(149.642)
Saldo, líquido das ações em tesouraria	2.198.011	349.400

(c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva de ágio na emissão de ações: resultado da diferença entre o valor pago na subscrição de ações e o valor destinado ao capital.

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do crédito tributário, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

Reserva especial de incorporação – acervo líquido: representa o acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012.

Reserva de doações e subvenções para investimentos: constituída em razão de doações e subvenções recebidas antes do início do exercício social de 2008 e cuja contrapartida representa um ativo recebido pela Companhia.

Reserva de correção monetária especial da Lei nº 8.200/1991: constituída em razão dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente e cuja finalidade foi a compensação de distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991.

Reserva de opções de ações: conta constituída em razão das opções de ações, outorgadas e reconhecidas de acordo com os planos de pagamentos com base em ações, e liquidada com instrumentos do patrimônio líquido. No primeiro trimestre de 2012 o plano de opções foi extinto e a reserva foi realizada.

Juros sobre obras em andamento: formadas pela contrapartida de juros sobre obras em andamento incorridos até 31 de dezembro de 1998.

Outras reservas de capital: formadas pelos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda, antes do início do exercício social de 2008.

Notas Explicativas

(d) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

Reserva legal: destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva para investimentos: formada pelos saldos de lucros do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e destinados após o pagamento dos dividendos. Os saldos de lucros dos exercícios que contribuem para a formação desta reserva foram integralmente destinados como lucros retidos pelas respectivas assembleias gerais de acionistas, face ao orçamento de investimentos da Companhia e de acordo com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações. Até o encerramento do exercício de 2007 a retenção de lucros para investimentos permanecia na conta de lucros acumulados, em linha com o art. 8º da Instrução CVM nº 59/1986. Com a vigência da Lei nº 11.638/2007, que determina que não deve permanecer saldo na conta de lucros acumulados ao final do exercício, a referida retenção de lucros remanescentes integra esta reserva para investimentos.

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses dos parágrafos 1º a 3º do art. 12 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações ou de 3% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações, o que for maior.

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 43 do estatuto social.

Conforme AGO da Companhia realizada em 30 de abril de 2012, foi aprovada a destinação do lucro no exercício de 2011 no montante de R\$ 1.005.731 da seguinte forma: (i) dividendo obrigatório no montante de R\$ 251.433 e (ii) para o pagamento de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório o valor de R\$ 1.748.567, sendo o montante de R\$ 754.298, com base no resultado do exercício e R\$ 994.269, com base na de Reserva de investimentos.

Notas Explicativas

Dividendos mínimos obrigatórios calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976:

	2012 (Reapresentado)	2011
Lucro líquido do exercício	1.784.890	1.005.731
Dividendos mínimos obrigatórios	446.222	251.433
Dividendos adicionais propostos	391.322	
Total da remuneração dos acionistas	837.544	251.433

Os dividendos mínimos estatutários das ações preferenciais do exercício de 2012 foram calculados como segue:

	2012 (Reapresentado)
I - Critério de 6% a.a. sobre o capital social	
Capital social subscrito	7.308.753
Total de ações em circulação (*)	1.640.028
Total de ações preferenciais em circulação (*)	1.125.270
Base de cálculo	5.014.743
Percentual do dividendo mínimo estatutário	6%
Dividendo mínimo estatutário	300.885
II - Critério de 3% sobre o valor do patrimônio líquido da ação	
Patrimônio líquido	11.762.776
Total de ações em circulação (*)	1.640.028
Total de ações preferenciais em circulação (*)	1.125.270
Base de cálculo	8.070.776
Percentual do dividendo mínimo estatutário	3%
Dividendo mínimo estatutário	242.123

(*) em milhares de ações

Segue o demonstrativo dos dividendos e bonificações de ações do exercício de 2012:

	2012 (Reapresentado)		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Dividendos			
Dividendos extraordinários (em 10 de agosto de 2012)	159.357	348.358	507.715
Dividendos mínimos obrigatórios (em 31 de dezembro de 2012)	140.056	306.166	446.222
Dividendos adicionais propostos (em 31 de dezembro de 2012)	122.825	268.497	391.322
	422.238	923.021	1.345.259
Bonificação de ações			
Resgate de ações bonificadas (em 10 de agosto de 2012)	154.514	337.771	492.285
Resgate proposto de ações bonificadas	50.991	111.465	162.456
	205.505	449.236	654.741
Total	627.743	1.372.257	2.000.000

Notas Explicativas

	2012	
	(Reapresentado)	
	Valor por ação/em Reais	
	Ações ordinárias	Ações Preferenciais
Dividendos		
Dividendos extraordinários (em 10 de agosto de 2012)	0,309577	0,309577
Dividendos mínimos obrigatórios (em 31 de dezembro de 2012)	0,272082	0,272082
Dividendos adicionais propostos (em 31 de dezembro de 2012)	0,238607	0,238607
	0,820266	0,820266
Bonificação de ações		
Resgate de ações bonificadas (em 10 de agosto de 2012)	0,300168	0,300168
Resgate proposto de ações bonificadas	0,099057	0,099057
	0,399225	0,399225
Total	1,219491	1,219491

Distribuição extraordinária de dividendos e remuneração aos acionistas

Na AGE realizada em 10 de agosto de 2012 foi aprovada a distribuição de dividendos extraordinários e a remuneração aos acionistas da Companhia através do resgate de ações bonificadas, no montante de R\$ 507.715 e R\$ 492.285, respectivamente, em conformidade com o item (ii) do fato relevante publicado em 17 de abril de 2012, o qual estabeleceu a Política de Remuneração aos Acionistas para o período de 2012 a 2015. Os dividendos foram pagos com base em reservas de lucros de exercícios anteriores e o resgate decorrente da bonificação em ações com base em reservas de capital. O pagamento da remuneração foi iniciado a partir de 27 de agosto de 2012.

Distribuição de dividendos e bonificações de ações

Conforme AGO da Companhia realizada em 21 de março de 2013, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2012 no montante de R\$ 837.440 acrescido dos lucros acumulados no montante de R\$ 104, da seguinte forma: (i) dividendo obrigatório no montante de R\$ 416.686 e (ii) para o pagamento de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no valor de R\$ 420.858. Adicionalmente, foi aprovada a bonificação de ações resgatáveis de emissão da Companhia no montante de R\$ 162.456. Perfazendo o montante total de R\$ 1 bilhão de remuneração aos acionistas da Companhia.

A reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, descritos na Nota 2 (e), gerou um aumento do resultado do exercício no montante de R\$ 947.450. Em consequência, em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apurou lucro no exercício no montante de R\$ 1.784.890, e de acordo com a nova proposta da Administração da Companhia, sujeita a aprovação da AGE, o saldo do lucro do exercício, acrescido dos lucros acumulados no montante de R\$ 104, foi destinado da seguinte forma: (i) dividendo obrigatório no montante de R\$ 446.222; (ii) para o pagamento de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no valor de R\$ 391.322; e (iii) constituição da reserva de investimentos no montante de R\$ 947.450. Adicionalmente, a Administração propõe a bonificação de ações resgatáveis de emissão da Companhia no montante de R\$ 162.456, sujeita a ratificação da aprovação da AGE. A remuneração total dos acionistas será mantida a mesma, no montante de R\$ 1 bilhão.

Notas Explicativas

(f) Custo de emissões de ações

Nessa rubrica foram reconhecidos os custos de emissão das ações relacionados a Reorganização Societária de 27 de fevereiro de 2012.

(g) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem itens de receita, despesa, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou ganhos de R\$ 52.634 referente aos efeitos da adoção da contabilidade de “*hedge*” (Nota 3), líquidos de imposto de renda, sendo R\$ 16.792 referente a ganho de contabilidade de “*hedge*” registrada na Companhia de forma reflexa de sua controlada TMAR.

O formulário de Demonstrações Financeiras arquivado no sistema Empresas.Net da CVM apresenta balanço patrimonial apenas a rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial” e “Outros resultados abrangentes” - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica “Custo de emissão de ações” e “Variação de porcentagem de participação”) e a demonstração das mutações do patrimônio líquido apenas a rubrica “Outros resultados abrangentes” (não apresentando a rubrica “Custo de emissão de ações”, tampouco a rubrica “Variação de porcentagem de participação”).

Consequentemente, os efeitos discutidos no item acima, são apresentados de forma agregada nas respectivas rubricas existentes, e acima mencionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Outros resultados abrangentes	Custo de emissão de ações	Variação de porcentagem de participação	Total
Saldos em 2011				
Custo de emissão de ações		(56.609)		(56.609)
Aumento por Reorganização Societária (*)	87.550			87.550
Ganho de contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	35.842			35.842
Ganho de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” reflexa	16.792			16.792
Variação de porcentagem de participação			3.916	3.916
Saldos em 2012	140.184	(56.609)	3.916	87.491

(*) Refere-se ao saldo de contabilidade de “*hedge*” transferido para a Companhia através da incorporação da Coari, em 27 de fevereiro de 2012 data da aprovação da Reorganização Societária.

(h) Lucro por ação básico e diluído

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os mesmos.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Notas Explicativas

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluidoras.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	2012 (Reapresentado)	2011
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	1.784.890	1.005.731
Lucro alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	560.225	315.669
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	1.224.665	690.062
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	514.758	514.759
Ações preferenciais – básicas e diluídas	1.125.273	1.125.277
Lucro por ação (Em Reais):		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	1,09	0,61
Ações preferenciais – básicas e diluídas	1,09	0,61

Ajuste retrospectivo

Conforme requerido pelo CPC 41/IAS 33, a Companhia ajustou retrospectivamente o cálculo do lucro básico e diluído por ação considerando a nova composição acionária decorrente da Reorganização Societária comentada na Nota 1.

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Fundos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2012.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
BrTPREV	Oi, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
TelemarPrev	Oi, TMAR, TNL PCS e Oi Internet	FATL
PAMEC	Oi	Oi
PBS-A	TMAR e Oi	Sistel
PBS-Telemar	TMAR	FATL
PBS-TNCP	TNL PCS	Sistel
CELPREV	TNL PCS	Sistel

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

Notas Explicativas

A Telemar Participações S.A., controladora da Companhia, é uma das patrocinadoras do plano de benefícios TelemarPrev.

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como “Patrocinadora”.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais prevêem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Provisões para fundos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Planos BrTPREV	577.642	618.003	580.340	620.149
Plano PAMEC	3.797	3.554	3.797	3.554
Total	581.439	621.557	584.137	623.703
Circulante	103.666	75.599	103.666	77.745
Não circulante	477.773	545.958	480.471	545.958

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

A Companhia reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Plano TCSPREV	107.895	110.187	110.425	112.525
Plano PBS-A		80.238		80.238
Total	107.895	190.425	110.425	192.763
Circulante	8.653	50.149	9.311	50.149
Não circulante	99.242	140.276	101.114	142.614

Notas Explicativas

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

1) FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multiplano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Planos

(i) BrTPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2002.0017-74.

Em 31 de julho de 2012 houve a efetiva incorporação do Plano de Benefícios Fundador/Alternativo, inscrito no CNPB sob o nº 1991.0015-92, pelo Plano de Benefícios BrTPREV, aprovada pela Portaria PREVIC nº 378, de 11 de julho de 2012.

A partir da data da efetiva Incorporação (31 de julho de 2012), os Participantes e Beneficiários vinculados ao Plano de Benefícios Fundador/Alternativo tornaram-se, automaticamente, Participantes e Beneficiários do Plano de Benefícios BrTPREV, respeitando-se as mesmas categorias que detinham no dia imediatamente anterior àquela data.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo BrTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - faixa de Contribuição Básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - faixa de Contribuição Básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - faixa de Contribuição Básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - faixa de Contribuição Básica de 7% a 8% do SP; e (vi) Idade de 46 ou mais anos - faixa de Contribuição Básica de 8% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incorporado) corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial, e (iii) 6,3% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo BrTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento) em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante do grupo BrTPREV será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPBrT. Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente à Contribuição Voluntária ou Esporádica de Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

Notas Explicativas

(ii) PBS-Telemar

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0015-56.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 9,5% sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano, dos quais 8% são destinados ao Plano de Benefícios PBS-Telemar e 1,5% ao PAMA (Plano de Assistência Médica ao Aposentado). O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iii) TelemarPrev

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0065-74.

A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação, e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário-de-Participação.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iv) TCSPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 2000.0028-38.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo TCSPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, escolhido pelo Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - faixa de contribuição básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - faixa de contribuição básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de contribuição básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - faixa de contribuição básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - faixa de contribuição básica de 7% a 8% do SP e (vi) Idade de 46 ou mais anos - faixa de contribuição básica de 8% do SP.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo TCSPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV). Não haverá

Notas Explicativas

contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntária ou Esporádica do Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

2) SISTEL

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não-lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

Planos

(i) PBS-A

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2012, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

(ii) PBS-TNCP

Plano de benefício definido, que além do benefício da suplementação fornece assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado. As contribuições para os planos PBS-TNCP e PAMA são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 5,39% sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano, dos quais 6,39% são destinados ao custeio do plano PBS-TNCP.

O benefício de pensão é definido como a diferença entre 90% do salário médio dos últimos 36 meses, atualizado até a data da aposentadoria, e o valor da previdência pago pelo INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social.

O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

(iii) CELPREV

Em 2004 a Amazônia (incorporada pela TNL PCS) obteve aprovação da PREVIC para criação de um novo Plano de Pensão. O plano de contribuição variável, denominado CelPrev Amazônia, ("CELPREV") foi oferecido aos funcionários que não participavam do PBS-TNCP, sendo também oferecido aos novos profissionais admitidos pela controlada. Aos participantes do PBS-TNCP foi oferecida e incentivada a migração dos benefícios e recursos para o CELPREV.

O participante pode fazer três tipos de contribuições ao CELPREV, sendo: (i) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário-de-participação; (ii) contribuição normal

Notas Explicativas

adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário-de-participação que for maior que uma Unidade de Referência Padrão do Plano; e (iii) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário-de-participação.

A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (i) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (ii) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (iii) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (iv) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CELPREV.

3) PAMEC-BrT - Plano assistencial administrado pela Companhia

O plano de benefício definido, destinado à assistência médica dos aposentados e pensionistas vinculados ao TCSPREV que é administrado pela FATL.

As contribuições para o PAMEC-BrT foram pagas integralmente em julho de 1998, através de dotação única. Todavia, como este plano passou a ser administrado pela Companhia, após a transferência da administração pela Fundação 14 em novembro de 2007, não há patrimônio constituído para cobrir os gastos correntes, estando a obrigação atuarial integralmente reconhecida no passivo da Companhia.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (FATL)

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada patrocinados que mantém obrigações de benefício definido:

	CONTROLADORA			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.221.741	476.121	6.179	83.171
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	38.251	94.058		37.132
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	2.259.992	570.179	6.179	120.303
Valor justo dos ativos do plano	(1.395.052)	(1.538.770)	(7.206)	(131.445)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	864.940	(968.591)	(1.027)	(11.142)
Ganhos / (Perdas) atuariais não reconhecidos	(287.298)	(27.604)		
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19		888.300	1.027	11.142
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾	577.642	(107.895)		

	CONSOLIDADO			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.222.876	476.262	265.881	2.641.209
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	39.648	95.523	11.516	625.647
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	2.262.524	571.785	277.397	3.266.856
Valor justo dos ativos do plano	(1.396.614)	(1.543.104)	(323.480)	(3.526.899)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	865.910	(971.319)	(46.083)	(260.043)
Ganhos / (Perdas) atuariais não reconhecidos	(285.570)	(27.406)		
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19		888.300	46.083	260.043
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾	580.340	(110.425)		

102

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011			
	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV	BrTPREV	TCSPREV
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.848.870	388.611	1.849.787	388.728
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	51.388	81.759	55.220	83.085
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	1.900.258	470.370	1.905.007	471.813
Valor justo dos ativos do plano	(1.210.853)	(1.372.134)	(1.213.900)	(1.376.344)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	689.405	(901.764)	691.107	(904.531)
Ganhos / (Perdas) atuariais não reconhecidos	(71.402)	11.628	(70.958)	12.057
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19		779.949		779.949
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾	618.003	(110.187)	620.149	(112.525)

⁽¹⁾ A Companhia determina o valor disponível para abatimento de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado ao Plano TCSPREV reconhecido nas Demonstrações Financeiras da Companhia, no valor de R\$ 110.425 (2011 - R\$ 112.525), não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras.

	CONTROLADORA			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS- Telemar	TelemarPrev
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.900.258	470.370	5.263	92.165
Juros sobre obrigações atuariais	188.814	47.229	520	9.269
Custo do serviço corrente	2.011	1.621		408
Benefícios pagos líquidos	(153.321)	(31.758)	(467)	(7.563)
(Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	322.230	82.717	863	26.024
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.259.992	570.179	6.179	120.303
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.210.853	1.372.134	6.743	113.735
Rendimentos dos ativos do plano	136.351	155.993	748	12.778
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	106.334	42.401	182	12.495
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	94.835			
Pagamento de benefícios	(153.321)	(31.758)	(467)	(7.563)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.395.052	1.538.770	7.206	131.445
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	864.940	(968.591)	(1.027)	(11.142)
Ganhos / (Perdas) atuariais não reconhecidos	(287.298)	(27.604)		
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19		888.300	1.027	11.142
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	577.642	(107.895)		

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.905.007	471.813	230.190	2.621.700
Juros sobre obrigações atuariais	189.272	47.390	22.951	262.941
Custo do serviço corrente	2.422	1.751	182	11.060
Contribuições de participantes vertidas no ano			50	
Benefícios pagos líquidos	(153.389)	(31.767)	(16.225)	(234.503)
(Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	319.212	82.598	40.249	605.658
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.262.524	571.785	277.397	3.266.856
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.213.900	1.376.344	296.076	3.205.748
Rendimentos dos ativos do plano	136.664	156.476	33.085	359.265
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	104.604	42.051	10.401	196.389
Contribuições normais recebidas pelo plano			143	
Patrocinadora			93	
Participantes			50	
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	94.835			
Pagamento de benefícios	(153.389)	(31.767)	(16.225)	(234.503)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.396.614	1.543.104	323.480	3.526.899
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	865.910	(971.319)	(46.083)	(260.043)
Ganhos / (Perdas) atuariais não reconhecidos	(285.570)	(27.406)		
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19		888.300	46.083	260.043
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	580.340	(110.425)		

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011			
	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV	BrTPREV	TCSPREV
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.740.787	419.605	1.744.324	420.683
Juros sobre obrigações atuariais	180.021	43.719	180.365	43.844
Custo do serviço corrente	1.434	1.057	1.807	1.161
Benefícios pagos líquidos	(154.974)	(29.026)	(155.039)	(29.035)
(Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	132.990	35.015	133.550	35.160
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.900.258	470.370	1.905.007	471.813
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.102.591	1.238.897	1.104.844	1.242.078
Rendimentos dos ativos do plano	119.204	134.046	119.414	134.393
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	53.339	28.217	53.989	28.908
Contribuições normais recebidas pelo plano			53	
Patrocinadora				
Participantes			53	
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	90.693		90.692	
Pagamento de benefícios	(154.974)	(29.026)	(155.092)	(29.035)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.210.853	1.372.134	1.213.900	1.376.344
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	689.405	(901.764)	691.107	(904.531)
Ganhos / (Perdas) atuariais não reconhecidos	(71.402)	11.628	(70.958)	12.057
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19		779.949		779.949
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	618.003	(110.187)	620.149	(112.525)

Notas Explicativas

	CONTROLADORA			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Custo do serviço corrente	2.011	1.621		408
Juros sobre obrigações atuariais	188.814	47.229	520	9.269
Rendimento dos ativos do plano	(136.351)	(155.993)	(748)	(12.778)
Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida		1.084	681	13.529
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19		117.686	(453)	(9.371)
Total da despesa (receita) reconhecida antes do ajuste	54.474	11.627		1.057
Ajustes para conciliação com lançamentos contábeis locais		(9.335)		
Total da despesa (receita) a ser reconhecida após ajuste		2.292		

	CONSOLIDADO			
	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Custo do serviço corrente	2.422	1.751	182	11.060
Juros sobre obrigações atuariais	189.272	47.390	22.951	262.941
Rendimento dos ativos do plano	(136.664)	(156.476)	(33.085)	(359.265)
Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida	(3)	1.084	29.848	409.268
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19		117.686	(19.802)	(324.004)
Total da despesa (receita) reconhecida antes do ajuste	55.027	11.435	94	
Ajustes para conciliação com lançamentos contábeis locais		(9.335)		
Total da despesa (receita) a ser reconhecida após ajuste		2.100		

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011			
	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV	BrTPREV	TCSPREV
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Custo do serviço corrente	1.434	1.057	1.807	1.161
Juros sobre obrigações atuariais	180.021	43.719	180.365	43.844
Rendimento dos ativos do plano	(119.204)	(134.046)	(119.414)	(134.393)
Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida		6.797	(2.222)	6.947
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19		62.535		62.535
Total da despesa (receita) reconhecida	62.251	(19.938)	60.536	(19.906)

As contribuições das patrocinadoras para os planos de pensão administrados pela FATL, previstas para o exercício de 2013, são no montante de R\$ 103.625.

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos TelemarPrev, PBS-Telemar, BrTPREV e TCSPREV foram as seguintes:

	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	8,89%	8,89%	8,89%	8,89%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	8,68%	8,68%	8,68%	4,5% a 14,95%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	9,52%	9,52%	9,52%	9,52%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	6%	6%	Nula	1,21% a 11,69%

Notas Explicativas

	2011	
	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS		
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,35%	10,35%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	9,31%	9,31%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,50%	11,50%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	5,5% a.a	5,5% a.a

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2012

- a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2012.
- b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATL são de 31 de agosto de 2012, projetados para 31 de dezembro de 2012.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (Sistel e PAMEC)

	CONTROLADORA			
	PBS-A		PAMEC	
	2012	2011	2012	2011
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	906.853	767.124	4.877	3.720
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	906.853	767.124	4.877	3.720
Valor justo dos ativos do plano	(1.428.362)	(1.198.834)		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(521.509)	(431.710)	4.877	3.720
Ganhos / (Perdas) atuariais não reconhecidos	454		(1.080)	(166)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	440.364	351.472		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(80.691)	(80.238)	3.797	3.554
Provisão para ativo de realização duvidosa	80.691			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido		(80.238)	3.797	3.554

	CONSOLIDADO			
	2012			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	4.269.767	4.877	26.158	
Obrigações atuariais com benefícios a conceder			2.412	128
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	4.269.767		28.570	128
Valor justo dos ativos do plano	6.717.801		(53.299)	(1.933)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(2.448.033)	4.877	(24.729)	(1.805)
Ganhos / (Perdas) atuariais não reconhecidos	2.123	(1.080)		
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	2.064.029		24.729	1.805
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(381.881)	3.797		
Provisão para ativo de realização duvidosa	381.881			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido		3.797		

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO	
	2011	
	PBS-A	PAMEC
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS		
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	767.124	3.720
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	767.124	3.720
Valor justo dos ativos do plano	(1.198.834)	
(=) passivo/(ativo) atuarial líquido	(431.710)	3.720
Ganhos / (Perdas) atuariais não reconhecidos		(166)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	351.472	
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	(80.238)	3.554

	CONTROLADORA			
	PBS-A		PAMEC	
	2012	2011	2012	2011
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	767.124	714.094	3.720	3.569
Juros sobre obrigações atuariais	77.117	73.681	378	382
Benefícios pagos líquidos	(68.306)	(65.757)	(135)	(40)
(Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	121.183	45.106	914	(191)
Entrada/(Saída) de transferências líquidas	9.735			
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	906.853	767.124	4.877	3.720
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.198.834	1.192.596		
Rendimento esperado no ano	152.862	134.982		
Ganho/(Perda) atuariais nos ativos do plano	129.881	(62.987)		
Contribuições normais recebidas pelo plano			135	40
Patrocinadora			135	40
Pagamento de benefícios	(68.306)	(65.757)	(135)	(40)
Impacto decorrente de aquisições / alienações	15.091			
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.428.362	1.198.834		
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(521.509)	(431.710)	4.877	3.720
Ganhos / (Perdas) atuariais não reconhecidos	454		(1.080)	(166)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	440.364	351.472		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(80.691)	(80.238)	3.797	3.554
Provisão para ativo de realização duvidosa	80.691			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido		(80.238)	3.797	3.554

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO			
	2012			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	3.650.439	3.720	23.020	157
Juros sobre obrigações atuariais	363.013	378	2.301	16
Custo do serviço corrente			44	7
Benefícios pagos líquidos	(321.254)	(135)	(1.610)	
Contribuições de participantes vertidas no ano			37	4
(Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	567.834	914	4.778	(56)
Entrada/(Saída) de transferências líquidas	9.735			
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	4.269.767	4.877	28.570	128
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	5.694.180		40.069	1.657
Rendimento esperado no ano	718.490		4.955	213
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	611.294		9.826	54
Contribuições normais recebidas pelo plano		135	59	9
Patrocinadora		135	22	5
Participantes			37	4
Pagamento de benefícios	(321.254)	(135)	(1.610)	
Impacto decorrente de aquisições / alienações	15.091			
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	6.717.801		53.299	1.933
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(2.448.032)	4.877	(24.729)	(1.805)
Ganhos / (Perdas) atuariais não reconhecidos	2.123	(1.080)		
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	2.064.029		24.729	1.805
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(381.881)	3.797		
Provisão para ativo de realização duvidosa	381.881			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido		3.797		

	CONSOLIDADO	
	2011	
	PBS-A	PAMEC
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO		
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	714.094	3.569
Juros sobre obrigações atuariais	73.681	382
Benefícios pagos líquidos	(65.757)	(40)
(Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	45.106	(191)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	767.124	3.720
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.192.596	
Rendimento esperado no ano	134.982	
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	(62.987)	
Contribuições normais recebidas pelo plano		40
Patrocinadora		40
Pagamento de benefícios	(65.757)	(40)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.198.834	
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(431.710)	3.720
Ganhos / (Perdas) atuariais não reconhecidos		(166)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	351.472	
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	(80.238)	3.554

Notas Explicativas

	CONTROLADORA			
	PBS-A		PAMEC	
	2012	2011	2012	2011
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Juros sobre obrigações atuariais	77.118	73.681	378	382
Rendimento (perda) dos ativos do plano	(152.862)	(134.982)		
Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida	(8.245)	108.092		211
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	88.892	(127.029)		
Total da despesa (receita) reconhecida	4.903	(80.238)	378	593

	CONSOLIDADO			
	2012			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Custo do serviço corrente			44	7
Juros sobre obrigações atuariais	363.013	378	2.301	16
Rendimento (perda) dos ativos do plano	(718.490)		(4.955)	(213)
Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida	(41.335)		(5.048)	(110)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	400.045		7.680	305
Total da despesa (receita) reconhecida	3.233	378	22	5

	CONSOLIDADO	
	2011	
	PBS-A	PAMEC
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
Juros sobre obrigações atuariais	73.681	382
Rendimento (perda) dos ativos do plano	(134.982)	
Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida	108.092	211
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	(127.029)	
Total da despesa (receita) reconhecida	(80.238)	593

As contribuições das patrocinadoras para os planos de pensão administrados pela Sistel, previstas para o exercício de 2013, são no montante de R\$ 3.

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos PBS-A, PAMEC, PBS-TNCP e CELPREV foram as seguintes:

	2012			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	8,89%	8,89%	8,89%	8,89%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	N/A	8,64%	6,59%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	N/A	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	7,64%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,00%	N/A	10,87%	11,00%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Idade de início dos benefícios	N/A	N/A	N/A	55 anos
Taxa de rotatividade	N/A	Nula	Nula	Nula

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO	
	2011	
	PBS-A	PAMEC
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS		
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial (6% + Inflação)	10,35%	10,35%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	7,64%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,61%	N/A
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichugs	N/A
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	Nula	Nula

N/A = Não aplicável.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2012
a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2012.
b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela SISTEL são de 31 de julho de 2012 e para o PAMEC são de 31 de outubro de 2012, ambos projetados para 31 de dezembro de 2012.

Os valores acima não consideram os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

Política de investimentos dos planos

A estratégia de investimento dos planos de benefício está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa nacional, renda variável nacional, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Na carteira de renda fixa somente são permitidos títulos com baixo risco de crédito. Instrumentos derivativos só são permitidos para fins de proteção. Empréstimos estão restritos a determinados limites de crédito. A alocação tática é decidida pelo comitê de investimento, composto pelos executivos dos planos de benefício. A execução é efetuada pelo departamento financeiro.

Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

SEGMENTO DO ATIVO	PBS- Telemar	Telemar Prev	CEL PREV	PBS- TNCP	BrTPREV	TCS PREV	PBS-A
Renda fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Investimentos no exterior	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Imóveis	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
Empréstimos a participantes	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%

Notas Explicativas

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2012 está demonstrada a seguir:

SEGMENTO DO ATIVO	PBS- Telemar	Telemar Prev	CEL PREV	PBS- TNCP	BrTPREV	TCS PREV	PBS-A
Renda fixa	81,00%	81,00%	81,79%	87,72%	81,00%	81,00%	73,83%
Renda variável	11,00%	11,00%	14,98%	11,17%	11,00%	11,00%	17,80%
Investimentos estruturados	6,00%	6,00%			6,00%	6,00%	0,05%
Investimentos no exterior							
Imóveis	1,00%	1,00%			1,00%	1,00%	7,34%
Empréstimos a participantes	1,00%	1,00%	3,23%	1,11%	1,00%	1,00%	0,98%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(b) Participações dos empregados nos lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas registraram provisões com base nas estimativas do cumprimento das metas individuais e corporativas, no montante total de R\$ 423.055 (2011 – R\$ 20.734).

As diferenças entre os valores provisionados e os apresentados nas demonstrações de resultado, referem-se a complementos das estimativas do ano anterior quando do pagamento efetivo.

(c) Plano de remuneração baseada em ações

A Companhia possuía plano de remuneração baseadas em ações cujo prazo limite para exercício das opções se encerrou em 31 de dezembro de 2011 e as mesmas foram integralmente canceladas naquela data.

A TNL, incorporada em função da Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012, e as controladas TMAR e TNL PCS possuíam um programa de opções de ações, em vigor no último exercício social, que envolvia ações da TNL, que foi extinto conforme previsto no item 11.2 do regulamento Plano de Opções de Compra de Ações. Neste sentido todas as opções de compra de ações que haviam sido outorgadas e não exercidas foram canceladas.

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios estão identificados através da natureza dos serviços e pela tecnologia empregada na prestação dos serviços de telecomunicações.

- Telefonia fixa/dados: Oferece basicamente serviços de transmissão de voz local, de longa distância e comunicação de dados;
- Telefonia móvel: Oferece principalmente serviços de voz móvel, comunicação de dados 3G e serviços adicionais, que incluem serviços de mensagens e interatividade; e
- Outros: Inclui o segmento de (i) provedor internet, que obtém principalmente receitas oriundas de serviços de acesso a internet e de espaço publicitário, (ii) “Call Center”, que obtém, principalmente, receitas oriundas de serviços de atendimento a terceiros nas áreas de “telemarketing” e atendimento a clientes, (iii) TV, que obtém receitas oriundas de serviços de TV por assinatura através da tecnologia de cabo e de DTH (“Direct to home”), e (iv) meios de pagamentos, que obtém receitas oriundas de serviços de credenciamento e administração de pagamentos com uso de sistemas de crédito.

Notas Explicativas

O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e estão segregados conforme abaixo:

	Telefonia Fixa / Dados		Telefonia Móvel		Todos os outros segmentos (i)		Eliminações		Total	
	2012 (Reapresentado)	2011	2012 (Reapresentado)	2011	2012 (Reapresentado)	2011	2012 (Reapresentado)	2011	2012 (Reapresentado)	2011
Receitas	18.117.484	8.047.558	10.983.334	2.006.083	1.066.416	606.955	(4.998.004)	(1.415.341)	25.169.230	9.245.255
Custos dos serviços prestados	(11.294.488)	(4.087.477)	(5.628.479)	(1.309.000)	(469.312)	(351.188)	4.719.026	1.161.100	(12.673.253)	(4.586.565)
Interconexão	(5.574.892)	(1.833.752)	(2.243.941)	(525.698)	(7.133)		3.911.423	648.231	(3.914.543)	(1.711.219)
Depreciação e amortização	(1.447.700)	(608.043)	(1.178.788)	(232.004)	(13.582)	(2.052)			(2.640.070)	(842.099)
Serviço de manutenção de rede	(1.829.284)	(627.366)	(325.580)	(59.114)	(3.321)	(277)	126.984		(2.031.201)	(686.757)
Aluguéis e seguros	(1.314.227)	(653.896)	(617.804)	(334.300)	(38.955)	(21.968)	678.046	505.803	(1.292.940)	(504.361)
Custos de aparelhos e acessórios			(507.465)	(23.850)				19	(507.465)	(23.831)
Outros custos e despesas	(1.128.385)	(364.420)	(754.901)	(134.034)	(406.321)	(326.891)	2.573	7.047	(2.287.034)	(818.298)
Lucro bruto	6.822.996	3.960.081	5.354.855	697.083	597.104	255.767	(278.978)	(254.241)	12.495.977	4.658.690
Receitas (Despesas) operacionais	(4.952.668)	(2.441.345)	(2.851.826)	(648.714)	(480.719)	(255.689)	549.375	254.345	(7.735.838)	(3.091.403)
Comercialização de serviços	(2.948.143)	(992.231)	(2.077.912)	(435.669)	(449.751)	(134.719)	628.509	401.826	(4.847.297)	(1.160.793)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(221.538)	(259.719)	(265.562)	(64.653)	(15.520)	(8.430)	111	(6)	(502.509)	(332.808)
Comissão de vendas	(643.913)	(637)	(918.165)	(11.415)	(83.741)		122.041		(1.523.778)	(12.052)
Central de atendimento	(819.869)	(339.820)	(259.864)	(26.506)	(58.458)	(17.626)	401.435	358.875	(736.756)	(25.077)
Postagem e cobrança	(416.927)	(122.077)	(97.473)	(25.941)	(14.203)	(4.578)	294		(528.309)	(152.597)
Publicidade e propaganda	(149.692)	(77.386)	(328.271)	(59.716)	(24.401)	(12.359)	59.371	1.304	(442.993)	(148.157)
Outros serviços de terceiros	(192.026)	(95.204)	(57.917)	(212.611)	(7.923)	(14.651)	19.186	21.215	(238.680)	(301.250)
Outros custos e despesas	(504.178)	(97.388)	(150.660)	(34.827)	(245.505)	(77.075)	26.071	20.438	(874.272)	(188.852)
Gerais e administrativas	(2.175.934)	(1.193.147)	(665.760)	(168.645)	(165.557)	(101.352)	8.814	18.517	(2.998.437)	(1.444.627)
Outras receitas operacionais (despesas), líquidas	171.409	(255.967)	(108.154)	(44.400)	134.589	(19.618)	(87.948)	(165.998)	109.896	(485.983)
Outras receitas operacionais	1.604.404	600.387	316.848	45.915	215.401	13.149	(140.531)	(99.091)	1.996.122	560.360
Outras despesas operacionais	(1.432.995)	(856.354)	(425.002)	(90.315)	(80.812)	(32.767)	52.583	(66.907)	(1.886.226)	(1.046.343)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos	1.870.328	1.518.736	2.503.029	48.369	116.385	78	270.397	104	4.760.139	1.567.287
Resultado financeiro	(2.631.455)	(554.516)	686.718	466.594	(393)	16.114	(270.397)	(104)	(2.215.527)	(71.912)
Receitas financeiras	2.128.245	927.977	841.838	665.847	55.651	20.559	(750.362)	(208.513)	2.275.372	1.405.870
Despesas financeiras	(4.759.700)	(1.482.493)	(155.120)	(199.253)	(56.044)	(4.445)	479.965	208.409	(4.490.899)	(1.477.782)
Resultado antes dos tributos	(761.127)	964.220	3.189.747	514.963	115.992	16.192			2.544.612	1.495.375
Imposto de renda e contribuição social	249.784	(365.143)	(942.457)	(108.097)	(67.012)	(16.385)			(759.685)	(489.625)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(511.343)	599.077	2.247.290	406.866	48.980	(193)			1.784.927	1.005.750
Lucro líquido atribuído ao controlador									1.784.890	1.005.731
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores									37	19
Informações adicionais										
Serviços prestados	16.783.677	7.502.208	7.126.238	1.469.069	679.894	263.259			24.589.809	9.234.536
Vendas			579.421	10.719					579.421	10.719
Receita de clientes externos	16.783.677	7.502.208	7.705.659	1.479.788	679.894	263.259			25.169.230	9.245.255
Receita entre segmentos	1.333.807	545.350	3.277.675	526.295	386.522	343.696				
Receita total	18.117.484	8.047.558	10.983.334	2.006.083	1.066.416	606.955				
Depreciações e amortizações	1.899.360	768.016	1.271.530	257.697	57.210	18.513			3.228.100	1.044.226
Acréscimos de imobilizado/intangível	3.769.102	1.118.006	2.593.483	166.678	113.807	12.371			6.476.392	1.297.055
Informações patrimoniais	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Ativos	93.653.830	24.751.717	23.571.370	8.925.657	2.765.578	637.754	(50.913.884)	(2.651.097)	69.076.894	31.664.031

- (i) Apesar da Diretoria Executiva da Companhia não avaliar os segmentos de internet, TV a cabo e meios de pagamento de forma individualizada, conforme requerido pelo CPC 22 parágrafo 13, seguem abaixo as principais informações referentes a estes segmentos:

Notas Explicativas

	Internet		TV		Meios de pagamento	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Receita de clientes externos	359.628	252.250	323.074		3.552	
Receita de juros	25.514	13.153	1.120		17.059	
Despesa de juros	(7.374)	(4.165)	(990)		(10.801)	
Depreciação e amortização	(21.100)	(18.513)	(20.054)		(16.055)	
Lucro (prejuízo) líquido	80.597	1.887	(111.327)		(83.061)	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Ativos	965.070	487.329	853.202		77.820	

O quadro a seguir apresenta os componentes das receitas por linha de produtos.

	2012	2011
Residencial	8.940.830	3.763.824
Mobilidade pessoal	8.016.200	1.615.418
Empresarial / Corporativo	7.695.184	3.369.954
Outros serviços	517.016	496.059
Total	25.169.230	9.245.255

Na apresentação com base em segmentos geográficos, a receita do segmento é baseada na localização geográfica do país onde os serviços são prestados. Os ativos não circulantes do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

Por não serem relevantes, as receitas e ativos não circulantes provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto.

Informações geográficas	Receitas de clientes externos		Ativos não circulantes (*)	
	2012	2011	2012 (Reapresentado)	2011
No país sede da entidade	25.090.945	9.181.673	34.850.577	11.914.048
Em países estrangeiros	78.285	63.582	3.451.120	148.465
Total	25.169.230	9.245.255	38.301.697	12.062.513

(*) Exceto instrumentos financeiros, ativos relacionados aos fundos de pensão e aos tributos diferidos, conforme exigência do CPC 22 – Informações por Segmento.

Notas Explicativas**28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****Transações com partes relacionadas consolidadas**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Ativo				
Contas a receber	204.489	160.771		51.617
BrT Call Center	3.142	1.985		
BrTI	4.344	1.572		
BrT CS	37			
iG Brasil	3.985	4.619		
BrT Multimídia	792	4.357		
BrT Celular	139.312	128.259		
VANT	4	170		
iG Part		8		
TMAR	49.838	12.333		25.722
Oi Internet	1.958	742		17.207
TNL PCS	1.077	6.726		8.688
Créditos com partes relacionadas	1.501	6.703		
BrT Call Center	10	9		
VANT		6.694		
BrT Multimídia	15			
BrTI	1.476			
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	663.884	430.377		
TMAR	368.424			
BrT Celular		170.000		
BrT Multimídia	90.823	84.606		
BrT CS	203.000	175.126		
BrT Card	1.637	645		
Debêntures				2.217.682
TMAR				2.217.682
Outros	134.205	54.499		
TMAR	40.281			
TNL PCS	150			
BrT Call Center	30.448	17.574		
BrT of America		67		
BrTI	266	245		
BrT Bermudas		30		
BrT CS	94	94		
BrT Venezuela		9		
iG Brasil	240	242		
BrT Multimídia	17.645	2.831		
BrT Celular	45.081	33.404		
VANT		2		
iG Part		1		

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Passivo				
Fornecedores	296.715	143.216		51.785
BrT Call Center	62.089	3.684		
BrT CS	47.084	48.764		
iG Brasil	3.027	1.348		
BrT Multimídia	12.042	3.549		
BrT Celular	103.866	60.154		
TMAR	19.747	18.088		24.123
TNL PCS	8.880			14.919
Oi Internet	32.721	7.383		7.383
Pointer Networks	564	246		5.360
Paggo Administradora	6.695			
Empréstimos e financiamentos	3.309.802	1.483.527		
BrT Celular	223.875	1.483.527		
TMAR	1.487			
Oi Holanda	3.084.440			
Debêntures	5.467.867			
TMAR	879.633			
TNL PCS	4.588.234			
Dividendos a pagar		123.913		123.913
Coari		123.913		123.913
Demais obrigações	58.074	777.654		747.171
Coari		740.221		740.221
BrT Call Center	401	204		
BrTI	24.915	17.427		
BrT Bermudas		587		
iG Brasil	30	30		
BrT Multimídia	20.048	5.917		
BrT Celular	11.790	6.197		
BrT CS	10	10		
VANT		111		
TMAR	880	1.010		1.010
TNL		5.940		5.940

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Receitas				
Receita dos serviços prestados	467.775	449.337	52.671	335.933
BrTI	2.738	2.095		
BrT Bermudas		176		
BrT CS	144	79		
iG Brasil	7.159	10.874		
BrT Multimídia	3.049	4.677		
BrT Celular	324.174	313.277		
VANT	300	1.363		
TMAR	106.794	91.599	47.333	273.858
Oi Internet	2.357	4.543	1.620	21.437
TNL PCS	21.060	20.654	3.718	40.638
Outras receitas operacionais	50.337	53.089		
BrT Call Center	7.296	7.684		
BrT CS		1		
iG Brasil	1.703	2.846		
BrT Multimídia	2.552	2.712		
BrT Celular	38.786	39.843		
VANT		3		
Receitas financeiras	45.298	12.258	48.233	306.548
BrT Call Center	1	785		
BrT Celular	9.919	10.961		
VANT	576	512		
BrTI	89			
TNL PCS	4.967			
TMAR	29.746		48.233	306.548

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Custos e despesas operacionais	(1.399.335)	(1.334.001)	(58.163)	(301.903)
BrT CS	(91.552)	(132.456)		
BrT Multimídia	(38.270)	(38.577)		
BrT Celular	(682.595)	(556.129)		
TMAR	(76.673)	(88.289)	(15.018)	(92.773)
TNL PCS	(102.807)	(190.206)	(37.090)	(201.101)
Pointer Networks	(3.897)	(246)	(808)	(251)
Paggo Administradora	(926)		(623)	
Oi Internet	(40.208)	(7.778)	(4.624)	(7.778)
BrT Call Center	(358.710)	(316.566)		
iG Brasil	(3.697)	(3.752)		
BrT Colombia		(2)		
Despesas financeiras	(663.989)	(171.798)		(43.819)
BrT Call Center		(9)		
BrT Celular	(149.738)	(127.970)		
TNL	(6.770)	(40.930)		(40.930)
TMAR	(89.515)	(2.889)		(2.889)
Oi Holanda	(38.941)			
TNL PCS	(379.025)			

Notas Explicativas

Linhas de créditos

As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (2011 – 115% do CDI).

Debêntures privadas a pagar

Em função da Reorganização Societária, aprovada em AGE no dia 27 de fevereiro de 2012, as debêntures emitidas pela TMAR em 9 de dezembro de 2008 e 15 de março de 2011, nos valores de R\$ 1.500.000 e R\$ 2.500.000, respectivamente, subscritas pela TNL PCS, foram incorporadas pela Companhia. Os prazos finais de vencimento das debêntures eram 11 de dezembro de 2013 e 15 de março de 2016, sem amortizações intermediárias e remuneração de CDI + 4,0% a.a. e 115% do CDI, respectivamente.

A Companhia incorporou também debênture emitida pela TMAR, em 10 de novembro de 2010, e subscrita pela Copart 4, no valor de R\$ 999.295, com prazo final de vencimento em 10 de junho de 2022. Os juros serão pagos semestralmente nos dias 10 de maio e 10 de novembro de cada ano, a partir de 10 de maio de 2011 até 10 de maio de 2022, com um pagamento final na data de vencimento da emissão em 10 de junho de 2022. Em junho de 2012 a Companhia amortizou antecipadamente o montante de R\$ 128.386.

Aluguel de infraestrutura de transmissão

As transações realizadas com a TMAR, TNL PCS e BrT Celular, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD.

As transações realizadas com a Oi Internet, controlada da TMAR, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas Dial.

Garantias

Em função da Reorganização Societária, os financiamentos contratados junto ao BNDES, debêntures públicas e demais empréstimos passaram a ter garantias e aval da Oi. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a título de comissão pelo aval, receitas no montante de R\$ 43.172 (2011 - despesas de R\$ 37.744). Adicionalmente, na operação do CRI, foram concedidos avais pela TMAR ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as despesas relativas a esses avais totalizaram R\$ 492 (2011 – R\$ 550).

Transações com partes relacionadas não consolidadas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Ativo				
Contas a receber	984	2.126	11.526	2.126
Portugal Telecom	941	2.126	4.248	2.126
Unitel			2.278	
Contax	43		4.930	
PT Inovação			70	

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012 (Reapresentado)	2011	2012 (Reapresentado)	2011
Passivo				
Fornecedores	8.461	2.153	48.214	5.867
Portugal Telecom	203	126	1.084	126
Contax	2.361	2.027	25.179	5.741
TODO	5.897		16.957	
Ability			400	
PT Inovação			4.523	
Veotex			71	
Dividendos a pagar	203.298		203.298	
Telemar Participações S.A.	67.948		67.948	
Bratel Brasil S.A.	69.391		69.391	
AG Telecom Participações S.A.	20.274		20.274	
LF Tel. S.A.	20.276		20.276	
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	16.038		16.038	
BNDES Participações S.A. BNDESPAR	7.120		7.120	
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	1.870		1.870	
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	381		381	

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Receita				
Receita dos serviços prestados	2.793	1.400	48.475	1.400
Portugal Telecom	2.059	1.400	9.705	1.400
Unitel			1.085	
Contax	686		34.296	
TODO	48		1.319	
Ability			2.070	

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais	(25.821)	(140)	(119.960)	(140)
Portugal Telecom	(426)	(140)	(2.949)	(140)
PT Inovação			(4.758)	
PT Sistemas de Informação			(513)	
Veotex			(7.110)	
TODO	(25.395)		(59.140)	
Ability			(45.490)	

Serviços prestados pela Contax

A Companhia e as controladas TMAR, BrT Celular e TNL PCS contratam serviços de “call center” e de cobrança da Contax que é controlada pelos controladores da TmarPart. A Contax presta serviços de atendimento ao cliente de telefonia fixa, telemarketing ativo para a captação de novos clientes móveis, suporte aos clientes pré e pós-pagos de telefonia móvel, suporte técnico aos assinantes Velox (ADSL) e serviços de cobrança. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o total das despesas dos serviços prestados pela Contax foi de R\$ 49.997 (2011 – R\$ 46.384) na controladora e de R\$ 1.279.551 (2011 – R\$ 103.095) no consolidado.

Notas Explicativas

Contratos de financiamentos com o BNDES

Foram firmados contratos de financiamentos com o BNDES, acionista controlador do BNDESPAR, que detinha 13,05% (2011 – 13,05%) do capital votante da TmarPart, empresa “holding” do Grupo e, por consequência, é uma empresa ligada da Companhia.

O saldo devido relativo aos financiamentos do BNDES, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 2.202 milhões (2011 – R\$ 1.522 milhões), na controladora e R\$ 6.367 milhões (2011 – R\$ 2.229 milhões) no consolidado e foram registradas despesas financeiras de R\$ 186 milhões (2011 – R\$ 100 milhões) na controladora e R\$ 451 milhões (2011 – R\$ 154 milhões) no consolidado.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Salários e demais benefícios de curto prazo	14.489	2.844	17.205	3.510
Remuneração com base em ações		1.143		1.411
Total	14.489	3.987	17.205	4.921

29. SEGUROS

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo “todos os riscos” para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização, de acordo com as disposições constantes dos Contratos de Concessão. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e ou alto risco estão cobertos por seguros. A Sociedade e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

	CONSOLIDADO	
	2012	2011
Modalidade de seguro		
Riscos operacionais e lucros cessantes	500.000	800.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	163.480	150.064
Incêndio – estoques	100.000	100.000
Garantia de concessão - TMAR	75.227	
Garantia de concessão - Oi	28.616	40.443
Roubo - estoques	20.000	20.000
Responsabilidade civil - geral	20.000	15.000
Responsabilidade civil - veículos	3.000	3.000

(*) conforme cotação do câmbio do dia 31/12/2012 (ptax): R\$ 2,0435 x US\$ 1,00

Notas Explicativas

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Política de Remuneração aos Acionistas

Em 16 de abril de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Remuneração aos Acionistas para o período de 2012 a 2015 (referente aos exercícios sociais de 2011 a 2014).

A Política de Remuneração aprovada consiste no pagamento de um valor total de R\$ 8.000.000.000,00, com observância do seguinte cronograma: (i) R\$ 2.000.000.000,00 a serem declarados por ocasião da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2011, (ii) R\$ 1.000.000.000,00 no mês de agosto de 2012, R\$ 1.000.000.000,00 no mês de agosto de 2013 e R\$ 1.000.000.000,00 no mês de agosto de 2014; e (iii) R\$ 1.000.000.000,00 por ocasião da realização de cada Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios de 2012, 2013 e 2014, em adição aos dividendos pagos nos meses de agosto de cada ano conforme item (ii).

A Política de Remuneração estará sujeita às condições de mercado, à estabilidade financeira da Companhia e ao ambiente legal/regulatório aplicável. Poderá ser implementada através da distribuição de dividendos, do pagamento de juros sobre capital próprio, de bonificação, resgate, redução de capital ou, ainda, sob outras formas que possibilitem a distribuição de recursos aos acionistas, observada para cada um dos exercícios a alavancagem máxima correspondente a $3,0 \times$ o índice Dívida Líquida (incluindo a remuneração a ser paga no exercício) / EBITDA (apurado no exercício anterior ao pagamento da remuneração).

(b) Revisão dos contratos de concessão STFC

Em 30 de junho de 2011, a Companhia firmou junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC e Termo de Compromisso com a finalidade de adesão aos objetivos do Decreto nº 7.175/2010 (PNBL - Plano Nacional de Banda Larga).

A revisão dos contratos de concessão de STFC traz, entre suas principais alterações, a eliminação de vedação a que coligadas das concessionárias de telecomunicações possam oferecer o serviço de TV a Cabo.

Acompanha também a revisão, nova versão do Plano Geral de Metas Universalização (PGMU III), que constitui anexo aos referidos Contratos. Nessa versão, a Companhia se compromete com a instalação de TUPs em áreas rurais (em escolas, postos de saúde e outros locais), com a oferta de acesso individual a populações situadas em área rural e a oferta de acesso individual classe especial (AICE) a assinantes de baixa renda inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

O Decreto Presidencial que edita o novo PGMU III estabelece que as obrigações previstas tenham asseguradas a sua viabilidade técnica e econômica e limita a instalação de TUPs em áreas rurais ao saldo disponível decorrente da desoneração de TUPs urbanos, em linha com o que prevê a Lei Geral de Telecomunicações e os contratos de concessão em vigor.

A meta de densidade de TUPs em áreas urbanas foi reduzida de seis a cada 1.000 para quatro a cada 1.000 habitantes e produz efeitos imediatos. As metas de TUPs em áreas rurais e acesso individual rural são todas sob demanda e só terão início após a cobertura de rede por meio de sistema de

Notas Explicativas

radiocomunicação operando nas subfaixas de radiofrequências de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, a ser implementada pelo vencedor de processo de licitação da radiofrequência que ocorrerá em prazo ainda não definido.

Concomitantemente com a assinatura da revisão dos contratos de concessão e com a edição do novo PGMU, a Companhia firmou voluntariamente com o Ministério das Comunicações e com a ANATEL um Termo de Compromisso, aderindo ao PNBL. Por esse Termo, as empresas que integram a “Oi” comprometem-se a realizar oferta popular de banda larga (“Oferta de Varejo”) bem como uma “Oferta de Atacado”, ambas voltadas para atendimento aos objetivos do Governo Federal de expansão e disseminação da banda larga no Brasil.

(c) Aumento da tarifa de Serviço Telefônico Fixo Comutado

No dia 21 de dezembro de 2011, a ANATEL aprovou o reajuste das tarifas de STFC. Esses reajustes, em vigor a partir de 24 de dezembro de 2011, são de 1,97% nas modalidades local (assinatura e tráfego) e para interconexão TU-RL, e de 1,63% no caso da tarifa de TUP.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Alteração do Diretor Presidente

Em 22 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a indicação do Sr. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia e de suas controladas, em substituição ao Sr. Francisco Tosta Valim Filho. O Sr. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha se licenciou do cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, tendo sido indicado para assumir tal função o seu suplente Sr. José Augusto da Gama Figueira.

Reorganização Societária

Em 31 de janeiro de 2013, em continuidade ao processo de Reorganização Societária, o Conselho de Administração, autorizou a Companhia a aumentar o capital social na sua controlada integral TMAR, no montante de R\$ 30.324, através da transferência de investimentos, outros ativos e debêntures “*intercompany*”.

Tal Reorganização visa a simplificação da estrutura societária, redução das dívidas entre as suas controladas e ganhos de sinergia operacional.

Aumento da tarifa de Serviço Telefônico Fixo Comutado

A partir do dia 8 de fevereiro de 2013, passaram a vigorar o reajuste das tarifas de STFC concedido pela ANATEL à Companhia e à sua controlada TMAR. Foram aprovados reajustes para os serviços locais e os serviços de longa distância nacional em 0,55% e para as tarifas de interconexão local (TU-RL) serão reajustadas em 10,4% a partir do dia 7 de fevereiro de 2013.

Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Em março de 2013, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto à ONDD (“*Office National Du Ducroire/Nationale DelcredereDienst*”) no valor de US\$ 257 milhões com o objetivo

Notas Explicativas

de financiar parte dos investimentos durante os próximos dois anos. Não houve desembolso dessa linha até o momento.

Dividendos a receber da PT

Em 19 de abril de 2013, a Assembleia Geral Anual de Acionistas da Portugal Telecom aprovou distribuição de resultado do exercício o equivalente a € 0,325 por ação, a ser pago aos acionistas no dia 17 de maio de 2013. A TMAR detentora de ações da PT receberá dividendos no montante de € 29.137, que na data da divulgação realizada pela PT, correspondem a R\$ 76.478.

Cessão do direito de exploração comercial de torres

Em 11 e 19 de abril de 2013, a Companhia e sua controlada TMAR celebraram, com empresas especializadas na prestação de serviços de gestão e manutenção de torres de transmissão e radiofrequência, a cessão do direito de exploração comercial e uso de itens de infraestrutura e áreas, pelo montante global aproximado de R\$ 1,09 bilhões. A conclusão da referida transação está sujeita ao atendimento de certas condições precedentes, incluindo aprovação da ANATEL e do CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa****Transações não-caixa**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012 (Reapresentado)	2011	2012 (Reapresentado)	2011
Variação entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)	457.318	500.395	1.146.565	413.460
Redução do investimento na BrT Celular mediante a liquidação de mútuo e debêntures da Companhia com a controlada (Nota 15 item (ii))	3.763.789			
Dividendos declarados e não pagos	446.222	251.433	446.222	251.433
Dividendos declarados por controladas e não recebidos	663.884	430.377		
Ações bonificadas a resgatar	99.967	1.501.984	99.967	1.501.984
Resgate parcial de ações de investidas liquidado por mútuo	1.210.302			
Compensação de depósitos judiciais contra provisões	246.887	253.021	378.693	254.693
Compensação de depósitos judiciais contra tributos		158.281		158.281

Reorganização Societária

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos em 27 de fevereiro de 2012 decorrentes da Reorganização Societária, comentada na Nota 1, estão resumidos abaixo.

	CONTROLADORA (Reapresentado)	CONSOLIDADO (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	461.837	4.930.186
Tributos a recuperar	199.060	5.084.467
Investimentos	20.365.629	60.307
Imobilizado	7.250	15.011.937
Intangível	829	2.693.297
Empréstimos e financiamentos	(17.795.900)	(21.101.747)
Tributos a recolher	(13.463)	(2.288.777)
Outros ativos e passivos	920.793	(243.635)
Acervo líquido incorporado	4.146.035	4.146.035

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Oi S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Oi S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Oi S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Oi S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na Nota Explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Oi S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Chamamos à atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve a reestruturação societária realizada em 27 fevereiro de 2012, a qual acarretou em um aumento em R\$ 4.146.035 mil no patrimônio líquido da Companhia. Adicionalmente, a partir de 28 de fevereiro de 2012, as transações da Telemar Norte Leste S.A. e suas controladas passaram a integrar o resultado do exercício consolidado da Oi S.A. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas considerando esses aspectos. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 18 de fevereiro de 2013 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras da Oi S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 2, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a mudança de prática contábil utilizada para o registro da reestruturação societária realizada em 27 de fevereiro de 2012. A referida mudança, foi efetuada pela Companhia após o recebimento de resposta a consulta formulada à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, concordando com a adoção da nova prática contábil. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de março de 2012, que não conteve nenhuma modificação.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Oi S.A.
CNPJ/MF 76.535.764/0001-43
NIRE 33.30029520-8
COMPANHIA ABERTA

ANEXO À ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2013

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Oi S.A. ("Companhia"), em conformidade com as atribuições dispostas no artigo 163 da Lei nº 6.404/76, examinou as Demonstrações Financeiras, o Balanço Patrimonial da Companhia e os demais demonstrativos elaborados pela Companhia, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, com os lançamentos contábeis e alterações pertinentes ao estorno da mais-valia decorrente da aquisição da Companhia, conforme deliberado pelo Colegiado da CVM em 24 de abril de 2013. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e da KPMG, os membros do Conselho abaixo assinados concluíram que as referidas Demonstrações Financeiras, com as alterações propostas, expressam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia. Em consonância com o disposto no artigo 163 da Lei nº 6.404/76, opinaram pelo encaminhamento dos referidos documentos para apreciação nos órgãos societários pertinentes.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2013

Allan Kardec de Melo Ferreira
Presidente

Sidnei Nunes

Marcos Duarte Santos

Umberto Conti

Manuel Jeremias Leite Caldas

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS**

Os diretores estatutários da Oi S.A. declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1º do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31/12/12, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2013.

José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha
Diretor Presidente

Francis James Leahy Meaney
Diretor

Alex Waldemar Zornig
Diretor

Pedro Santos Ripper
Diretor

Julio Cesar Fonseca
Diretor

Eurico de Jesus Teles Neto
Diretor

João de Deus Pinheiro Macedo
Diretor

Tarso Rebello Dias
Diretor

Bayard de Paoli Gontijo
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da Oi S.A. declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1º do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31/12/12, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2013.

José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha
Diretor Presidente

Francis James Leahy Meaney
Diretor

Alex Waldemar Zornig
Diretor

Pedro Santos Ripper
Diretor

Julio Cesar Fonseca
Diretor

Eurico de Jesus Teles Neto
Diretor

João de Deus Pinheiro Macedo
Diretor

Tarso Rebello Dias
Diretor

Bayard de Paoli Gontijo
Diretor